



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

ANGELO DIOGO MAZIN

A EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS BRASILEIROS 2012 – 2014: ESTUDO SOBRE AS
EMPRESAS “MAQUILADORAS” BRASILEIRAS NO PARAGUAI

SÃO PAULO

2016

ANGELO DIOGO MAZIN

A EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS BRASILEIROS 2012 – 2014: ESTUDO SOBRE AS
EMPRESAS “MAQUILADORAS” BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “**Campesinato, Capitalismo e Tecnologia**”.

Orientadora: Silvia Beatriz Adoue

SÃO PAULO

2016

Mazin, Angelo Diogo.

M476 A exportação de capitais brasileiros 2012-2014 : estudo sobre as empresas “maquiladoras” brasileiras no Paraguai / Angelo Diogo Mazin. – São Paulo, 2016.
99 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Silvia Beatriz Adoue.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Brasil – Relações econômicas exteriores – Paraguai. 4. Brasil – Comércio exterior. 5. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil). I. Título.

CDD 382.09810892

ANGELO DIOGO MAZIN

A EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS BRASILEIROS 2012 – 2014: ESTUDO SOBRE AS
EMPRESAS “MAQUILADORAS” BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologia”.
Orientadora: Silvia Beatriz Adoue.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvia Beatriz Adoue
(Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Profa. Dra. Maria Gabriela Guillen Carias
(Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD)

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano
(Universidade Estadual de Rio de Janeiro)

São Paulo, 05 de Agosto de 2016.

Para minha querida Maria Victoria,
que nos últimos momentos
da elaboração do texto partilhou as
madrugadas comigo.
Para a camarada Selma, pelos anos
que dividimos a mesma trincheira:
da luta de classes e da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos trabalhadores e trabalhadoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, especialmente aos que estavam presentes no Primeiro Encontro em Cascavel – PR, em 1984, que nessa época, ao elaborarem os objetivos da nossa Organização, definiram: Lutar pela Terra, pela Reforma Agrária e pelo SOCIALISMO.

Ao meu pai, Pedro Angelo Mazin, minha mãe Maria Cleusa Sena Rios Mazin, que sempre nos incentivaram para estudar. Meus queridos irmãos Pedro Pablo Mazin e Guilherme Belmonte Mazin, minha querida irmã Ana Carolina Mazin,

Agradeço à companheira Selma, pelas cobranças e críticas. Sem elas não lograria na elaboração desta dissertação.

Aos companheiros Miguel Stédile e Franscinaldo “Joba” Alves, pela amizade e camaradagem que cultivamos desde a Paraíba.

Agradeço a Professora Silvia Adoue, militante socialista incansável, que extrai das mais simples ações, a universalidade da luta pela emancipação humana.

Aos companheiros de lutas e resistências do Projeto de Assentamento Luiz Beltrame, que compreenderam os dias de portas e janelas fechadas. Sem essa compreensão e companheirismo, não seria possível esse estudo.

Agradeço aos companheiros da Turma Ana Primavesi, educandos, coordenadores, trabalhadores da infra, que me ajudaram na reta final da escrita. Aos companheiros da regional de Iaras, por terem criado as condições nas últimas semanas da elaboração.

As companheiras Ana Galeano, Cecilia Vuyk, o companheiro Martí, e os demais do Movimento 15 de Junho, que me receberam no Paraguai me ajudando a delimitar o tema, sanar minhas dúvidas e ver aquele país maravilhoso dentro de outra perspectiva: a da ruptura com a ordem do capital. Muito obrigado a todos e todas.

Agradeço os colegas da Turma José Carlos Mariategui, pelos debates, momentos de estudos, futebol, noites culturais... momentos importantes para minha formação humana.

A todos e todas que lutam pela emancipação humana.

A organização proletária que se resume, como expressão total da massa operária e camponesa, nos escritórios centrais da Confederação do Trabalho, atravessa uma crise constitucional semelhante, por natureza, à crise na qual em vão se agita o Estado democrático parlamentar. Tal crise é uma crise de poder e de soberania. A solução de uma constituirá a solução da outra, posto que, resolvendo o problema da vontade de poder no âmbito de suas organizações de classe, os trabalhadores conseguirão criar uma armação orgânica de um Estado e com ela enfrentarão, vitoriosamente, o Estado parlamentar.

Os operários compreendem que o complexo de “suas” organizações se converteu em um aparelho tão grande que terminou por obedecer leis próprias, inerentes à sua estrutura e a seu complicado funcionamento, porém estranho à massa que adquiriu consciência de sua missão histórica de classe revolucionária. (GRAMSCI, 1978, p. 161).

RESUMO

Em um contexto de dominação do espaço, o modo de produção capitalista desenvolve mecanismos para movimentar-se na busca da realização de seu principal objetivo: a valorização do valor. Nesse contexto de internacionalização, próprio da fase atual do sistema capitalista, empresas exportam seu capital para qualquer parte do mundo, com o intuito de encontrar as melhores condições para extraírem mais valia. Esse fenômeno foi caracterizado por Lênin como “fase imperialista do capitalismo”. A partir do primeiro governo Lula – PT, se desenvolvem condições favoráveis para empresas brasileiras acumularem capitais, fruto de desenvolvimento conjuntural da economia global, onde o Brasil consegue acumular capitais devido à alta dos preços dos *commodities*. Devido ao crescimento histórico da China, um dos principais compradores da produção agrícola e mineral brasileira, se desenvolvem condições de crescimento da economia, o que permite um acúmulo de capital, que posteriormente será revertido para a expansão de empresas brasileiras. Assim, há um processo que permite a exportação de capitais brasileiros e associados, financiada pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que se expandem para outros “territórios”, com o intuito de acumularem capital, sendo o Paraguai um dos destinos dessas exportações. Entretanto, é a partir do primeiro mandato de Dilma Rousseff, concomitante com o golpe que sofre o governo Fernando Lugo no Paraguai, que os volumes de exportações de capitais brasileiros para o Paraguai ganham uma dinâmica considerável, especificamente entre 2012 e 2014. Este trabalho busca compreender as motivações de tais empresas em exportarem capitais para o Paraguai; os mecanismos desenvolvidos para que esse movimento se realize nas melhores condições possíveis para o capital; realização de um mapeamento de quais empresas brasileiras estão inseridas nesse processo, também denominado internacionalização. A implantação de empresas maquiladoras no Paraguai, com a “ley de maquilas”, foi um dos mecanismos desenvolvidos pelo capital, que apresenta as melhores condições para extraírem ao máximo os recursos naturais daquele país, explorarem a força de trabalho ao máximo, e assegurarem mercados para exportarem as mercadorias.

Palavras-chave: Valorização do valor. Exportação de Capital. Capital. Governos. Maquilas.

ABSTRACT

Under a context of territorial domination, the capitalist mode of production develops mechanisms to move up in the pursuit of achieving its main objective: valorize value. In this context of internationalization, as part of the current phase of the capitalist system, companies export their capital to anywhere in the world, in order to find the best conditions to extract surplus value. This phenomenon was characterized by Lenin as "imperialist stage of capitalism." From the first government Lula – PT, favorable conditions are developed for Brazilian companies accumulate capital, result of a conjectural development of the global economy, where Brazil can accumulate capital due to the high prices of commodities. Due to the historical growth of China, one of the main buyers of Brazilian agricultural and mineral production, develop conditions economy growth, allowing an accumulation of capital, that will subsequently be reverted on the expansion of Brazilian companies. So there is a process that allowing the export of Brazilian and associated capital, financed by BNDES - National Bank for Economic and Social Development, which expand to other "territories", in order to accumulate capital, being Paraguay one of these exports destinations. However, it is from the first term of Dilma Rousseff, concomitant with coup d'état suffered by the government of Fernando Lugo in Paraguay, the volume of exported Brazilian capital to Paraguay gain considerable increase, specifically between 2012 and 2014. This research seeks to understand the motivations of such companies in export capital to Paraguay; the mechanisms developed so that this movement takes place in the best possible conditions for capital; performing a mapping of which Brazilian companies are inserted in this process, also called internationalization. The growth of maquilas in Paraguay, with the "Maquila Law" was one of the mechanisms developed by capital, which has the best conditions to extract the natural resources of that country at maximum, exploiting the workforce to the maximum, and ensure markets for export goods.

Keywords: valorization of value. Capital export. Capital. Governments. Maquilas.

RESUMEN

En un contexto de dominación del espacio, el modo de producción capitalista desarrolla mecanismos para moverse en busca de la realización de su principal objetivo: la valorización del valor. En este contexto de internacionalización, propio de la fase actual del sistema capitalista, las empresas exportan su capital para cualquier parte del mundo, con el intuito de encontrar las mejores condiciones para extraer plusvalía. Ese fenómeno fue caracterizado por Lenin como "fase imperialista del capitalismo". A partir del primer gobierno de Lula - PT, se desarrollaron condiciones favorables para que empresas brasileñas acumulasen capitales, debido al alza de los precios de los *commodities*. Debido al crecimiento histórico de China, uno de los principales compradores de la producción agrícola y mineral brasileña, se desarrollan condiciones de crecimiento de la economía, lo que permite una acumulación de capital que posteriormente será revertido para la expansión de empresas brasileñas. Así, hay un proceso que permite la exportación de capitales brasileños y asociados, financiada por el BNDES - Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social, que se expanden para otros "territorios", con el intuito de acumular capital, y es Paraguay uno de los destinos de esas exportaciones. Pero es a partir del primer mandato de Dilma Rousseff, concomitante con el golpe que sufre el gobierno de Fernando Lugo en Paraguay, cuando el volumen de exportaciones de capitales brasileños para Paraguay alcanzan una dinámica considerable, específicamente entre 2012 y 2014. Este trabajo busca comprender las motivaciones de esas empresas para exportar capitales a Paraguay; los mecanismos desarrollados para que ese movimiento se realice en las mejores condiciones posibles para el capital; realización de un relevamiento de las empresas brasileñas inseridas en ese proceso, también denominado internacionalización. La implantación de maquilas en Paraguay, con la "ley de maquilas", fue uno de los mecanismos desarrollados por el capital, que presenta las mejores condiciones para extraer al máximo los recursos naturales de aquel país, explotar la fuerza de trabajo al máximo, y asegurar mercados para exportar las mercaderías.

Palabras llave: Valorización del valor. Exportación de Capital. Capital. Gobiernos. Maquilas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....	13
3	A NECESSIDADE AUTO - EXPANSIVA DO CAPITAL: DA PASSAGEM DO DINHEIRO COMO CAPITAL PARA O DINHEIRO COMO MERCADORIA, E O PAPEL DO BNDES – BRASIL.....	27
4	BRASIL NO SÉCULO XXI – ABORDAGENS INTERPRETATIVAS.....	41
5	A EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS DO BRASIL NA AMÉRICA DO SUL ENTRE 2012 À 2014: O CASO PARAGUAIO.....	51
5.1	REFLEXÕES SOBRE ESPAÇO E TERRITÓRIO: ELEMENTOS CONJUNTURAIS	51
5.2	AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E PARAGUAI ENTRE 2012 A 2014.....	63
5.3	OS TENTÁCULOS DO CAPITAL: A EMPRESAS MAQUILADORAS BRASILEIRAS E SUA ATUAÇÃO NO PARAGUAI	75
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	93

1 INTRODUÇÃO

Mesmo o teólogo crítico continua teólogo...

Karl Marx

O texto que segue tem como objetivo ser apresentado para obtenção do título de Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. A dissertação que apresentamos trata de um estudo sobre a exportação de capitais que o Brasil vem estabelecendo no “território” paraguaio, em especial durante 2012 a 2014, durante o governo Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores – PT.

Para além da propaganda política que o Brasil no século XXI não é mais o mesmo de tempos anteriores, é bem verdade que a posição deste país no cenário internacional alcançou posições de destaque. Principalmente no que se refere a sua posição geopolítica e influências econômicas em escala internacional. Tal feito não pode ser analisado separadamente do contexto mundial, ou seja, como se fosse um mero efeito da política econômica dos governos petistas. Pelo contrário, é fruto da relação espacial produzida pelo modo de produção capitalista em escala global.

O Brasil continua inserido no espaço global como um produtor de *commodities* e, em detrimento desta inserção, passou um processo de desindustrialização e um aumento da exportação de produtos primários. As taxas de exportação dos produtos de origem agrícola e minera, em detrimento da produção industrial que exige transformação, cresceram de forma deliberada conforme veremos a seguir. O Brasil do século XXI, embora não seja mais ou mesmo, continua mantendo sua condição colonial, anunciada por Caio Prado Junior no “Sentido da Colonização”.

O crescimento propagandeado na última década é resultado desta inserção em escala global, pois o aumento dos preços das *commodities* possibilitou uma grande acumulação de capital. Isso provocou uma novidade na condição brasileira, pois mesmo mantendo sua condição colonial, agora exerce um papel de país exportador de capitais. São inúmeros projetos em todo o planeta onde empresas brasileiras atuam como exportadoras de capitais direcionando seus recursos financeiros para outros “territórios” com o intuito de buscar a valorização do valor, através da exploração da força de trabalho extraindo mais valia.

Pretendemos discutir esse processo que está sendo caracterizado por muitos intelectuais como “condição sub imperialista”, ou simplesmente “imperialista”, o qual chamamos de “exportação de capital”. Longe de partir dos conceitos para chegar à realidade, queremos compreender esse fenômeno e sua reprodução, a partir do estudo da exportação de

capitais brasileiros no território paraguaio de 2012 a 2014, período onde o fluxo de exportação de capitais representam 1/3 de toda a história das relações comerciais e financeiras entre os dois países. “Coincidentemente”, em 2012 o Paraguai passa por um golpe militar que depôs o Presidente da República, Senador Fernando Lugo, que atualmente é senador.

É notória a presença brasileira no território paraguaio. Atualmente a produção e exportação de soja, milho e carne são controladas por empresas brasileiras. Os três maiores frigoríficos do Paraguai são de propriedade de empresas brasileiras. Os maiores latifúndios paraguaios são de propriedade de fazendeiros brasileiros, que inclusive intitulam esse vasto território como República da Soja. A presença de fábricas brasileiras no complexo país salta aos olhos. O sistema financeiro paraguaio é controlado pelo Itaú, banco de origem brasileira.

Qual a motivação da exportação de capitais brasileiros para o Paraguai? Quais as vantagens que busca o Brasil no Paraguai? Qual o papel do Estado brasileiro nesse processo de internacionalização de suas indústrias, e empresas brasileiras? Vale destacar a grande presença de empresas “maquiladoras” que são fábricas de componentes ou partes de mercadorias que são destinadas ao processo de exportação brasileira.

A dissertação esta organizada em cinco partes. No 1º capítulo: Pressupostos Metodológicos pretende-se fazer uma discussão sobre o método marxiano/marxista, o qual além de um instrumental, uma ferramenta para a classe trabalhadora interpretar o mundo e as relações sociais que estamos inseridos, tem como objetivo transpassar as barreiras da mera contemplação, para uma ação práxis revolucionária. Nesse capítulo procuramos trazer presente também algumas reflexões sobre território e espaço, já que no nosso ver, ultimamente há uma supervalorização do conceito de território, como um lugar neutro e completamente independente do espaço capitalista. Nossa posição é que no território é possível a classe trabalhadora produzir acúmulos, mas não podemos derrotar como afirma Mészáros (2010), a ordem do sociometabolismo do capital, se essas ações acumulativas, não tiverem como alvo o sistema global que estabelece a ordem espacial. Ainda nesse capítulo trouxemos autores como Mészáros, Marx, Engels, Milton Santos, Ruy Moreira, dentre outros, para fundamentar nossas posições.

O 2º Capítulo: “A necessidade auto - expansiva do Capital: da passagem do Dinheiro como Capital para o Dinheiro como Mercadoria, e o papel do BNDES – Brasil”, é fruto de um esforço em compreender a necessidade auto - expansiva do capital com a finalidade de valorizar o valor a partir da extração de mais valia. Num primeiro momento, recorreremos fundamentalmente, a K. Marx e V. Lênin, utilizando textos que explicam esse movimento necessário e incontrolável do capital de se auto expandir. Esse fenômeno, caracterizado por

Lênin de Imperialismo, é resultado de condições históricas que permite que um determinado país, ou um conjunto de capitalistas acumulem capital de tal maneira, que é necessário colocá-lo em movimento. Ainda nesse capítulo, discutimos o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sua ação e intervenção na economia brasileira e seu importante papel no processo de exportação de capitais e financiamento de empresas brasileiras, fundamentalmente nos governos petistas, concentrando as informações no período de 2012 a 2014.

No 3º Capítulo: “Brasil no Século XXI – abordagens interpretativas”, trouxemos de forma sintética, posições em torno do debate da natureza do Estado durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. Independente da caracterização, o importante é demonstrar a atuação do Estado, no campo da internacionalização de capitais brasileiros, quando o PT governava. Nosso posicionamento, para além de “afiliar-se” a essa ou àquela posição, é se esforçar em apreender o processo real e o real movimento do processo. Compreendemos que não é conceituando que definimos o movimento real a posteriormente, mas pelo contrário: é a partir do movimento real, e sua compreensão histórica que podemos determinar uma caracterização do mesmo.

O 4º Capítulo: “A exportação de capitais do Brasil na América do Sul entre 2012 a 2014: o caso paraguaio” é organizado em três partes: 4.1 “Reflexões sobre Espaço e Território: a forma metabólica da reprodução do Capital”; 4.2 “As relações entre Brasil e Paraguai entre 2012 a 2014” e 4.3 “Os tentáculos do Capital: a empresas Maquiladoras brasileiras e sua atuação no Paraguai”. Nessa parte da dissertação procuramos sistematizar as informações levantadas na pesquisa realizada no Paraguai entre 21 e 25 de fevereiro de 2015, sistematizando os materiais e informações disponíveis. Procuramos, na medida das nossas possibilidades, estabelecer conexões com o intuito de aproximar nossa análise do real em movimento. Também houve uma tentativa de relato de quais e em que setores atuam as empresas brasileiras, concentrando nossos esforços entre 20012 a 2014, período em que Dilma Rousseff e Horácio Cartes eram presidentes do Brasil e Paraguai, respectivamente, onde aconteceu a maior exportação de capitais brasileiros para o país vizinho nas duas últimas décadas da história.

Nas considerações finais alguns elementos para reflexão.

2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Sem teoria revolucionária,
não há movimento revolucionário.
Lênin

Desde a elaboração dos primeiros rascunhos, até suas distintas interpretações que geraram várias correntes do marxismo, as ideias de Marx e Engels foram duramente combatidas principalmente pela direita, por suposto, ao se apresentar como uma arma revolucionária, um instrumento para a transformação social. É conhecida a célebre tese 11 de Marx sobre Feuerbach: “Os filósofos apenas *interpretam* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, 2009, p. 535). Criticar as sistematizações de Marx e Engels sobre o mundo em que vivemos, tem sentido para os que adotam uma postura de conservadorismo diante do capitalismo, já que os estudos desenvolvidos por ambos resultaram numa teoria revolucionária, que visa um passo a mais que simplesmente desvendar os mistérios da produção e apropriação da riqueza nesta sociedade. A teoria marxiana é um instrumento de transformação concreta, real, da realidade objetiva. Portanto, é compreensível que seja uma ameaça para os que dominam.

Dentre as críticas realizadas por segmentos da esquerda, uma dessas afirma que se trata de uma teoria eurocêntrica, argumenta-se estar localizada num tempo e num espaço distante de nós. Nesse sentido, para uma parcela considerável das mais distintas organizações sociais contra hegemônicas, Marx e Engels, e o marxismo de maneira geral, “sucumbiram”, sendo superados junto com o fracasso das experiências socialistas do leste Europeu. Uma parcela desta esquerda acredita nas possibilidades de tornar o mundo, e o Capital, passíveis de melhorias, de “ajeitamentos”, que permitam relações menos conflituosas entre as classes sociais que fazem parte deste Modo de Produção. Outros, afirmam que Marx, Engels e o marxismo de forma geral sucumbiram com a queda do Muro de Berlim, e, portanto nada resta a fazer. Para ambos, a atuação dos seres no espaço e no tempo é meramente contemplativa, e quando muito, tal atuação se resume a melhorar as relações cotidianas. Assim, o bairro, a vila, o assentamento, o Território, o Lugar, pode ser passível de melhorias, de transformações, numa absurda desconexão com a totalidade.

Pela academia, por se tratar, em excelência, do espaço científico que visa explicar/justificar cientificamente os descaminhos do capitalismo o marxismo foi duramente criticado e continua sendo muito combatido. Embora a academia seja atualmente a morada principal das ideias marxianas e marxistas, prestou um grande desfavor fragmentando o pensamento de Marx e Engels de acordo com as disciplinas e as áreas do conhecimento.

Portanto, existe um Marx e Engels filósofos, historiadores, geógrafos, cientistas sociais, críticos de artes e etc. Nesse sentido, é indispensável considerar três questões fundamentais: 1) Marx e Engels e os marxistas de maneira geral não escreveram para a academia, embora seja importante reconhecer a contribuição fundamental de muitos professores marxistas; 2) Marx e Engels, e algumas vertentes do marxismo desenvolveram uma teoria que interpreta a totalidade da sociedade burguesa, e, portanto, não pode ser fragmentada para compreender esse ou aquele aspecto isoladamente; 3) A distância enorme que existe hoje entre os intelectuais, de uma maneira geral, das demandas concretas dos trabalhadores, transformaram as ideias de Marx e Engels numa simples teoria.

Entretanto, ambas as interpretações em nossa opinião, estão equivocadas. Seria possível pensar na superação do marxismo, se vivêssemos numa sociedade pós-capitalista, onde se sobrepujasse a ordem do Capital. Outra questão que rebate as críticas contra as formulações de Marx e Engels, é que estes não se concentraram meramente na explicação da sociedade capitalista e seu funcionamento. A análise marxiana/engelsiana busca o pressuposto do Modo de Produção Capitalista, que é a existência do Capital. Para Marx (2011, p. 60): “O Capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Tem de constituir tanto o ponto de partida, quanto o ponto de chegada [...]”. A ordem capitalista de cada Continente, País, Território, Lugar, é condicionada pelos mecanismos de funcionamento do Capital. As derrotas das experiências socialistas nos Séculos XX e XXI, só demonstram o quanto a análise histórica e dialética marxiana estava correta, pois não há um sentido pre determinado na atuação dos seres humanos no espaço e no tempo. Talvez essa seja uma das piores heranças que a esquerda herdou: de que poderia haver esquemas pre determinados que levariam, infalivelmente, à emancipação dos trabalhadores.

Karel Kosik, em sua obra “A Dialética do Concreto” afirma que: “A dialética trata a coisa em si. Mas a coisa em si não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar a sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*” (KOSIK, 1976, p. 09). Num primeiro momento, nos parece correto afirmar que na “verdade” o mundo real é diferente daquele que vivemos praticamente todos os dias. Parece assim, que Marx e Engels criaram uma ideia de mundo que na prática não corresponde à realidade. Continua Kosik: “Os homens usam dinheiro e com ele fazem as transações mais complicadas, sem ao menos saber, nem ser obrigados a saber, o que é o dinheiro” (*idem*, p. 10). Assim, existe o mundo onde dinheiro é simplesmente dinheiro, e o mundo inventado por Marx e Engels onde dinheiro assume tarefas mais complexas que um simples equivalente geral. Portanto, mais do que definir isso ou aquilo, é preciso realizar um esforço no sentido de compreender como as

coisas se desenvolvem, para além de simplesmente definir o que elas são. Uma primeira aproximação do método desenvolvido por Marx e Engels, é que o mundo está em movimento, um movimento geral. Entretanto, o mundo enquanto uma totalidade é composto de movimentos específicos. Essas especificidades num primeiro momento parece que se desenvolvem de forma isolada, cada qual no seu “território”. Na nossa análise, reside aí uma limitação metodológica que não nos permite compreender o movimento na sua totalidade, pois os específicos agem dentro de uma determinação da totalidade.

Um dos aspectos fundamentais do método marxiano que consideramos importante resgatarmos é sobre a realidade, o concreto. Ainda nas teses sobre Feuerbach, Marx afirma que: “Toda a vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática” (*idem*, p. 534). O método materialista dialético desenvolvido por Marx nos convoca a compreender o mundo prático concreto a partir do mundo prático concreto. Jorge Grespan no texto *A Dialética do Avesso*, afirma que Marx colocou a dialética hegeliana pelos avessos. “Pelos avessos” possui um sentido muito diferente do que de “ponta cabeça”. Ao contrário do pensamento idealista (mesmo que dialético), o movimento das coisas, da realidade não está na cabeça, no pensamento que é dialético. O movimento das coisas, ou seja, o movimento dialético, existe nas coisas que são dialéticas. Cabe ao pensamento, o esforço de compreender esse movimento que existe no real, na coisa, no concreto.

Existe uma conexão entre as ideias produzidas pelas relações concretas inerentes ao Modo de Produção Capitalista. Na “Ideologia Alemã” Marx e Engels afirmam que:

A produção das ideias, das representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercambio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercambio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercambio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo da vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico [...]. Esse modo de considerar as coisas não é isento de pressupostos. Ele parte de pressupostos reais e não os abandona em nenhum instante. Seus pressupostos são os homens, não em quaisquer isolamento ou fixação fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, empiricamente observável, sob determinadas condições. Tão logo seja apresentado esse processo ativo da vida, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como para os empiristas ainda abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas. (MARX; ENGELS, 2009, p. 94-5).

Essa longa citação nos faz refletir entre o que é real e aquilo que o pensamento cria como real, e como o processo de reprodução daquilo que Marx e Engels chamam de “emanação direta do comportamento material”. A primeira questão, entre o real e a criação do real pelo pensamento, nos provoca a refletir sobre as distintas interpretações que se tem, por exemplo, do desenvolvimento econômico e social brasileiro no Século XXI, principalmente depois da chegada do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal, ocupando o Poder Executivo. De 2002 até os dias atuais, várias interpretações foram construídas sobre esse processo histórico que apontam para a inauguração de um novo momento da história política e econômica do Brasil. As principais interpretações variam desde a continuidade do projeto Neoliberal, o que significaria a continuidade da política econômica e social dos Governos Collor de Mello (1990 a 1992), Itamar Franco (1992 a 1993) e Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2001); até a análise de que o Brasil cumpre um papel Imperialista. Diríamos que de um extremo ao outro, caminhamos pelas interpretações que esse novo momento seria um modelo Neo-extrativismo Colonial, Capital Sub Imperialista, ou, o que a maioria dos intelectuais, Organizações Populares, Movimentos Sociais etc., estão chamando de Neodesenvolvimentista. Por dentro desta concepção Neodesenvolvimentista, podemos encontrar interpretações que são conservadoras, ou no campo chamado de progressista.

A segunda questão, que diz respeito à “emanação direta do comportamento material”, ligada com o processo de produção e reprodução da ordem capitalista. Para se tornar um Modo de Produção dominante no espaço global, o Capitalismo desenvolveu uma forma de produção e apropriação da riqueza distinta das relações socioeconômicas que o antecederam. Embora encontremos no tempo e no espaço variações e características distintas da forma como o Modo de Produção Capitalista se desenvolveu, e ainda se desenvolve, há um traço comum no seu desenvolvimento, em relação às sociedades que se organizaram em classes sociais: a propriedade privada. Tanto no Brasil, como no Paraguai, por exemplo, Territórios autônomos e independentes, ambos com tantas discrepâncias objetivas e subjetivas, sofrem uma determinação da forma da propriedade privada – forma peculiar na história que se desenvolve no Modo de Produção Capitalista, que supera todas as diferenças. Embora reconheçamos que na totalidade do Modo de Produção, cumprem papéis distintos.

Essa determinação da totalidade, operada pelo Modo de Produção Capitalista, ao contrário do que os “olhos dizem”, não é natural. A desnaturalização das relações é um dos pressupostos materialistas que consideramos de fundamental importância. N’*O Capital*, Marx reflete sobre as condições para o surgimento do Modo de Produção Capitalista como:

Suas condições históricas de existência de modo algum estão presentes na circulação mercantil e monetária. Ele só **surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que encerra uma história mundial**. O capital anuncia, portanto, de antemão, uma época do processo de produção social. (MARX, 1996, p. 288; grifo nosso).

Dizer de condições históricas de existência e para a sua existência, trata de considerar que em algum momento corroboraram condições para que algo surgisse como fruto de um movimento. Como resultado de um processo. No caso do Modo de Produção Capitalista, é resultante de condições objetivas que, em determinado momento possibilitou a centralização da propriedade. Mas a propriedade privada dos primeiros anos da história do Capital, não é exatamente da mesma forma. Embora continue propriedade, ela no movimento inerente do Capital que é de possuir, se encontra mais centralizada, ou seja, permanece em movimento.

Marx afirma ainda que:

A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e sua força subjetiva de trabalho, era a base realmente dada, o ponto de partida do processo de produção capitalista. (*ibidem*, p 203).

Essa apartação dos trabalhadores dos meios necessários para a produção da sua existência tem como consequência um processo de alienação, seja do produto produzido (mercadoria), seja do processo necessário para a produção do mesmo. Assim, materialmente se produz uma relação que impede os trabalhadores de compreenderem o mundo onde vivem. Esses compreendem o mundo de uma forma fragmentada, quando muito, uma compreensão de partes, de particulares, já que além da separação do trabalho dos meios de produção, há um intenso processo de divisão do trabalho, seja no interior da fábrica, da fazenda do agronegócio, seja em escalas internacionais. Se como produtor, o trabalhador de uma montadora de automóveis é incapaz de compreender o funcionamento da totalidade da máquina que ajuda a produzir, como ser social também tem uma representação parcial da realidade. Na medida em que o Capital se expande e se consolida no Espaço, a tendência de divisão social do trabalho aumenta. A expansão do Capital tem como objetivo principal acelerar a extração de mais - valor. Assim, mapeia no Espaço onde é possível obter matérias primas, melhores condições de instalação e acesso ao mercado, e, principalmente, onde se encontra força de trabalho disponível e em condições de exploração viáveis para o Capital.

Uma mercadoria pode ser (e atualmente é), produzida em várias partes do planeta. Qualquer mercadoria, por mais simples e elementar que seja, é composta por vários componentes. Desde um simples sabonete, até um computador. A viabilidade da produção de um componente X pode ser melhor num determinado país. A produção do componente Y da

mesma mercadoria é mais viável em outro país. Na medida em que o Capital se expande, ele próprio não atua tendo como horizonte a escala nacional, pelo contrário, seu limite é o Globo terrestre.

A compreensão da realidade não pode ser tomada a partir das simples representações que os seres humanos produzem sobre a realidade, ou seja, a partir das representações meramente ideais que cada um possui sobre o real, o concreto, já que essa relação produz uma consciência invertida sobre a mesma. É comum encontrarmos elaborações a partir do que as pessoas vivenciam no cotidiano. Entretanto, conforme nos ensinam Marx e Engels, a forma como o Capital separa os produtores das condições materiais da produção, produz uma consciência limitada. István Mészáros, na sua obra “A Teoria da Alienação em Marx”, afirma que: “A atividade produtiva é então a fonte da consciência, e a “consciência alienada” é o reflexo da atividade alienada ou da alienação da atividade, isto é, da auto - alienação do trabalho. [...] O trabalho (atividade produtiva) é o único fator” (MÉSZÁROS, 2006, p. 80). Quanto mais o Capital se expande, mais fragmenta a sua produção. É o caso, por exemplo, da produção de chicotes, um componente elétrico utilizado nos veículos automotores, que a Volkswagen do Brasil, produz no Paraguai através das Maquilas. O trabalhador paraguaio se especializa na produção de chicotes, pois no Paraguai as condições para a produção deste componente possibilitam uma extração maior de valor. O trabalhador do Paraguai continuará preocupado com os chicotes, enquanto a Volkswagen se apropria da mercadoria como um todo, pois para ela o chicote é um mero componente dos seus carros.

O materialismo dialético propõe um movimento que permite compreender o funcionamento dos fenômenos na sua totalidade. A primeira questão que é importante ressaltar do método dialético é o aspecto da historicidade das coisas, dos fenômenos. Marx desenvolve uma crítica à filosofia idealista já que esta toma os processos como sínteses, não como resultados históricos, resultantes da intervenção dos seres humanos no espaço e no tempo. O mesmo acontece com a economia política burguesa, que toma os indivíduos de forma isolada da sociedade, do conjunto de elementos que a compõem, e assim pretendem explicar/justificar o mundo e as relações que são produzidas no mesmo.

Para o materialismo dialético a realidade, o real, o concreto, não é aquilo que conseguimos verificar sensivelmente (atividades sensoriais) nas coisas, nos fenômenos. Aliás, conforme afirmamos acima, aquilo que a atividade sensorial percebe na realidade, esconde aquilo que realmente o fenômeno é concretamente. Para lograr esse objetivo Marx propõe uma distinção fundamental entre aquilo que é aparência e o que é da essência do objeto. Aparência e essência são dois elementos constitutivos do fenômeno e, embora em oposição

como elementos contraditórios, ambas são importantes para compreendê-los. Entretanto o exercício proposto pelo materialismo dialético é buscar a essência das coisas, dos fenômenos, que é em partes, oculta pela aparência do mesmo. Em outras palavras, aquilo que aparece sensorialmente para nós oculta o que realmente é, se apresentando inclusive como seu contrário.

No texto “Introdução à Crítica da Economia Política”, Marx provoca uma reflexão sobre o concreto. Primeiramente elege o concreto como o elemento mais geral, ou seja, o concreto é de fato aquilo que observamos empiricamente. Entretanto, sua reflexão sobre o método e o concreto, Marx elabora uma crítica sobre o mesmo quando diz que “parece ser correto começarmos pelo real, pelo concreto, pelo pressuposto efetivo [...] (MARX, 2011, p. 54)”. A questão é que o concreto aparece como resultado, quando na verdade deveria ser o ponto de partida da análise. Continua Marx: “Considerando de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso” (*idem*). Isso nos coloca uma questão sobre o que é o concreto.

Há na concepção marxiana uma crítica ao empirismo. O real tal como aparece dissimula a realidade, impedindo de compreendê-la tal como é de fato. Obviamente que não há uma rejeição ao concreto, como se de nada valesse. Mas a proposta metodológica de Marx pressupõe um duplo movimento: do concreto ao abstrato – do abstrato ao concreto. É conhecida a passagem onde Marx afirma:

O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por esta razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição da representação. Na primeira via, a representação foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam a reprodução do concreto por meio do pensamento. (*idem*, p. 54).

Isso não significa que o pensamento cria o concreto, mas somente por meio da abstração, ou seja, do pensamento, é possível a reprodução real do concreto. Podemos perceber melhor essa questão do método de investigação na análise que Marx desenvolve no primeiro capítulo em *O Capital*, ao analisar a Mercadoria.

As mercadorias são concretas, existem materialmente. E mesmo quando não é possível palpá-las, como uma música, por exemplo, elas não deixam de existir. Aliás, se há algo de mais concreto e generalizado no Modo de Produção Capitalista são as mercadorias. Afinal de contas, elas nos cercam de todas as formas já que (quase) tudo nesta formação social são mercadorias. Assim, Marx inicia um processo de decomposição da mercadoria, que só é possível de fazer a partir de um processo de abstração. Conclui que a Mercadoria possui Valor

de Uso, Valor de Troca, mas que ambos orbitam em torno da realização do Valor. Na Mercadoria está incorporado Capital Constante (Valor Antigo; Transferência de Valor), Capital Variável (Valor Novo; Criação de Valor). Na mesma coisa existe Trabalho Pago, Trabalho não Pago, Mais-Valia (seja ela Absoluta ou Relativa). Na Mercadoria existe Trabalho: Concreto, Abstrato (Trabalho independente da forma, do ofício). Ou seja, o pressuposto metodológico marxiano propõe um movimento de decomposição do real, do concreto, compreendendo suas múltiplas determinações. Refazendo o percurso, perceberemos que a Mercadoria (coisa concreta), é síntese de múltiplas determinações, de unidade de contrários. Esses elementos que existem materialmente na Mercadoria só é possível verificá-los a partir de um exercício metodológico da reprodução do concreto. Não foi Marx quem criou esses elementos que descrevemos na Mercadoria, entretanto, olhando simplesmente não é possível percebê-los.

Embora saibamos que as Mercadorias não são produtos da natureza, a maioria dos seres humanos não vê o trabalho (atividade criadora) nas mesmas. Para tanto, é necessário um processo de pensar, de reflexão, de abstração.

Continuando com o exercício de conhecer a mercadoria, podemos num primeiro momento eleger algo que defina a mesma. Obviamente que o objetivo do capitalismo na produção da mercadoria é a extração da Mais Valia. Assim, poderíamos eleger a Mais Valia como a principal característica da mercadoria. Entretanto, seguindo a reflexão contida n’*O Capital*, a Mais Valia é uma das partes constitutivas da mercadoria, não sendo nem mais, nem menos importante que a mesma. Mesmo que o Valor de Uso da Mercadoria é apenas uma forma da realização da Mais Valia, ela é tão importante quando a Mais Valia, como as demais partes que constituem a mesma. Ou seja, a Mercadoria é uma unidade totalidade.

Esse elemento da totalidade é outro aspecto fundamental que devemos destacar no método de Marx. A totalidade é mais que a somatória das partes que constituem um processo, ou, no exemplo citado da Mercadoria, a somatória das partes que criam a mesma. Jacob Gorender, na apresentação de *O Capital*, define totalidade como:

Suas diversas partes precisam se articular de maneira a constituírem uma totalidade orgânica e não um dispositivo em que os elementos se justapõem como somatório orgânico mecânico. Ora, a realização do “todo artístico” ou da “totalidade orgânica” pressupunha a aplicação do modo lógico e não do modo histórico de exposição. Ou seja, as categorias deveriam comparecer não de acordo com a sucessão efetiva na história real, porém conforme as relações internas de suas determinações essenciais, no quadro da sociedade burguesa. (GORENDER, *apud* MARX, 1996, p. 24).

A totalidade, conforme a reflexão de Gorender, é mais que a simples somatória das

partes constitutivas de um sistema, ou de um produto. A totalidade é resultado das particularidades constitutivas de um sistema, ou de um objeto, onde há uma articulação orgânica das diversas particularidades que constituem o mesmo. Essas particularidades, embora integradas numa totalidade, se desenvolvem num complexo contraditório. Ou seja, na concepção marxista nada é isolado, já que cada parte do fenômeno se relaciona com as demais, construindo uma totalidade orgânica.

De forma alguma a totalidade pode subjugar as particularidades no sentido de anulá-las. Não significa ignorar as particularidades dos processos sociais, mas compreender as dinâmicas das mesmas e suas relações deve levar em consideração o processo que as produz, ou seja, que são resultados de uma dinâmica espacial que produz particularidades. Milton Santos, importante geógrafo brasileiro utiliza o conceito de espaço total:

Hoje, quando se fala de espaço total fala-se de uma multiplicidade de influências superpostas: mundiais, nacionais, regionais, locais; no entanto, o espaço é maciço, contínuo, indivisível. (SANTOS, 1998, p. 34).

Essa relação entre as particularidades e a totalidade que as produz deve ser compreendida numa relação dialética. Conforme afirma Milton Santos, essa “multiplicidade de influências sobrepostas” se relaciona num “espaço maciço”.

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social. (SANTOS, 1998, p. 10).

Para Milton Santos o Espaço é uma unidade totalizante, indissociável dos “sistemas de objetos” e “sistemas de ações”. O Território é uma fração do Espaço total que está sendo apropriada e usada. Sendo o Espaço produzido pelo Modo de Produção Capitalista, os territórios sofrem determinações diretas deste Espaço:

A globalização da sociedade e da economia gera a mundialização do espaço geográfico, carregando o de novo significado. Na evolução da sociedade, cada um de seus componentes tem um papel diferente no movimento da totalidade, e o papel de cada uma é diferente a cada momento. (*idem*, p.10).

Atualmente há uma supervalorização do conceito de Território, do Local. Abusam de tais conceitos como se esses fragmentos do Território se desenvolvessem de forma autônoma e independente da ordem do Capital. Essa suposta independência do Território e do Local não levam em consideração a relação dialética que existe entre a totalidade e as particularidades,

sendo essas um resultado, ao mesmo passo que exercem um papel fundamental na determinação do Espaço.

No Modo de Produção Capitalista, o Espaço exerce determinações fundamentais na construção dos Territórios e Locais, no mesmo passo que esses constroem, nas palavras de Milton Santos, o Espaço Global. O Espaço não pode ser compreendido como resultado natural, preexistente à relação dos seres humanos com a Natureza. Essa relação entre os seres humanos com a Natureza são determinadas pela forma hegemônica política social e fundamentalmente econômica desenvolvida a partir do Modo de Produção. Milton Santos afirma que:

O espaço assume hoje em dia uma importância fundamental, já que a Natureza se transforma, em seu todo, numa forma produtiva. Quando todos os lugares foram atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente, seletividades e hierarquias de utilização com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes. Donde uma reorganização das funções entre as diferentes frações de território. Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas. Como a produção se mundializa, as possibilidades de cada lugar se afirmam e se diferenciam em nível mundial. Dada a crescente internacionalização do capital e a ascensão das firmas transnacionais, observar-se-á uma tendência à fixação mundial e não mais nacional dos custos de produção e a uma igualização das taxas de lucros graças à mobilidade internacional do capital, ao passo que a procura dos lugares mais rentáveis será uma constante. (*ibidem*, p. 11).

Os Territórios e Lugares não se transformam na mesma “coisa”, ou seja, mantem-se as diferenças entre países, continentes, hemisférios. Entretanto, cada fragmento do Espaço está integrado numa Totalidade Orgânica. Conforme afirmamos acima, esse processo de fragmentação da ciência, resultando em saberes específicos e fragmentados, buscando compartimentar o conhecimento em diversas partes. Atualmente, as áreas do conhecimento passam por um processo de fragmentação da fragmentação, e nesse sentido, todas as áreas do conhecimento sofrem com esse processo. Segundo Eliseu Sposito (em disciplina ministrada de 16 a 20 de setembro de 2014, na Escola Nacional Florestan Fernandes no Programa de Pós Graduação em Geografia), a Geografia sofre um processo de fragmentação, pois os pressupostos metodológicos adotados pela academia valoriza os processos cada vez mais particulares, desconsiderando a conexão que existem entre esses com a Totalidade.

Nesse sentido, concordamos com Milton Santos na afirmativa que:

Agora que o mundo se mundializou, que será da geografia? Não há dúvida de que o mundo sempre foi um só. Todavia, conforme já lembramos, não era possível apreender-lhe a unicidade, exceto para alguns fenômenos de alcance mais geral e fora do domínio social. Atualmente, com a internacionalização das técnicas, da produção e do produto, do capital e do trabalho, dos gostos e do consumo, a mundialização das relações sociais de todos os tipos (econômica, financeira, política...) é a garantia de universalidade que permite compreender cada fração do

espaço mundial em função do espaço global. (SANTOS, 1998, p. 12).

A singularidade dos Territórios, dos Lugares não se apresenta como barreiras para a integração destes na economia Capitalista. Aliás, as especificidades, as particularidades de cada fração do Espaço são importantes para o Capital. Quando afirmamos que o Capital integra todos os Locais no Modo de Produção Capitalista parece, num primeiro momento, que tudo se torna homogêneo, o que não é real. A manutenção das particularidades de cada Território, de cada Local não se apresenta como obstáculo, mas como vantagem que é aproveitada pelo processo de integração capitalista. Pensemos por exemplo nas especificidades naturais (matérias primas, acessos aos meios de transportes – sejam marítimos ou terrestres, condições climáticas de solos etc.), que num primeiro momento podem se apresentar como obstáculos, é facilmente incorporados pela ordem global do Modo de Produção. As próprias diferenças culturais são aproveitadas pelo Capital se transformando como vantagens. Assim:

Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, "únicos". Isto se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço - homens, firmas, instituições, meio ambiente -, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal. Teríamos assim essa totalidade concreta, perceptível através de uma dialética concreta [...]. O lugar é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades deste último. O lugar é parte do mundo e desempenha um papel em sua história, ou, para citar Whitehead (1938, p. 188), "a menor agitação local sacode o universo inteiro" ("any local agitation shakes the whole universe"). O mundo foi sempre um conjunto de possibilidades. Hoje, porém, tais possibilidades são todas interligadas e interdependentes. (*idem*, p. 13).

Portanto, cabe à Geografia o esforço de analisar os fatos, fenômenos e acontecimentos, assim como os objetos a serem compreendidos e desvendados, num duplo movimento: compreender os mesmos na sua particularidade, na sua conexão com o geral e, portanto, é necessário analisar as relações concretas que são estabelecidas na totalidade, para novamente voltar ao Território, ao Local, que agora se apresenta não como um pedaço do mundo isolado, mas como determinante e determinado pela Totalidade. Esse movimento metodológico que deve ser apropriado pela Geografia é descrito por Milton Santos:

A geografia deve preocupar-se com as relações presididas pela história corrente. O geógrafo torna-se um empiricista, e está condenado a errar em suas análises, se somente considera o lugar, como se ele tudo explicasse por si mesmo, e não a história das relações, dos objetos sobre os quais se dão as ações humanas, já que objetos e relações mantêm ligações dialéticas, onde o objeto acolhe as relações sociais, e estas impactam os objetos. O geógrafo seria funcionalista se levasse em conta apenas a função; e estruturalista se apenas indicasse as estruturas, sem

reconhecer o seu movimento histórico ou a relação social sem o conhecimento do que a produziu. Impõe-se, na análise, apreender objetos e relações como um todo, só assim estaremos perto de ser holistas, isto é, gente preocupada com a totalidade. A relação social, por mais parcial ou mais pequena que pareça, contém parte das relações que são globais ("mais pequena" é escrito aqui no sentido hispânico de menor de todas). Por exemplo, a história que se passa, neste exato instante, em um lugarejo qualquer, não se restringe aos limites desse lugarejo, ela vai muito além. A história da produção de um fato desencadeia um processo bem mais abrangente, que insere o fenômeno em contextos cada vez mais amplos. (SANTOS, 1998, p. 28).

Outro importante intelectual que elabora uma reflexão sobre os pressupostos metodológicos e a “função” da Geografia é Ruy Moreira. No texto “A Geografia serve para Desvendar Máscaras Sociais”, desenvolve a seguinte reflexão:

Em primeiro lugar, o espaço não seria formação espacial se o processo de produção não fosse, em verdade, um processo de reprodução. A formação espacial teria existência efêmera, restrita ao momento (período) de conversão da "primeira natureza" em bens pelo trabalho social, não chegando a adquirir uma estrutura duradoura e mais definitiva. Terminado o processo de produção, se extinguiria a "ordem espacial" gerada pelo trabalho social, como resultado e ao mesmo tempo condição de realização da produção. É devido ao fato de que o processo de produção é em verdade um processo de reprodução que esta "ordem espacial" ganha existência permanente. Fica mais uma vez patente o vínculo existencial entre a formação espacial e o processo de produção: como a reprodução é a produção em caráter permanente (contínuo), a formação espacial ganha um caráter permanente. Em segundo lugar, decorre dessa relação com o processo da produção social a relação de correspondência básica entre a formação espacial e a formação econômico-social. Produzida pelo mesmo processo gerador, em última instância, da formação econômico-social, e em simultaneidade, a formação espacial exerce dialeticamente papel fundamental nesse processo, já que é resultado e condição da reprodução. (MOREIRA, [s.d.], p. 10-11).

A relação predominante que define a forma espacial do modo de produção capitalista desde sua gênese até a contemporaneidade é a separação dos produtores dos meios de produção e a subordinação do trabalho ao Capital. Historicamente uma classe social se apropriou das condições necessárias para a subsistência humana (a burguesia), produzindo outra classe social “livre” dessas condições que não tem alternativa ao não ser vender sua capacidade de trabalho (o proletariado/os trabalhadores). Essa é a forma de ordenamento espacial do modo de produção capitalista que define a sociedade em que vivemos, produzimos e reproduzimos a nossa existência. Desde os processos que impulsionaram a destruição das relações Feudais de Produção, ou o Modo de Produção Feudal, que foram relações socioeconômicas que se desenvolveram em escala regional (principalmente na Europa) até a contemporaneidade, à relação predominante que se desenvolve em escala global, são as relações determinadas pela ordem do Capital.

Anos antes da publicação de “O Capital”, Marx e Engels, no “Manifesto Comunista” afirmaram que:

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto diferente: a burguesia e o proletariado. (MARX; ENGELS, 2010, p. 40-41).

O Modo de Produção Capitalista foi o único na história da humanidade que se “territorializou” por todo o planeta. Salvo algumas exceções pontuais situadas de forma espalhadas e fragmentadas pelo planeta, que se opõem ao capitalismo, a relação predominante, são as relações estabelecidas pelo modo de produção capitalista. Isso não significa que o Capital se reproduz de forma idêntica em todos os continentes, países, territórios, rincões. É um sistema de produção capaz de articular e produzir formas *desiguais e combinadas*. Para compreendê-lo, é necessário abrir mão da leitura das formas particulares e específicas, aparentemente desconectadas da Totalidade.

István Mészáros trabalha com um conceito de “sistema sociometabolismo do capital”, ao caracterizar o Modo de Produção Capitalista como uma relação predominante. A ideia de “metabolismo social” significa que é um sistema articulado, como qualquer organismo vivo, no qual o intercâmbio do ser social com a natureza se dá por meio de um sistema sociometabólico de controle do trabalho. As definições de cada particularidade são determinadas pelo conjunto do sistema de produção. O pensador húngaro, na sua obra *Para Além do Capital*, afirma que “[...] o sistema do capital é, na realidade, o primeiro da história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressivo tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar em que se encontre resistência” (MÉSZÁROS, 2006, p. 47). Refletir sobre o mundo onde vivemos e reproduzimos nossa existência, faz-se necessário. Se pararmos para pensar sobre nossas vidas, sobre as condições necessárias para nossa sobrevivência no cotidiano nos depararemos com objetos que nos cercam do mundo todo. O sistema de cooperação desenvolvido pelo Modo de Produção Capitalista é complexo, e articula todo o planeta para a produção de Mercadorias.

Ao pensarmos sobre como o planeta terra se encontra nessa fase histórica do Modo de Produção Capitalista, nos deparamos com um paradoxo: um sistema extremamente complexo e simples ao mesmo tempo. Complexo quando paramos para pensar nos acordos internacionais; nas guerras que se desenvolveram na história; o sistema bancário de cada país, região e no mundo; os sistemas de Governos e Estados; os sistemas de comércio internacionais; a divisão internacional do trabalho que define a participação de cada país na

produção mundial etc. Simples, pois cada vez mais há um processo de concentração e centralização dos meios de produção que define a tendência histórica da proletarização cada vez maior dos trabalhadores. Ou seja, na medida em que se tornam complexas as relações de produção, as duas principais classes sociais antagônicas se tornam mais evidentes.

A separação dos meios de produção do trabalho, criando um Modo de Produção onde se relacionam classes sociais, tem como objetivo a acumulação da riqueza produzida socialmente. Esse processo é possível através das relações de produção que se estabelecem nesse Modo de Produção, onde se relacionam a burguesia e o proletariado.

Ao apresentar o profundo estudo que faz sobre O capital, Marx inicia sua reflexão afirmando que: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias” e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria (*idem*, 165)”. Há aqui duas questões fundamentais para serem analisadas: 1) Uma desmistificação do que é a riqueza, já que a tendência do senso comum é assimilar que o dinheiro é o principal sinônimo da riqueza. Isso dificulta, por exemplo, quando olhamos para um grande pomar de laranja, propriedade de uma grande multinacional, e ver que ali se encontra uma grande fonte de produção de riquezas; 2) O Modo de Produção Capitalista articula o mundo, controlando as fontes de matérias primas e os trabalhadores espalhados nesses territórios, países, continentes, para produzirem mercadorias.

3 A NECESSIDADE AUTO - EXPANSIVA DO CAPITAL: DA PASSAGEM DO DINHEIRO COMO CAPITAL PARA O DINHEIRO COMO MERCADORIA, E O PAPEL DO BNDES – BRASIL

Não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles
 que não temem a fadiga de galgar suas escarpas
 abruptas é que têm a chance de chegar a seus
 cimos luminosos.
 Karl Marx

Em “A Era das Revoluções”, Eric Hobsbawm afirma que “a velocidade do mundo no início do Século XIX era determinada pela velocidade de uma mula ou cavalo” (HOBSBAWM, 2006, p. 26). Entretanto vale ressaltar um aspecto que fica subentendido na sua análise: quando o historiador inglês fala de velocidade, trata de velocidade de algo. No caso do início do Século XIX, trata-se da velocidade das mercadorias.

O modo de produção capitalista, ao se universalizar no espaço total, determina as demais relações da vida, para atingir uma finalidade muito simples: a produção de mercadorias. Todos os aspectos da vida social, cultural e política, giram como insetos em volta da lâmpada, em torno da produção da mercadoria, onde é possível a extração da mais-valia, e portanto, a valorização do valor.

Em 1916, Vladimir Ilitch Ulianov, mais conhecido pelo codinome de Lênin, produziu ‘uma importante obra, que foi chamada por ele de opúsculo (pequeno livro): “O Imperialismo, Fase Final do Capitalismo”¹. Nessa obra, Lênin analisa a fase que o Capital atravessava no início do século XX, e, diferentemente da fase concorrencial anterior, o modo de produção capitalista se encontrava na de constituição de monopólios. Desta obra tomaremos os três capítulos iniciais para nos ajudar nessa reflexão: I) A Concentração da produção em monopólios; II) Os bancos e seu novo papel; III) O capital financeiro e a oligarquia financeira; IV) A exportação dos capitais. Embora seja uma análise concreta de situações concretas, Lênin não parte do “nada”. Como se sabe, Lênin teve contato com a obra de Marx, se tornando, portanto, um dos mais importantes expoentes das ideias marxistas.

Uma das questões fundamentais da obra de Marx é a distinção entre Dinheiro e Capital. No senso comum, um portador de muito dinheiro se torna automaticamente um grande capitalista. Entretanto, Marx explica que o Dinheiro se transforma em Capital, quando este é um instrumental de fundamental importância no mecanismo produtivo do processo de

¹ Há várias traduções que se diferenciam a partir do título desta obra, como por exemplo, da Editora Expressão Popular com o seguinte título: “Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo” (2008). Nesse trabalho, optamos por utilizar uma tradução portuguesa das Edições Mandacaru.

produção capitalista, ou seja, é na produção que Dinheiro se transforma em Capital (MARX, 1996). O Dinheiro cumpre um papel fundamental no modo de produção capitalista enquanto instrumental que possibilita a valorização do Capital que, como sabemos, se realiza através da produção e extração da mais - valia. Para Marx (1996, p. 267): “Dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital diferenciam-se primeiro por sua forma diferente de circulação”. Na circulação simples, dinheiro representa certa quantidade de valor objetivada pelo trabalho. Agora o Dinheiro como Capital pressupõe uma relação mais complexa, ou seja, um processo de produção no qual o primeiro se apresenta como uma engrenagem importante, diríamos fundamental.

Ao iniciar a reflexão sobre o Capital Financeiro Marx afirma: “Da totalidade do capital, destaca-se e se torna autônoma determinada parte, na forma de capital-dinheiro, tendo a função do capitalista de efetuar com exclusividade essas operações para toda a classe de capitalistas” (MARX, 1974, p. 363). Esse capital-dinheiro, não poderia existir se não houvesse anteriormente um processo de produção capitalista organizado, que produzisse mercadorias e, nesse processo de produção o trabalho cria valor e o capitalista extraí um valor a mais, e assim que as mercadorias forem consumidas, o burguês se apropria desse mais - valor sob a forma de dinheiro acrescido. Ocorre que parte da mais - valia criada pelos trabalhadores se transforma em capital-dinheiro e, na aparência, se apresenta desvinculada do processo de produção: “Os movimentos do capital-dinheiro, portanto são, por um lado, movimentos apenas de parte que se tornou autônoma do capital industrial empenhado no processo de reprodução” (*idem*, p. 364). O dinheiro como Capital tem como função não apenas se transformar numa engrenagem fundamental da circulação do valor que busca valorizar-se na ordem capitalista, mas também de se transformar numa espécie de exportação do Capital, ou seja, recriar a forma de produção capitalista para além dos espaços nacionais. Além do que, ao adiantar certa quantidade de dinheiro que passará a funcionar como dinheiro-capital, pressupõe-se que este não retornará a sua fonte de origem do “mesmo tamanho” que saiu. Pressupõe-se que, enquanto capital-dinheiro, retorne acrescido, diferente. Não se trata somente da exportação do dinheiro, mas na forma do Capital Imperialista, uma exportação de Capital, ou seja, um Capital que já é portador de uma diferença desde seu primeiro movimento enquanto dinheiro-capital. Antes de realizar-se, espera-se que este retorne com um valor acrescido. Assim, esse capital-dinheiro é denominado por Marx de Capital Portador de Juros é uma forma autonomizada do capital industrial, funcional a este.

Sobre o Capital Portador de Juros Marx afirma:

Dinheiro – considerando aqui expressão autônoma de certa soma de valor, exista ela em dinheiro ou em mercadorias – pode na produção capitalista transformar-se em capital, quando esse valor determinado se transforma em valor que cresce, que se expande. É dinheiro produzindo lucro, isto é, capacitando o capitalista a extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não pago – produto excedente e mais valia – e dela apropriar-se. Por isso, além do valor de uso que possui como dinheiro, passa a ter outro valor de uso, isto é, a de funcionar como capital. Nessa qualidade de capital potencial, de meio de produzir lucro, torna-se mercadoria, mas mercadoria de gênero peculiar. Vale dizer – o capital como capital se torna mercadoria. (*ibidem*, p. 392).

O capital-dinheiro se transforma em capital portador de juros. Um Banco, por exemplo, que financia um processo de produção através de empréstimos de dinheiro, espera que num determinado tempo esse dinheiro seja devolvido com um valor acrescido, que não foi produzido pelo banco. Esse dinheiro se valorizará a partir da produção de uma nova mercadoria que por sua vez, é portadora de uma mais - valia. Parte dessa mais - valia (de um valor que não existia antes do processo de produção), será repartida entre o dono do capital-dinheiro, e por exemplo: as instituições bancárias. Não importa onde, ou que tipo de mercadorias necessita produzir para valorizar-se (Frigorífico no Uruguai, Soja no Paraguai, Agronegócio em Moçambique, Madeira no Canadá e etc.), o que importa é que o capital-dinheiro esteja inserido num processo de produção onde se produza um valor que não existia.

Associado ao papel que as instituições financeiras adquiriam nesse tempo de Imperialismo, é a concentração da produção e o surgimento dos monopólios. Essa é, segundo Lênin (1990, p. 22 - 23):

Uma das particularidades mais características do capitalismo [...] O capital monetário e os bancos, tornam ainda mais esmagador esse predomínio de um punhado de grandes empresas, e dizemos esmagador no sentido literal da palavra, ou seja, milhões de pequenos, médios, e até grandes patrões, encontram-se de fato, totalmente submetidos a algumas centenas de financeiros milionários.

Outra particularidade importante do modo de produção capitalista, na sua fase Imperialista é o surgimento dos monopólios. Além da centralização de vários ramos industriais por uma única empresa, a tendência histórica do sistema sociometabólico do capital, que podemos observar nos dias de hoje, é a tendência à eliminação da concorrência intra-capitalista, através da centralização cada vez maior de um determinado ramo da produção. É o que acontece no caso da produção, processamento e a comercialização do suco de laranja. Atualmente, de cada 3 copos de suco de laranja produzidos no mundo, 2,5 copos são produzidos pela Cutrale.

A interpenetração dos Bancos com a indústria produtiva, indústria de prestação de serviços, agronegócio etc., somado a constituição de monopólios, é que cria, na prática, o que

está sendo chamado de capital financeiro. A tendência histórica do Capital é que cada vez mais haja uma simplificação entre as classes dominantes burguesas, no que se refere ao controle dos variados ramos do financiamento, da produção e circulação das mercadorias produzidas no planeta. É mais fácil verificarmos a centralização de diversos ramos do Capital num determinado país, como é o caso de grandes transnacionais brasileiras, que controlam a produção, circulação e comercialização, a saber: o Grupo Friboi – JBS Bertin.

Não se trata somente da exportação do dinheiro, mas na forma do Capital Imperialista, uma exportação de Capital, ou seja, um Capital que já é portador de uma diferença desde seu primeiro movimento enquanto capital-dinheiro. No século XXI, essa centralização se desenvolve em escala mundial.

Voltando à questão das instituições financeiras, podemos destacar como exemplo, a atuação do BNDES, que se trata de um banco especificamente de fomento, nos últimos anos:

[...] um importante ramo de atuação do BNDES, e que confirma a relevância da instituição, é a BNDES Participação (BNDESPar), uma sociedade por ações, subsidiária integral do Banco e com sede em Brasília. Em dezembro de 2009 o investimento total (participações em coligadas e outras) era de R\$ 93 bilhões, o que tem gerado críticas de alguns setores, por conta do poder de desequilíbrio que o BNDES tem no mercado acionário. As participações do BNDESPar se concentram nos setores de petróleo e gás, mineração, papel e celulose, telecomunicações, energia elétrica e alimentos. O BNDESPar tem participação acionária hoje em 22 das 30 maiores empresas multinacionais brasileiras. (TAUTZ et al., 2013, p. 9).

Para Lênin (1990), o domínio do capital financeiro (resultante do desenvolvimento do Dinheiro-Capital e do Capital Portador Juros), é a forma metabólica que o Capital se apresenta na sua fase Imperialista. É o modo de produção capitalista no seu mais elevado grau: “O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do financeiro e da oligarquia financeira, a situação destacados de uns quantos Estados dotados de poder financeiro em relação a todos os restantes” (LENIN, 1990, p. 76). Obviamente que há distinções fundamentais entre o BNDES e os Bancos Privados. Mas basta lembrar que os lucros dos cinco maiores bancos que atuam no Brasil (Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Caixa Econômica Federal), elevaram-se de 11,1 bilhões de Reais em 2003 para 46,2 bilhões de Reais em 2011 (informação verbal)².

O modo de produção capitalista se caracteriza pela produção de mercadorias (onde inclusive a força de trabalho se transforma numa mercadoria), no seu mais elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas. A sociedade, na sua totalidade, se unifica a partir da

2 Informação fornecida por Adalberto Martins, setor de produção cooperação e meio ambiente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em palestra ministrada na Escola Nacional Florestan Fernandes em Abril de 2010.

produção de mercadorias, onde tudo está organizado para lograr esse objetivo. Um momento desta forma de sociabilidade foi o da exportação de mercadorias, característica principal da fase industrial do Capital. O mundo, no Século XVIII foi invadido por mercadorias da Europa, especialmente da Inglaterra. Nos dias atuais, o mundo foi invadido pelas mercadorias chinesas. Essa ideia de fases do Capitalismo não pode ser analisada como mera superação, onde encerra um ciclo e inicia-se outro; mas como um processo de superação onde se incorpora novos elementos aos que já existem. Entretanto, o que caracteriza essa fase do Capitalismo não é apenas a exportação de mercadorias, é a exportação de Capitais (Capital Portador de Juros e Capital Industrial).

Num primeiro momento da fase Imperialista do capitalismo, os principais países exportadores de capitais foram aqueles onde os monopólios surgiram com maior fluidez, nos quais houve uma acumulação de Capital gigantesca, formando assim, um enorme “excedente de capitais” (LENIN, 1990, p. 79). A exportação de Capital se dá através da realização da mais valia em outras partes do globo terrestre, sendo assim, portanto, países onde o modo de produção capitalista estivesse numa situação de atraso, de pré-desenvolvimento das relações entre Capital X Trabalho. A exportação de Capital, se caracteriza pela exportação do próprio Modo de Produção. Diz Lênin:

A possibilidade de exportação é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial [...] terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade da exportação de capitais deve-se ao fato de que em alguns países o capitalismo amadureceu excessivamente e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para sua colocação lucrativa. (*ibidem*, p.621).

A exportação de capitais determina o desenvolvimento dos países para onde são dirigidos, e como sempre são dirigidos, “para uma série de países atrasados”, esse fator que o atrai, deve ser garantido para que sua permanência nesse país seja maior. No início do Século XX, estão postas as condições para a formação de uma economia mundial (globalizada). Não há mais barreiras para a Valorização do Valor (MARX, 1996). Independentemente do que se produz estão dadas as condições para a exportação de Capital, a fim de se extrair mais valia da classe trabalhadora.

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) criado em 1952 pelo Governo de Getúlio Vargas, tinha como objetivo principal naquele momento fomentar o desenvolvimento da indústria nacional, financiando empresas brasileiras e a implementação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento capitalista no Brasil. O Brasil passa por um período de industrialização a partir de importação de bens de produção. Inicia-se a

consolidação de um parque industrial com a finalidade de produzir determinadas mercadorias voltadas para o consumo interno. Esse processo estava inteiramente integrado com o desenvolvimento do Capital na ordem nacional. Vieram para o Brasil, uma maquinaria sucateada, descarte das economias centrais na Europa e principalmente, dos Estados Unidos da América, ambos desenvolvimento novos processos técnicos e científicos. A partir dos anos 70, no auge da Ditadura civil militar, é reforçada a função de estimular o modelo de substituição de importações.

Como recorte temporal para compreender essa “nova” função do BNDES, será entre 2006 a 2010, com o intuito de fundamentar nosso objeto que é exportação de capitais brasileiros entre 2012 e 2014, avançaremos.

No ano de 2009, o BNDES, se tornou o terceiro maior Banco de fomento do mundo. No ano anterior, emprestou R\$ 128 bilhões³. Além de ser a principal fonte do PAC I e do PAC II, cumpriu com um papel fundamental, financiando o total de R\$ 6,5 bilhões para a instalação de 51 novas usinas para a produção de etanol, além de iniciar a construção de um alcoolduto de 920 quilômetros que liga Campo Grande até o Porto de Paranaguá, ainda em 2009.

A construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, que recebeu R\$ 7,2 bilhões do BNDES. A Barragem Salto do Rio Verdinho, obra da Votorantim, implementada no Estado de Goiás, recebeu o financiamento do BNDES de R\$ 250 milhões de. Dois anos antes, em 2007, os empréstimos aprovados pelo Banco para financiar a construção de hidroelétricas cresceram 207 % em relação a 2006, totalizando R\$ 13 bilhões.

Na criação da Fibria, que é a maior fabricante de papel e celulose do mundo, desembolsou R\$ 1,2 bilhão. Na empresa Brasil Foods (empresa que comprou a Sadia e a Perdigão), injetou R\$ 1,3 bilhão. Na formação do monopólio JBS – Friboi, financiou o total de R\$ 8 bilhões (hoje possui 22,4% das ações desta empresa, sendo esta a maior produtora de carne bovina do mundo). Nas telecomunicações, disponibilizou à Oi R\$ 2,2 bilhões para a aquisição da BrT, além de R\$ 4,4 bilhões no financiamento para a expansão da empresa⁴. Além de contribuir na fusão do Itaú Unibanco. Ainda no ano de 2009, o lucro do BNDES aumentou seis vezes em relação a 2003 (aproximadamente R\$ 5 bilhões).

Não há dúvida que cumpriu com um papel fundamental na acumulação e expansão do

3 Nesse mesmo ano, o Banco Mundial disponibilizou para empréstimos 46 bilhões Reais; o Banco Interamericano de Desenvolvimento 14 bilhões; o Eximbank – EUA 16 bilhões de Reais. Fonte: (O Valor, 15/12/2009).

4 Fonte: (Adaptado de FUCS, 2010, p. 48-49 apud SOUSA, 2012, p. 105)

Capital no Brasil. Entretanto, nesse mesmo período (2006 – 2010), o BNDES desenvolveu um papel fundamental no financiamento de Empresas brasileiras que começaram a exportar Capital na América do Sul. O alvo principal da política brasileira através do Banco é no desenvolvimento do agronegócio nessa região, embora tenha atuado fortemente no que diz respeito ao desenvolvimento de infraestrutura. No Uruguai o Banco financiou a implantação e a consolidação das empresas Friboi e Marfrig que atualmente controlam 70% das exportações de carne bovina. A Votorantim adquiriu a maior produtora de zinco do Peru, a MinCo, e atualmente controla 66% das jazidas daquele país com recursos do BNDES. A Gerdau comprou a maior siderúrgica peruana a SiderPeru. Ou seja, a Votorantin e a Gerdau, através do BNDES (e do Estado brasileiro) concentram o monopólio de Zinco e todo o processamento de minérios daquele país. A Camargo Corrêa atualmente, graças a disponibilidade de créditos do BNDES, centralizou a maior fábrica de cimento da Argentina, a Loma Negra ⁵.

No ano de 2005 os valores de exportação de Capital, sua distribuição territorial e os investimentos foram: na Venezuela o empréstimo de US\$ 121 milhões para construção da hidrelétrica La Vueltoza; 108 milhões de dólares para a linha 4 do metrô de Caracas; US\$ 78 milhões de para a linha 3 do mesmo metrô e 20 milhões de dólares para a FONDAPA. Na Argentina pode-se destacar o financiamento dos Gasodutos Norte de US\$ 37 milhões de San Martin de 200 milhões de dólares. No Paraguai o empréstimo para construção da Rodovia Ruta de US\$ 77 milhões e, no Chile, para a ampliação do metrô de Santiago no valor de US\$ 182 milhões. Em 2007, foi disponibilizado para a Comunidade Andina, recursos da ordem de US\$ 200 de dólares, visando aprofundar a integração entre o Brasil e a Comunidade Andina por meio de investimentos e importações de produtos brasileiros.

Somente no ano de 2007, o desembolso do BNDES para a América do Sul foi o maior já realizado: R\$ 642 milhões. Outra estratégia que buscava a valorização do Capital brasileiro é o setor de infraestrutura como afirma Ferreira (2008, p. 91):

No que se refere ao BNDES, sua carteira de operações destinadas a projetos de infraestrutura na América do Sul tem crescido fortemente, somando cerca de US\$ 11 bilhões entre operações contratadas e em perspectiva, para investimentos da ordem de US\$ 24 bilhões em projetos para construção de rodovias, pontes, hidrelétricas, gasodutos, linhas de transmissão, aeroportos, hidrovias, portos, ferrovias e sistemas de transporte urbano (metrô e ônibus).

O BNDES se tornou o principal fornecedor de crédito fomentando a

⁵ Fonte: (BRASIL DE FATO, 15/11/2011).

internacionalização de empresas brasileiras, ou seja, as empresas brasileiras estão num momento de expansão, buscando a extração de mais - valia em outros países. Vale a pena ressaltar que em dezembro de 2007, o Banco criou sua primeira agência internacional, fixando-se em Montevideu – Uruguai.

No ano de 2003 o total de recursos disponibilizados pelo BNDES era R\$ 35,10 bilhões; em 2009, chegou a R\$ 137,40 bilhões. Embora nossa intencionalidade seja analisar a atuação do BNDES na América do Sul, faz-se necessário abrir um pequeno parêntese sobre a atuação do Banco internamente, e a disposição/divisão de recursos a nível Regional: entre 2003 e 2009 -, a região sudeste foi o destino de mais da metade dos desembolsos do Banco, totalizando R\$ 261,7 bilhões, o equivalente a 56,4% sobre o total de desembolsos. As regiões com os menores desembolsos foram Norte, com R\$ 25,5 bilhões o equivalente a 5,5% e o Centro-Oeste, com R\$ 41,3 bilhões ou 8,9%. O Nordeste ficou com R\$ 49,5 bilhões ou 10,6%; e a região Sul, com R\$ 85,7 bilhões somando 18,4% do total de recursos investidos no Brasil. Obviamente o grande Capital foi o mais “favorecido”, abocanhando em 2003 70,1% dos créditos disponíveis e em 2009 82,5%⁶.

Observa-se, portanto, que há duas estratégias do Capital brasileiro: 1) a exportação de mercadorias produzidas no Brasil e 2) a exportação de capitais através da internacionalização de empresas brasileiras. Essa estratégia aprofundou-se no segundo governo Lula, e no terceiro mandato do PT, com Dilma Rousseff, podemos afirmar que se tem aprofundado mais ainda. Conforme veremos adiante, os governos brasileiros incentivam a expansão de empresas brasileiras que exploram outros lugares com a finalidade de valorizar o valor. Além de estimular, como dissemos a produção para a exportação, como é o caso das empresas produtoras de *commodities*, busca ampliar a participação de capitais brasileiros, capitais brasileiros associados, ou até mesmo empresas estrangeiras instaladas no Brasil a se expandirem para outras partes do planeta. Não custa lembrar que o Brasil durante os governos petistas não exportaram nenhum projeto, nenhuma mensagem para o mundo, que não fosse ditada pelo Capital.

O Século XX e XXI é marcado pela fase Imperialista do capital. Várias guerras, constituições de grandes monopólios marcam esse período histórico que inaugura uma nova forma de produção social da riqueza e apropriação privada da mesma. Deixa cada vez mais claro que, para o Capital e sua forma de reprodução, não há mais fronteiras. Vê-se o surgimento de potências mundiais que controlam cada vez mais o território, submetendo-o à

⁶ Fonte: (sítio do BNDES)

lógica destrutiva do Capital. Obviamente nos falta nesse trabalho debater o papel das guerras (principalmente as duas grandes Guerras Mundiais), dos conflitos entre as potências capitalistas, e o papel do Estado como instrumento fundamental na consolidação do Imperialismo, e as demais estratégias do Capital, como as relações diplomáticas entre os governos, por exemplo. Nosso esforço foi compreender o movimento do Capital a partir da leitura marxiana/marxista, na consolidação dessa fase do Capital. Entretanto, uma breve consideração é necessária: nos livros de história aprendemos sobre as motivações das guerras, que são na sua maioria, segundo tais fontes, motivações que caracterizamos como subjetivas. Fazem parte da vontade, da ideologia, da disputa motivada por ambições. Nos livros de geografia, aprendemos que os territórios são formados fruto das disputas. É o caso, por exemplo, das justificativas que se desenvolvem para defender a tomada das terras paraguaias pelo Brasil depois da Grande Guerra: é o preço que o Paraguai pagou ao Brasil pela guerra. Entretanto, as guerras, golpes e outras disputas são necessárias para o Capital pois: 1. A destruição pressupõe a fabricação de uma série de mercadorias cujo valor de uso é destruir. Na produção de armas se explora o trabalho extraíndo mais valor; 2. As guerras são sempre intra burguesas, fragmentos da classe dominante ao que suplantarem as vias diplomáticas, encontra como única saída é a guerra por controles de fontes de matérias primas, mercados, etc.

Regionalmente, observamos o despontar das formas de exportação de capitais, onde certamente o Brasil (embora subordinado às economias centrais) ocupa na América do Sul papel central. Nos últimos anos, o BNDES se torna um instrumental fundamental na constituição de monopólios e na exportação de capital nessa região. Cumpre com um papel fundamental da “territorialização” de empresas brasileiras que buscam a extração de mais-valia em outras partes do mundo. Citamos a América do Sul, mas sem medo de cometer um equívoco, podemos estender a atuação do Estado brasileiro, através do BNDES, em outras regiões do mundo, como a África, por exemplo, onde está em andamento o Projeto Savana, que tem como objetivo estender o domínio do Agronegócio brasileiro nas terras moçambicanas.

No final do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, em 2013, ocorreu no Brasil uma série privatizações. Anunciadas como “Programa de Parcerias Privadas” (PPPs), numa tentativa de que o nome alteraria substancialmente a realidade, as privatizações se deram em setores estratégicos para a circulação das mercadorias. O PAC das Concessões previa a privatização de 7.500 km de rodovias e 10 mil km de ferrovias, tendo um investimento previsto de R\$ 133 bilhões, sendo em sua maioria financiado pelo BNDES. Nada diferente do

receituário neoliberal que orienta as privatizações. Um ano antes, 2012 foram privatizados os aeroportos de Guarulhos - SP, Brasília - DF e Viracopos - SP, e estavam na lista os aeroportos de Galeão - RJ e Confins - MG.

A reportagem “BNDES aprova financiamento de R\$ 1,5 bilhão para concessionária de Viracopos”, apresenta as seguintes informações:

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou a concessão de financiamento de longo prazo no valor de R\$ 1,5 bilhão para a concessionária do Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado em Campinas (SP). A participação do Banco corresponderá a 62,6% do investimento total. Em dezembro de 2012, a empresa Aeroportos Brasil Viracopos já havia recebido empréstimo-ponte de R\$ 1,2 bilhão, aproximadamente.

Além do financiamento de longo prazo do BNDES, a concessionária emitirá debêntures de infraestrutura, no valor de R\$ 300 milhões. Esta emissão irá a mercado e a direção do BNDES já aprovou a participação da instituição.

[...]

A Aeroportos Brasil Viracopos é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), que tem como sócios a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), com 49% do capital total, e a Aeroportos Brasil S/A, com 51%.

A Aeroportos Brasil é controlada pela UTC Participações, pela Triunfo Participações e Investimentos S.A. e pela empresa aeroportuária internacional Egis Airport Operation, que opera 13 aeroportos no mundo, além de Viracopos. (PORTAL BRASIL, 2014).

A Egis é um grupo internacional que presta serviços de consultoria, estruturação de projetos e engenharia⁷. Atua nos setores rodoviários, portuários e aeroportuários. O faturamento em 2015 foi de 937 milhões de euros. 75% do seu capital são controlados pela Caisse des Dépôts, de origem francesa.

Os ativos do BNDES passaram de R\$ 151 bilhões em 2002, para R\$ 715 bilhões em 2015. O desembolso segundo atividades foi: Indústria: 40% em 2007; 43% em 2008; 46% em 2009; 47% em 2010; 32% em 2011 e 31% em 2012. Infraestrutura: 40% em 2007; 39% em 2008; 35% em 2009, 31% em 2010; 40% em 2011 e 34% em 2012. Agronegócio: 8% em 2007; 6% em 2008; 5% em 2009; 6% em 2010, 7% em 2011 e 7% em 2012. Comércio e serviços: 12% em 2007; 12% em 2008; 14% em 2009; 16% 2010, 21% 2011 e 28% em 2012.

De 2003 à 2012 o BNDESPar financiou um total de R\$ 25 bilhões de projetos. Em 2012 o BNDES levou o Brasil na posição de 4º colocado no ranking d Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), totalizando US\$ 65 bilhões. São investimentos fora do país, sendo na sua maioria de exportação de capitais. A título de comparação, o Brasil ficou na frente do

⁷ Fonte: EGIS. **O Grupo Egis:** a criatividade com visão de longo prazo. Disponível em: <<http://www.egis-brasil.com.br/quem-somos/o-grupo-egis>>

Reino Unido, Rússia e França .

A reportagem sob o título de “20 obras que o BNDES financiou em outros países”, afirma que:

Não é novidade para ninguém que o Brasil tem um problema grave de infraestrutura. Diante dessa questão, o que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) faz? Financia portos, estradas e ferrovias – não exatamente no Brasil, mas em diversos países ao redor do mundo.

Desde que Guido Mantega deixou a presidência do BNDES, em 2006, e se tornou Ministro da Fazenda, em 2006, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social tornou-se peça chave no modelo de desenvolvimento proposto pelo governo. **Desde então, o total de empréstimos do Tesouro ao BNDES saltou de R\$ 9,9 bilhões — 0,4% do PIB — para R\$ 414 bilhões — 8,4% do PIB [2014].**

Alguns desses empréstimos, aqueles destinados a financiar atividades de empresas brasileiras no exterior, eram considerados secretos pelo banco. Só foram revelados porque o Ministério Público Federal pediu na justiça a liberação dessas informações. Em agosto, o juiz Adverci Mendes de Abreu, da 20.^a Vara Federal de Brasília, considerou que a divulgação dos dados de operações com empresas privadas “não viola os princípios que garantem o sigilo fiscal e bancário” dos envolvidos. A partir dessa decisão, o BNDES é obrigado a fornecer dados sobre que o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) solicitarem. Descobriu-se assim uma lista com mais de 2.000 empréstimos concedidos pelo banco desde 1998 para construção de usinas, portos, rodovias e aeroportos no exterior.

PORTO MARIEL – CUBA:

Valor da obra – US\$ 957 milhões (US\$ 682 milhões por parte do BNDES)

Empresa responsável – Odebrecht

2) HIDRELÉTRICA DE SAN FRANCISCO (EQUADOR)

Valor da obra – US\$ 243 milhões

Empresa responsável – Odebrecht

Após a conclusão da obra, o governo equatoriano questionou a empresa brasileira sobre defeitos apresentados pela planta. A Odebrecht foi expulsa do Equador e o presidente equatoriano ameaçou dar calote no BNDES.

3) HIDRELÉTRICA MANDURIACU (EQUADOR)

Valor da obra – US\$ 124,8 milhões (US\$ 90 milhões por parte do BNDES)

Empresa responsável – Odebrecht

Após 3 anos, os dois países ‘reatam relações’, e apesar da ameaça de calote, o Brasil concede novo empréstimo ao Equador.

4) HIDROELÉTRICA DE CHAGLLA (PERU)

Valor da obra – US\$ 1,2 bilhões (US\$ 320 milhões por parte do BNDES)

Empresa responsável – Odebrecht

5) METRÔ CIDADE DO PANAMÁ (PANAMÁ)

Valor da obra – US\$ 1 bilhão

Empresa responsável – Odebrecht

6) AUTOPISTA MADDEN-COLÓN (PANAMÁ)

Valor da obra – US\$ 152,8 milhões

8 Fonte: BNDES. Disponível

em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Galeria_Arquivos/CAE_FINAL.pdf

Empresa responsável – Odebrecht

7) AQUEDUTO DE CHACO (ARGENTINA)

Valor da obra – US\$ 180 milhões do BNDES

Empresa responsável – OAS

8) SOTERRAMENTO DO FERROCARRIL SARMIENTO (ARGENTINA)

Valor – US\$ 1,5 bilhões do BNDES

Empresa responsável – Odebrecht

9) LINHAS 3 E 4 DO METRÔ DE CARACAS (VENEZUELA)

Valor da obra – US\$ 732 milhões

Empresa responsável – Odebrecht

10) SEGUNDA PONTE SOBRE O RIO ORINOCO (VENEZUELA)

Valor da obra – US\$ 1,2 bilhões (US\$ 300 milhões por parte do BNDES)

Empresa responsável – Odebrecht

11) BARRAGEM DE MOAMBA MAJOR (MOÇAMBIQUE)

Valor da obra – US\$ 460 milhões (US\$ 350 milhões por parte do BNDES)

Empresa responsável – Andrade Gutierrez

12) AEROPORTO DE NACALA (MOÇAMBIQUE)

Valor da obra – US\$ 200 milhões (\$125 milhões por parte do BNDES)

Empresa responsável – Odebrecht

13) BRT DA CAPITAL MAPUTO (MOÇAMBIQUE)

Valor da obra – US\$ 220 milhões (US\$ 180 milhões por parte do BNDES)

Empresa responsável – Odebrecht

14) HIDRELÉTRICA DE TUMARÍN (NICARÁGUA)

Valor da obra – US\$ 1,1 bilhão (US\$ 343 milhões)

Empresa responsável – Queiroz Galvão

*A Eletrobrás participa do consórcio que irá gerir a hidroelétrica

15) PROJETO HACIA EL NORTE – RURRENABAQUE-EL-CHORRO (BOLÍVIA)

Valor da obra – US\$ 199 milhões

Empresa responsável – Queiroz Galvão

16) EXPORTAÇÃO DE 127 ÔNIBUS (COLÔMBIA)

Valor – US\$ 26,8 milhões

Empresa responsável – San Marino

17) EXPORTAÇÃO DE 20 AVIÕES (ARGENTINA)

Valor – US\$ 595 milhões

Empresa responsável – Embraer

18) ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA CAPITAL PERUANA – PROJETO BAYOVAR (PERU)

Valor – Não informado

Empresa responsável – Andrade Gutierrez

19) RENOVAÇÃO DA REDE DE GASODUTOS EM MONTEVIDEO (URUGUAI)

Valor – Não informado

Empresa responsável – OAS

20) VIA EXPRESSA LUANDA/KIFANGONDO

Valor – Não informado

Empresa responsável – Queiroz Galvão. (SPOTNIKS, 2014, grifo nosso)

Quadro 1 – Contratações referentes a desembolsos no apoio à exportação pelo BNDES Pós-embarque - Janeiro de 1998 a março de 2014

PAÍS DA CONTRATAÇÃO	EXPORTADOR	RAZÃO SOCIAL MUTUÁRIO	NOME DO PROJETO	DATA DA CONTRATAÇÃO
PARAGUAI	JOHN DEERE BRASIL LTDA.	BANCO ITAU PARAGUAY	Exportações de bens	03/02/2011
PARAGUAI	JOHN DEERE BRASIL LTDA.	BANCO ITAU PARAGUAY	Exportações de bens	28/05/2012
PARAGUAI	JOHN DEERE BRASIL LTDA.	COOPERATIVA DE PROD. AGROPEC. PINDO LTDA	Exportações de bens	21/07/1998
PARAGUAI	JOHN DEERE BRASIL LTDA.	KUROSU & CIA S/A.	Exportações de bens	11/10/2002
PARAGUAI	JOHN DEERE BRASIL LTDA.	KUROSU & CIA S/A.	Exportações de bens	30/10/2002
PARAGUAI	JOHN DEERE BRASIL LTDA.	KUROSU & CIA S/A.	Exportações de bens	07/11/2002
PARAGUAI	JOHN DEERE BRASIL LTDA.	KUROSU & CIA S/A.	Exportações de bens	18/11/2002
PARAGUAI	JOHN DEERE BRASIL LTDA.	KUROSU & CIA S/A.	Exportações de bens	08/01/2003
PARAGUAI	JOHN DEERE BRASIL LTDA.	KUROSU & CIA S/A.	Exportações de bens	29/01/2003
PARAGUAI	JOHN DEERE BRASIL LTDA.	KUROSU & CIA S/A.	Exportações de bens	20/03/2003
PARAGUAI	JOHN DEERE BRASIL LTDA.	KUROSU & CIA S/A.	Exportações de bens	15/04/2003
PARAGUAI	JOHN DEERE BRASIL LTDA.	KUROSU & CIA S/A.	Exportações de bens	03/02/2011
PARAGUAI	JOHN DEERE BRASIL LTDA.	KUROSU & CIA S/A.	Exportações de bens	14/03/2011
PARAGUAI	JOSE DARCI CAMARGO JUNIOR ME	BANCO CONTINENTAL S.A.E.C.A	AGROINPAR PARAGUAI	16/10/2013
PARAGUAI	KEPLER WEBER INDUSTRIAL S/A	BANCO ITAU PARAGUAY	Exportações de bens	16/12/2011
PARAGUAI	KEPLER WEBER INDUSTRIAL S/A	BANCO ITAU PARAGUAY	Exportações de bens	16/04/2012
PARAGUAI	KEPLER WEBER S/A	ND	Exportações de bens	02/12/1997
PARAGUAI	KEPLER WEBER S/A	ND	Exportações de bens	28/01/1998
PARAGUAI	KEPLER WEBER S/A	ND	Exportações de bens	19/02/1998
PARAGUAI	KEPLER WEBER S/A	ND	Exportações de bens	09/03/1998
PARAGUAI	KEPLER WEBER S/A	ND	Exportações de bens	30/03/1998
PARAGUAI	KOMATSU DO BRASIL LTDA	ND	Exportações de bens	10/12/1997
PARAGUAI	KOMATSU DO BRASIL LTDA	ND	Exportações de bens	10/03/1998
PARAGUAI	KOMATSU DO BRASIL LTDA	ND	Exportações de bens	17/03/1998
PARAGUAI	MAQUINAS AGRICOLAS JACTO S A	BANCO ITAU PARAGUAY	JACTO - CIABAY	27/09/2013
PARAGUAI	MAQUINAS AGRICOLAS JACTO SA	BANCO DO BRASIL (NEW YORK)	Exportações de bens	28/03/2013
PARAGUAI	MAQUINAS AGRICOLAS JACTO SA	BANCO DO BRASIL (NEW YORK)	Exportações de bens	10/04/2013
PARAGUAI	MAQUINAS AGRICOLAS JACTO SA	BANCO ITAU PARAGUAY	Exportações de bens	15/12/2011
PARAGUAI	MARCOPOLO S/A	BANCO ITAU PARAGUAY	Exportações de bens	03/05/2013
PARAGUAI	NEW HOLLAND LATINO AMERICANA LTDA	ND	Exportações de bens	24/11/1997
PARAGUAI	NEW HOLLAND LATINO AMERICANA	ND	Exportações de bens	06/03/1998

	LTDA			
PARAGUAI	NEW HOLLAND LATINO AMERICANA LTDA	ND	Exportações de bens	13/03/1998
PARAGUAI	NEW HOLLAND LATINO AMERICANA LTDA	ND	Exportações de bens	20/03/1998
PARAGUAI	NEW HOLLAND LATINO AMERICANA LTDA	ND	Exportações de bens	28/07/1998
PARAGUAI	NEW HOLLAND LATINO AMERICANA LTDA	ND	Exportações de bens	17/08/1998
PARAGUAI	NEW HOLLAND LATINO AMERICANA LTDA	ND	Exportações de bens	16/12/1998
PARAGUAI	NEW HOLLAND LATINO AMERICANA LTDA	ND	Exportações de bens	11/01/1999
PARAGUAI	PIRELLI PNEUS LTDA	BBVA PARAGUAY	Exportações de bens	13/05/2013
PARAGUAI	RECRUSUL S/A	ND	Exportações de bens	04/06/1998
PARAGUAI	RICALL INDUSTRIA E COM DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA.	ND	Exportações de bens	06/01/1998
PARAGUAI	ROTOPEL INDUSTRIA MECANICA LTDA	ND	Exportações de bens	21/01/1999
PARAGUAI	ROTOPEL INDUSTRIA MECANICA LTDA	ND	Exportações de bens	02/01/2001
PARAGUAI	SIEMENS LTDA	ENTIDAD BINACIONAL YACYRETA	Exportações de bens	31/07/1997
PARAGUAI	SIEMENS LTDA	ENTIDAD BINACIONAL YACYRETA	Exportações de bens	23/10/1997
PARAGUAI	SIMPLEX EQUIPAMENTOS LTDA	ND	Exportações de bens	12/03/1999
PARAGUAI	STARA S/A INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS	BANCO DO BRASIL (NEW YORK)	Exportações de bens	29/03/2012
PARAGUAI	TEREX-CIFALI EQUIPAMENTOS LTDA	MUNICIPALIDAD DE ASUNCION	Exportações de bens	04/07/2000
PARAGUAI	THOR MAQUINAS E MONTAGENS LTDA	BANCO ITAU PARAGUAY	Exportações de bens	11/09/2012
PARAGUAI	WEG INDUSTRIAS S/A (INCORPORADA)	ND	Exportações de bens	09/08/1999
PARAGUAI	WEG INDUSTRIAS S/A (INCORPORADA)	ND	Exportações de bens	01/10/1999

Fonte: Elaborado pelo autor e adaptado Spotniks (2014).

4 BRASIL NO SÉCULO XXI – ABORDAGENS INTERPRETATIVAS

Posto que não há leituras inocentes,
começemos por confessar de quais leituras
somos culpados.
Louis Althusser.

A origem dessa leitura da realidade que está sendo chamada de Neodesenvolvimentista tem sua raiz histórica no Pós Segunda Guerra Mundial, que nessa época era chamada de Desenvolvimentista ou Nacional-Desenvolvimentista. Essa concepção foi aplicada segundo uma estratégia de desenvolvimento nacional que tinha como materialidade os países subdesenvolvidos (hoje chamado de países em desenvolvimento), que visavam uma forma diferente de inserção na Divisão Internacional do Trabalho. A aplicação tática desta teoria de desenvolvimento se daria a partir de um processo de industrialização visando a superação da dependência econômica diminuindo as importações, seja de bens de consumo e de produção.

A industrialização, portanto, seria a principal medida dessa teoria Desenvolvimentista. Como alternativa ao Subdesenvolvimento, foi proposto um modelo de substituição de exportação de produtos primários (haja vista que essa era forma que o Brasil estava inserido na divisão internacional do trabalho desde o período Colonial), que era caracterizado como uma produção voltada para o mercado externo. Chico de Oliveira, na sua obra “Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco”, afirma que a Revolução de 1930 inaugura um novo ciclo histórico no Brasil:

A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início do outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário exportadora e o **início** da predominância da estrutura produtiva de base urbano industrial. Ainda que nessa predominância *não se concretize* em termos da participação da indústria interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizará é crucial: **a nova correlação de forças sociais**, a reformulação do aparelho e da ação estatal, regulamentação de dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. (OLIVEIRA, 2003, p. 35, grifo nosso).

Esse novo ciclo é, portanto, uma nova forma de inserção na divisão internacional do trabalho, o que significaria uma nova inserção no mercado internacional a partir da introdução de uma nova forma de acumulação que parte da premissa de uma mudança qualitativa e quantitativa na política e na economia do país. A industrialização se apresenta, segundo essa concepção desenvolvimentista: “como alternativa ao subdesenvolvimento, enquanto necessidade de reversão da forma de condução do modelo primário exportador, caracterizado

como processo de produção voltado para fora” (TRANSPADINI; MANDARINO, 2013, p. 05). A substituição das importações, Estado como instrumento planejador e investidor, juntamente com o processo de mecanização da agricultura, em síntese, eram os elementos propostos pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), para que os países caracterizados como subdesenvolvidos rompessem com sua situação de atraso em relação aos países desenvolvidos, ou também chamados de economias centrais.

Em entrevista para a Revista Pauta, Mirian Limoeiro Cardoso (2013, p. 210) afirma que:

A ideologia do inculca tão profundamente o crescimento econômico como valor primeiro na sociedade que nesta sociedade se passa em geral a acreditar que este é “o” “seu” “destino” “promissor”, sempre deslocado para o futuro [...]. O desenvolvimentismo propunha crescimento econômico acelerado, que garantia prosperidade, para todos, no futuro... Desde o começo, porém, sucintamente a proposta desenvolvimentista era mudar, dentro da ordem, para manter a ordem. (CARDOSO, 2013, p. 210).

A ideologia, que tinha como objetivo se tornar materialidade do desenvolvimentismo, visava a modernização, tendo como processo principal a industrialização do país. Bresser-Pereira (2008, p. 210) ao pontuar os passos sobre a aplicação das táticas de um programa desenvolvimentista afirma que:

Primeiramente, os países devem realizar acumulação primitiva e criar uma classe capitalista mínima; em segundo lugar, eles devem completar sua modernização ou revolução capitalista, o que envolve a formação de um Estado verdadeiramente nacional e a industrialização; e, em terceiro lugar, agora dotados de uma moderna classe empresarial, uma ampla classe média profissional e uma ampla classe assalariada, e com as instituições básicas necessárias para o crescimento econômico, os países devem provar que são capazes de continuar a crescer rapidamente e de, gradualmente, chegar a níveis de crescimento dos países ricos.

O Brasil conseguiu romper com o “Sentido da Colonização” (PRADO JUNIOR, 2001, p. 19) A economia brasileira cresceu nos últimos anos, chegando a 6ª economia do planeta, entretanto, esse desenvolvimento econômico ainda está voltado para o mercado externo, de maneira que foi mantida a inserção do país na divisão internacional do trabalho participando como produtor primário. No ano de 2003, as exportações de produtos com alta tecnologia representavam 18% da pauta de exportação, enquanto os produtos primários (*commodities*) representavam 37%. Já em 2010 as exportações de produtos com alta tecnologia somou um total de 9%, sendo os produtos primários responsáveis por 51% das exportações. De 2003 a 2010 foram enviados para o exterior a título de lucros e dividendos um total de US\$130,2 bilhões.

Aparentemente, quando tratamos do Neoliberalismo, localizamos num tempo muito

próximo dos nossos dias. O Neoliberalismo é tido como uma política que foi iniciada na Inglaterra a partir do período de Margaret Thatcher, que derrubou, entre outros fatores o Muro de Berlin (que representa, simbolicamente, o fracasso das experiências do socialismo realmente existente do Século XX). Entretanto, sua origem tem raízes mais profundas. Enquanto doutrina, o Neoliberalismo se apresenta como uma formulação teórica que procurou realizar uma síntese eclética das formações de Adam Smith, dos Neoclássicos (Séculos XIX e XX) e da Escola de Chicago, estadunidense.

Santos (2004, p. 37), ao refletir sobre o Neoliberalismo como ciência econômica que se tornou hegemônica, afirma que: “Sem dúvida, a Universidade de Chicago foi seu ponto de apoio principal, mas posteriormente o pensamento liberal foi-se expandindo pela Academia norte – americana e mundial com grande êxito”. A partir da Crise de 1929, concomitante com a ascensão do processo socialista Soviético⁹, que dentre vários fatores potencializava o planejamento econômico, se apresentava como uma concepção teórica e econômica elevando a ideologia burguesa da liberdade (consequentemente igualdade e fraternidade).

Na década de 70, fruto de uma nova crise cíclica do Modo de Produção Capitalista, é que o programa Neoliberal ganha força material. Essa força material era hegemonizada pelos setores da burguesia representados pela oligarquia financeira (Capital portador de Juros), Grande Empresas Internacionalizadas e, obviamente, os intelectuais entrincheirados nos muros acadêmicos. Esse movimento encontrou novamente um terreno fértil para avançar no seu programa que em suma podemos resumir: exaltação do mercado, mercantilização da vida social, redução da carga tributária (especialmente sobre as famílias ricas) e a redução dos direitos trabalhistas conquistados a partir da luta de classes nas décadas anteriores.

Em descenso nas suas formas organizacionais e nas lutas, os trabalhadores foram os que mais sofreram golpes. A partir dos anos 80, Ronald Reagan (Presidente dos Estados Unidos) e Margaret Thatcher (Primeira Ministra da Inglaterra), impuseram ao mundo a doutrina Neoliberal. Na América Latina, as primeiras experiências do Programa Neoliberal foram desenvolvidas no Chile (Golpe de 1973) e na Argentina (Golpe de 1976). Esses países podem ser considerados como uma espécie de laboratório de aplicação do Programa Neoliberal¹⁰, sendo os EUA e a Inglaterra como países exportadores dessa ideologia. Ao

9 Obviamente não podemos descartar nesse processo histórico as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores estadunidenses, e de outros territórios do globo deflagradas em decorrência da crise de 1929. Ou seja, existe uma materialidade correspondente à teoria, que serviu como uma espécie de insumo para essa teoria.

10 Podemos resumir esse Programa Neoliberal em cinco grandes táticas a serem aplicadas: 1) Liberalização Comercial; 2) Desvalorização da Moeda; 3) Nova Divisão Internacional do Trabalho; 4) Liberalização do Mercado (também conhecida como Globalização como ideologia que na prática representou um novo momento

contrário do que senso comum compreende sobre o Neoliberalismo acerca da ausência do Estado na economia, este instrumental da classe econômica e politicamente dominante, cumpre com um papel fundamental na implantação do Programa Neoliberal.

A partir de 1982, o Governo de Reagan realiza uma ofensiva no sentido de desenvolver o programa Neoliberal. Um instrumento fundamental para aplicação do receituário foi o Banco Mundial. De acordo com Pereira (2010, p. 248) a ofensiva Neoliberal é orientada a partir de três recomendações centrais:

Primeira, o apoio dos EUA aos BMDs (Banco Multilateral de Desenvolvimento) deveria ser desenhado para acelerar a abertura dos mercados nacionais e a superioridade do capital privado no financiamento da atividade econômica em relação ao setor público. Segunda, os EUA deveriam trabalhar para assegurar que a alocação de empréstimos fosse condicionada à realização de reformas políticas nos países receptores. Terceira, os EUA deveriam produzir paulatinamente seus gastos com os BMDs. Tratava-se, pois, de mover a política de empréstimos dos BMDs do apoio ao crescimento “dirigido pelo Estado” para o apoio ao crescimento “conduzido pela ‘empresa privada’”. A mudança no balanço entre “Estado” e “mercado” expressava, como sempre, uma virada mais profunda na correlação de forças entre capital e trabalho e entre os Estados nacionais.

Há pelo menos três considerações que podemos analisar como fundamental desse processo: 1) a idéia de que o Mercado seria um espaço determinante de sociabilidade, o que significa a substituição dos serviços e empresas produtivas Estatais pelo Capital Privado; 2) a consolidação e expansão da hegemonia do Capitalismo do hemisfério Norte em relação ao Sul, o que significa a expansão e a consolidação do Imperialismo; 3) a vitória do Capital em relação ao Trabalho.

O ex presidente da República Fernando Henrique Cardoso é conhecido como o Príncipe do Neoliberalismo. Eleito em 1994, assume em 1º de janeiro de 1995 quando apresenta sua tarefa anunciada no discurso de posse: a modernização econômica, política e social do Brasil. Tal modernização teria como condição primordial a inserção do país no novo ciclo de internacionalização da economia mundial, ou seja, recolocar o Brasil na Divisão Internacional do Trabalho. Nesse novo ciclo o predomínio da fração financeira do capital mundial passa a ditar a lógica do processo de reprodução e acumulação capitalistas e o primeiro mandato de Fernando Henrique (1995-1998) colocará o Brasil nos “trilhos” em que perseguirá, sempre de forma subordinada e dependente, a locomotiva do capital monopolista internacional.

Segundo Filgueiras (2006, p. 180-1):

O Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto Neoliberal. Tal fato deveu-se, de um lado, à dificuldade de soldar os distintos interesses das diversas frações do capital até então presentes no moribundo Modelo de Substituição de Importações (MSI) (Filgueiras, 2001) e, de outro, à intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980 – que se expressou, entre outros eventos, na constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989.

O Plano Real, implementado em 7 de dezembro de 1993, foi idealizado a partir do programa oriundo do Consenso de Washington. Anunciado como um plano de estabilização foi responsável por uma série de mudanças que seriam complementadas e aperfeiçoadas ao longo dos oito anos em que Fernando Henrique foi Presidente da República. Argumentando que o Consenso de Washington se caracterizou como um dos fundamentos teóricos do Plano Real, Filgueiras (2006, p. 93) afirma:

Como se sabe, todos os planos de estabilização adotados nos últimos anos na América Latina são da mesma família do Consenso de Washington [...]. Em todos os lugares onde foram adotados, esses planos seguiram, sempre, o mesmo roteiro: combate à inflação, através da dolarização da economia e valorização das moedas nacionais, associado a uma grande ênfase na necessidade do “ajuste fiscal”. Acompanharam a realização de reformas do Estado – sobretudo privatizações e mudanças na seguridade social – desregulamentação dos mercados e liberalização (internacionalização) comercial e financeira.

O Consenso de Washington impunha medidas que deveriam ser seguidas como referências pelos países da América Latina. Um dos elementos centrais que podemos destacar do Programa do Consenso de Washington é o Estado Mínimo, através de uma reestruturação orçamentária, através da diminuição dos gastos públicos, a participação do Estado na economia. Outro elemento que podemos caracterizar como central seria a liberalização comercial e financeira, ou seja, estimular a livre concorrência através da abertura dos mercados nacionais com o intuito de atrair investimentos estrangeiros. O Mercado se apresenta como elemento central na regulamentação da economia através da “livre concorrência”. Podemos afirmar que a eleição de Fernando Henrique pode ser entendida como mais um momento, mais uma etapa do projeto de recomposição das forças políticas conservadoras do país. Segundo Fiori (1998, p.14):

Desde este seu ponto de vista, aliás, o Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial.

O ponto de vista de Fiori combina com o de Filgueiras, no sentido da forma como o Capital a partir da estratégia Neoliberal produziu no Brasil uma nova correlação de forças de classes, alterando inclusive a correção de forças das frações da classe dominante: “A vitória desse projeto expressou, ao mesmo tempo em que estimulou, um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante [...]” (FILGUEIRAS, 2006, p. 183). Nessa nova configuração de classes a partir do primeiro Governo de Fernando Henrique, faz parte dessa fração da classe dominante que se torna hegemônica o Capital Financeiro Internacional, os grandes grupos econômicos financeiros nacionais e o Capital produtivo multinacional.

O plano de abrir a economia para o Capital Internacional, nas palavras de Theotônio dos Santos obteve um resultado dramático:

De 1994 a 1997 o Brasil pulou de um superávit comercial de 10 bilhões de dólares para um déficit de 8 bilhões de dólares. Ainda mais grave: o pagamento de fretes (que se agigantou com a ruína da navegação e da indústria naval brasileiras) se elevou de 5 bilhões por ano; [...] as dívidas do país no exterior se elevaram de 148 para 190 bilhões e o pagamento das mesmas consequentemente aumentou a saída de lucro das empresas multinacionais (que se apoderaram de novos setores via privatizações). O resultado foi um déficit em transações correntes com o exterior de aproximadamente 1,7 bilhões em 1994 que subiu para 33,4 bilhões em 1997. (SANTOS, 2006, p. 478).

O desemprego nesse período, segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas), subiu 5,41% em 1994 para 9% em 1998. Houve um aumento de quase 50 bilhões de dólares da dívida externa no mesmo período. Mesmo assim, em outubro 1998, com 53,06% dos votos válidos, a partir da aliança eleitoral, o candidato Fernando Henrique se reelege, tendo como base a aliança PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, PFL – Partido da Frente Liberal, PPB – Partido Popular Brasileiro, PTB - Partido Trabalhista do Brasil e o PDS – Partido Democrata Social. Estava garantido mais quatro anos de reinado do Neoliberalismo. O segundo mandato foi marcado com uma política da continuidade. Um elemento que merece destaque no segundo mandato de Fernando Henrique, é sobre a autonomia do Banco Central, o endividamento do Estado e um aumento nos lucros dos banqueiros no Brasil:

Considerados em conjunto, os dez maiores bancos privados brasileiros, quando se comparam os resultados obtidos em 2001 com os de 1994, tiveram um crescimento de 70% no patrimônio, 64% na rentabilidade e 180% no lucro. Já a rentabilidade do setor não financeiro no Brasil em 2002, foi de 5,6%; mas esse resultado se eleva para 15% quando se retiram as despesas financeiras. [...] As cinco maiores instituições financeiras do país, que respondiam, em 1994, por 45,2% do ativo total do sistema e por 48% dos depósitos existentes, passaram a deter, em 2002, 60,2% do ativo total e 69,2% dos depósitos. Esses mesmos números, para as dez maiores

instituições, alcançaram, em 2002, 75,8% do ativo total e 85,9% dos depósitos, quando, em 1994, eram de 60,2% e 65,1% respectivamente. (FILGUEIRAS, 2006, p. 257).

Concluindo: o Governo de Fernando Henrique Cardoso ficou conhecido pelas batidas dos martelos ao vender as Empresas Estatais (Política das Privatizações), pelo grande lucro que proporcionou aos banqueiros, pela vergonha nos dois Massacres de Sem Terras (Corumbiara e Carajás), e por se atrapalhar no momento de passar a faixa presidencial ao seu maior opositor nos pleitos eleitorais: Luiz Inácio Lula da Silva. Um fator positivo, se podemos chamar assim, foi que o Neoliberalismo provocou, durante seus dois mandatos certa unidade na esquerda: “somos contra o Neoliberalismo”.

Os dois Governos Lula (2002 a 2006 e 2006 a 2010), foram recebidos pela população, e em especial pela esquerda brasileira com bastante ansiedade e entusiasmo. Eleito no segundo turno com 52,8 milhões de votos entraria para a história como o segundo presidente mais votado no mundo, atrás apenas de Ronald Reagan (citado algumas vezes nesse trabalho, eleito em 1984 com 54,5 milhões de votos). Havia várias análises e opiniões sobre o seu Governo (alguns acreditaram que seria o “nosso” Governo). Uma das principais teses em 2002 é de que seria um governo em disputa (burguesia, frações entre a burguesia, e os trabalhadores). Outra é que seria um Governo em disputa e de ruptura com a era FHC (pós-neoliberal). Uns poucos, que seria um Governo de continuidade.

De fato, o Brasil do Século XXI está numa situação diferente, do ponto de vista econômico. Entretanto, essa mudança não pode ser analisada separando o país da totalidade. A economia brasileira cresceu nesses últimos anos, pois encontrou uma situação internacional favorável para esse crescimento:

A taxa secular de crescimento real da renda mundial – taxa média no período 1890 – 2006 – é 3,2%, e no mesmo período a mediana das taxas de crescimento anual é 3,8%. Durante o governo Lula (2003 – 2006) a taxa média de crescimento real da renda mundial foi de 4,9%. Portanto, na esfera produtivo-real, a economia mundial tem tido, no período 2003-2006, um desempenho muito superior à sua média e mediana desde 1890. Ou seja, no contexto internacional tem sido muito favorável: no período de 2003-2006, a taxa de crescimento econômico real foi 50% maior do que a média histórica. Com a taxa secular, a economia mundial duplicava a renda mundial a cada 22 anos, enquanto com a taxa média do período 2003 – 2006 a duplicação ocorre a cada 14 anos. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 36).

Essa questão do crescimento da economia mundial nos ajuda a compreender que o ciclo internacional favorável que a economia brasileira estava inserida. Outro aspecto fundamental foi a ampliação da capacidade produtiva (investimento na esfera produtiva real), que aumentou de 20,8% do PIB mundial para 22,8%. Filgueiras e Gonçalves (2006, p. 38-39),

ao analisar a expansão da economia mundial e seus efeitos no Brasil afirmam:

Há inúmeras causas do atual ciclo de expansão da economia mundial. A mais importante refere-se ao dinamismo das locomotivas do sistema econômico internacional, a saber, Estados Unidos e China [...]. O efeito locomotivo dos Estados Unidos, que responde por 20% do PIB mundial decorre da natureza das suas políticas macroeconômicas e do seu impacto sobre o restante da economia mundial. A taxa de investimento dos Estados Unidos mostra tendência de alta no período de 2003 – 2006. Essa taxa aumenta continuamente de 18,4% em 2003 para 20,0% em 2006. [...]. O efeito locomotiva da China, fundamentalmente da sua velocidade e do seu crescente peso na economia mundial. Atualmente, a economia chinesa responde por 15% do PIB mundial. No período de 2003 – 2006, a economia chinesa cresceu à taxa de média anual de 10,3%.

O crescimento dos Estados Unidos e da China impactou a economia mundial, haja vista que esses dois países controlam 35% do PIB mundial. Poderíamos somar a esse “efeito locomotiva” as economias asiáticas e a Europa, que tiveram crescimento, entretanto, não tão elevado como os dois citados acima. Enfim, o Governo Lula inicia seu primeiro mandato numa conjuntura econômica mundial extremamente favorável, o que não se observava nos períodos anteriores. No primeiro mandato do Governo de Fernando Henrique a média de exportações foi de 49,6 bilhões de dólares, sendo que as importações somaram 55,1 bilhões de dólares resultando um saldo negativo de 5,6 bilhões. No segundo mandato as exportações foram 55,4 bilhões, obtendo nesse período um saldo positivo de 3,5 bilhões de dólares. Já no primeiro mandato de Lula, a média de exportações somou um valor médio de 106,4 bilhões de dólares (chegando a 137,4 bilhões em 2006, maior valor desde 1995), sendo a média das importações de 69 bilhões, o que gerou um saldo médio positivo de 37,4 bilhões¹¹. Obviamente que esse crescimento foi resultado do efeito locomotivo das economias centrais.

A chegada de Lula ao Palácio da República é fruto de uma ampla articulação de várias frações de classe seja da classe economicamente dominante, e organizações representantes dos trabalhadores. Aos trabalhadores, restou a tarefa histórica que os colocam numa situação de protagonistas: apertar um botão na urna eletrônica. Num texto intitulado “Hegemonia da Pequena Política”, Carlos Nelson Coutinho (2008, p. 30) inicia uma discussão sobre hegemonia (que se dá através do consenso, e não da coerção), com a seguinte interrogação: “Que diferença substantiva existe atualmente, por exemplo, entre conservadores e trabalhistas na Inglaterra? Ou entre o Governo FHC e o Governo Lula no Brasil?”. Coutinho prossegue sua reflexão dizendo:

Infelizmente, a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para

11 (Fonte: Banco Central)

minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção do governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – a cooptação dessa política de importantes movimentos sociais, ou pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal – corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós. (COUTINHO, 2008, p. 42).

No imaginário da população e dos movimentos sociais o Governo Lula promoveria mudanças significativas no país: reforma agrária, urbana, mudanças na política econômica, distribuição de renda, geração de empregos, melhorias na saúde e etc. Essa “esperança” começou a ser minada um pouco antes do pleito eleitoral quando Lula lançou a “Carta ao Povo Brasileiro”, que em síntese prometia combater a pobreza, sem rupturas estruturais, mais do que isso, na Carta assegurava ao capital financeiro o respeito aos contratos estabelecidos. A “Carta ao Povo Brasileiro” não estava endereçada à população em geral, mas sim, e principalmente, à classe dominante brasileira e internacional, onde prometia, em linhas gerais, a continuidade com o projeto de seu antecessor.

O Governo Lula foi capaz de dar coesão política ao bloco dominante, reduzindo seus opositores, enfraquecendo a capacidade de mobilização dos Movimentos Sociais e Sindicais. As últimas grandes mobilizações que houveram durante o Governo foi a Marcha do MST de Goiânia a Brasília em 2005, e a Ocupação das Mulheres Sem Terra na Aracruz Celulose em 2006. Não significa que não houve lutas, mas a capacidade de organização foi sendo minada durante os dois mandatos. Em nome da governabilidade, articulou os partidos de centro e direita, dividindo os Ministérios de acordo com a capacidade de articulação dos mesmos. E foi capaz também, de articular um bloco dominante resultando numa nova configuração:

[...] o capital financeiro internacional, cuja expressão são os fundos de pensões, os fundo mútuos de investimentos e os grandes bancos dos países desenvolvidos; os grandes grupos econômicos-financeiros nacionais, que conseguiram sobreviver, até aqui, ao processo de globalização, em função da sua capacidade competitiva por meio da associação (na maior parte dos casos subordinada) com capitais estrangeiros; o capital produtivo multinacional (associado ou não ao capital nacional). Todos eles têm aumentado sua influência no bloco dominante. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2006, p. 179).

Adicionalmente tem como aliado a nova classe média alta. Tomando um conceito desenvolvido por Oliveira e Coutinho (2006), pode se considerar que intensificou a “pequena política”, que o levou, por exemplo, a derrotar oligarquias históricas como Antônio Carlos Magalhães na Bahia. Foi capaz de institucionalizar as contradições entre Capital e Trabalho, transformando a pobreza e a fome, num problema administrativo, ao mesmo passo que trouxe para seu Governo o proprietário do maior complexo siderúrgico do país (contando com

algumas importantes unidades no exterior): Jorge Gerdau Johannpeter, um dos principais beneficiários das privatizações do Governo Fernando Henrique.

O que foi chamado de “melhorismo social” (consequência do projeto Neodesenvolvimentista) é fruto conjuntural do “efeito locomotiva”. É bem verdade que o número de trabalhadores com carteira assinada cresceu. A informalidade entre 1996–1999 representava 57,7% dos trabalhadores ativos; em 2009 diminuiu para 43,8% (Fonte: IBGE). O Rendimento médio do trabalhador cresceu 47,9% de 2003 a 2009 (Fonte: IBGE). Em 2003 foi destinado para o Programa Bolsa Família 0,11% do PIB, passando para 0,44% em 2010. No mesmo passo, entre 2003 e 2010 foram enviados para exterior 130,2 bilhões de dólares a título de lucros e dividendos. Os lucros dos cinco maiores Bancos do país elevaram-se de 11,1 bilhões de Reais em 2003, para 46,2 bilhões em 2010. A concentração de renda aumentou no período do Governo Lula em números alarmantes: 10% da população controlavam 75% da riqueza produzida no Brasil¹².

No tocante à questão agrária, os números são mais alarmantes. Os minifúndios em 2003 detinham 9,4% das terras agricultáveis, diminuindo essa participação para 8,2%. Já a grande propriedade detinham 51,6%, passando para o controle de 56,1% em 2010. O Índice Gini rural passou de 0.520 em 2002 para 0.490 em 2009; na zona urbana, 0.570 para 0.530 no mesmo período (BARBOSA, 2012, p. 65).

Concordamos com Antunes (2011, p. 132) quando afirma que: “O Governo Lula – que poderia ter efetivamente iniciado o desmonte do neoliberalismo no Brasil – acabou tornando-se dele, inicialmente prisioneiro e, depois, lépido agente [...] incapaz de principiar a desestruturação dos pilares da dominação burguesa no Brasil”. Embora não seja uma medida do seu Governo, vale a pena ressaltar que sua sucessora Dilma Rousseff, continuou batendo o velho e bom martelo das privatizações, leiloando as principais ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, e por último assistimos a venda da maior reserva de petróleo no pré-sal do planeta.

12 Fonte: (DIEESE).

5 A EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS DO BRASIL NA AMÉRICA DO SUL ENTRE 2012 À 2014: O CASO PARAGUAIO

A produção capitalista
não é apenas produção de mercadoria,
é essencialmente produção de mais-valia.
O trabalhador produz não para si, mas para o capital.
Não basta, portanto, que produza em geral.
Ele tem de produzir mais valia.
K. Marx

5.1 REFLEXÕES SOBRE ESPAÇO E TERRITÓRIO: ELEMENTOS CONJUNTURAIS

No Manifesto do Partido Comunista (2010), K. Marx e F. Engels problematizam que umas das tarefas dos trabalhadores é romperem os grilhões que os cercam, sendo, na nossa interpretação, um desses grilhões: a questão do território.

Conforme assinalamos no primeiro capítulo, ultimamente as interpretações hegemônicas que definem o território, não levam em consideração as relações de territórios e espaço global. Enquanto que, para algumas interpretações que sobrevalorizam as questões territoriais reforçando a atuação numa particularidade específica deste, o Capital segue aprofundando sua dominação espacial global. Enquanto os trabalhadores seguem na tentativa de reforçar estratégias no âmbito territorial, o Capital segue impondo suas relações desconsiderando divisas, regiões, países ou continentes. O Capital, ao se desenvolver, aprendeu que não tem pátria.

A incessante busca pela valorização do valor é o principal objetivo do Capital. Esse mecanismo de valorização se desenvolve a partir da dominação cada vez maior das condições necessárias para sua realização que é a apropriação dos meios de produção e das terras e seus recursos naturais. Tais meios de produção são instalados concretamente em frações do espaço, a partir da instalação de fábricas com a finalidade de produzirem mercadorias. Assim, cada vez mais os territórios, tão idolatrados pelos trabalhadores, vão se tornando simples espaço do Capital.

Historicamente o Paraguai é um desses territórios onde nunca existiu uma fronteira para a atuação do Capital. Localizado no continente Americano, é considerado um dos países mais pobres do nosso continente. Seu território de 406.752 km² é ocupado atualmente em sua maioria por empresas estrangeiras, sendo que a produção agrícola é controlada na sua maioria por brasileiros. A intensidade do Capital em explorar o território paraguaio na busca da valorização do valor resulta em que o Paraguai hoje possui um dos solos mais degradados da América Latina: 33,5 % das terras. Segundo dados da CEPAL, em 2100 serão 66,3 %.

As principais causas desta degradação derivam da erosão por desmatamento, da sobre-exploração das terras na agricultura e sua contaminação por produtos químicos. A estes impactos humanos diretos há que se adicionar uma alta probabilidade de, até o ano 2100, a mudança climática reduzir o PIB agrícola em 28,0%, 9,6% e 18,0% no Paraguai, Peru e Equador, respectivamente. (CEPAL, 2010, p.65).

Em suma, esse processo é consequência direta da forma metabólica do Capital se apropriar do Espaço. Para garantir a valorização do valor, extraindo mais valia e a renda da terra, é preciso extrair ao máximo as condições necessárias para que o mesmo se reproduza. Para tanto, a busca incessante pela valorização chega a tal ponto que é necessário explorar ao máximo as condições chegando num nível de degradação generalizada da sociedade e de seus recursos (naturais, por exemplo). Assim, inicia-se uma etapa de destruição, de esgotamento. Portanto, é uma produção destrutiva, conforme afirma Mészáros (2011, p.49): “a produção destrutiva diz respeito à “destruição em nome do lucro, dos recursos não renováveis do planeta”. Aliás se consideramos a Guerra como num processo, perceberemos que a força motriz que a movimenta é a valorização do valor.

O Paraguai conquistou sua independência em 1811. Cinquenta e quatro anos mais tarde, passou por uma Guerra contra o Brasil, Argentina e Uruguai que se estendeu até 1870. O Paraguai se desenvolveu como uma espécie de potência regional na época. A primeira ferrovia construída na América do Sul, por exemplo, foi no Paraguai. A partir de 1814 desenvolveu uma política econômica independente das tutelas do Capital inglês.

As consequências da conhecida Guerra da Tríplice Aliança, foi um território arrasado, destruído, e uma população praticamente dizimada. Os destroços da Guerra contra o Paraguai se veem até os dias atuais, seja nos seus museus de Guerra, onde estão enterrados seus comandantes e um soldado desconhecido, todos cobertos pela bandeira paraguaia. A mesma Guerra também redefine a forma como este país se insere na divisão internacional do trabalho, colocando o país nos mesmos trilhos onde marcham os demais países latino americanos. Nas palavras de Eduardo Galeano:

No Paraguai não havia fome, nem analfabetismo e o que havia era um sentido de dignidade nacional. Depois da derrota, quando a Tríplice Aliança arrasou o país, perdeu isso; não perdeu, mas ficou moribundo, gravemente ferido, submerso, porque às vezes na história humana acontece o que se verifica com os rios. Que circulam, que correm pela superfície, mas também circulam submersos, não se pode vê-los, como no caso do rio Gareña na Espanha, que tem boa parte do percurso subterrâneo, mas isso não quer dizer que não exista. Na história, acontece o mesmo. Muitas vezes há coisas que não se vê, mas existe essa herança de dignidade. Os poucos sobreviventes do extermínio do Paraguai receberam o país mais heroico de todos. E os invasores acreditaram que em questão de semanas tomariam o país, mas levaram mais de cinco anos e sofreram muitas baixas, e um desenvolvimento enorme de sua

dívida com os banqueiros que financiaram o extermínio. (GALEANO, 2012, p.12).

A partir de 1870, o território paraguaio sofre uma investida imperialista muito forte, o que é comum nos processos de pós-guerra. Conforme salienta Cecília Vuyk:

En, Paraguay, luego de la Guerra Grande de 1870, el ingreso de los capitales extranjeros a través de la venta de tierras públicas generó sectores económicos a lo largo del territorio nacional controlados por capitales anglo-argentinos, norteamericanos y brasileños. Menos de dos decenas de monopolios extranjeros controlaban un cuarto del territorio nacional, siendo los principales los anglo-argentinos Carlos Casado S.A. y La Industria Paraguaya S.A., y la brasileña Mate Laranjeira, que controló un sector yerbatero en el departamento de Concepción. (VUYK, 2016, p. 55).

O Paraguai entra no Século XX como uma economia completamente dependente, e como disse Galeano, com uma dívida enorme. Ainda no mesmo trilho dos países latino americanos, passa por uma Ditadura Militar. Em 1954 o General Stroessner assume o Governo através de um Golpe militar, que o levou ao poder até 1989:

Antes de se envolver na política, Stroessner tinha uma bem-sucedida carreira militar. Participou da Guerra do Chaco (1932-1935) e liderou o massacre contra a classe trabalhadora em Assunção durante um levante popular em 1947, a Revolução dos Pynandí (ou "pés descalços", em guarani). No ano seguinte atingiu a patente de general de brigada e se tornou o general mais jovem na América do Sul. (NOVAES, 2013, p.1).

Os Golpes militares no nosso continente se desenvolvem num momento de realinhamento da economia global. Com o subterfugio de contenção do terror comunista, se desenvolve a conhecida Guerra Fria, durante a qual se intensifica a dominação dos territórios a partir das Ditaduras civil - militares com o discurso de proteger os países do perigo comunista, mas que têm como finalidade maior a garantia da extração de mais valor. Na crista da Guerra Fria estavam os Estados Unidos da América, e os trilhos que as Ditaduras Militares construíram levavam nosso continente a se alinhar com a politica econômica estadunidense. Assim como nas guerras a força motriz que produz esses golpes em todo o continente não é outra senão a valorização do valor. Segundo Osvaldo Coggiola:

Na década de 1930, além do Brasil, vários países latino-americanos suspenderam o serviço de suas dívidas, facilitando o desenvolvimento e a industrialização em alguns desses países. Já no período de 1945 a 1955, a América Latina remeteu ao exterior o equivalente a 10,5% de suas receitas de exportação. De 1950 a 1969 ingressaram na América Latina 20 bilhões de dólares em forma de investimentos e empréstimos. No mesmo período foram remetidos para o exterior 28 bilhões de dólares, sendo a remessa de lucros das companhias estrangeiras a principal responsável. (COGGIOLA, 2014, p.1).

Ao observarmos a tabela abaixo compreendemos melhor a expressão segundo a qual

“América Latina é o quintal dos Estados Unidos da América”. Vale ressaltar a comparação do total de capitais exportados dos Estados Unidos na América Latina e a diferença de valor produzido, ou seja, a capacidade de valorizar o valor na América Latina.

Tabela 1 – Investimentos e lucros dos Estados Unidos (1950-1965) [cifras em bilhões de dólares]

	Europa	Canadá	América Latina	Resto do Mundo
A) Fluxo de investimentos diretos dos EUA	8.1	6.8	3.8	5.2
B) Ingresso sobre este capital transferido aos EUA	5.1	5.9	11.3	14.3
Líquido (B – A)	-2.6	-0.9	7.5	9.1

Fonte: (FONTES, 2010, p. 286).

O Paraguai mais uma vez sai na frente. O primeiro território a se tornar independente na América do Sul, sofre o Golpe em 1954 com Alfredo Stroessner, que permanece no poder até 1989. Foi a Ditadura civil-militar que teve a maior duração no continente. A queda de Stroessner se dá por outro Golpe Militar liderado pelo General Andrés Rodriguez. Entretanto, nada muda no realinhamento com a política estadunidense desenvolvida a partir de 1954. Stroessner se refugia no Brasil, falecendo em Brasília em 2006.

Exatamente a 45 anos do Golpe de Stroessner, no dia 15 de Agosto de 2012, Fernando Lugo, o então Presidente do Paraguai eleito em 20 de Maio de 2008, pela Aliança Patriótica para Mudança, com 41,83 % dos votos paraguaios e conhecido como “Bispo dos Pobres”, devido ao seu trabalho com camponeses Sem Terra na Região de San Pedro, uma das mais pobres do Paraguai, sofre um Golpe de Estado.

A eleição de Lugo se torna um fato importante (diante da história do Paraguai, poderíamos considerar um “fato histórico naquele país”), no nosso continente pois põe fim a um domínio de mais de 60 anos do Partido Colorado, conhecido por sua forte tendência conservadora, e que manteve historicamente o alinhamento com os interesses estadunidenses. No mais, o governo Lugo se revelou incapaz de romper com a estrutura dominante do país. Classificado no bojo dos “governos progressistas” (neodesenvolvimentista, segundo algumas análises), do continente sul americano, sua vitória eleitoral coincide com os governos ditos de esquerda, que nesse contexto Governavam na Venezuela, Bolívia, Brasil, Argentina e Chile.

Infelizmente esses processos nada alteraram, do ponto de vista estrutural, a correlação de forças entre o Capital e o Trabalho.

O Paraguai seguiu como uma das “nações” mais desiguais do mundo, no que se refere à concentração de terras. No país, 2,6% dos proprietários detêm 85% das terras. Ou seja, 24,5 dos 31 milhões de hectares cultiváveis se concentram nas mãos de 2,6% dos proprietários. Obviamente que não podemos desconsiderar algumas medidas do governo Lugo, tais como:

Universalizou o sistema de saúde que pela primeira vez na história se tornou público e gratuito. Entregou notebooks para todos os estudantes do ensino fundamental e seus professores. Em 2010, o Paraguai chegou ao seu recorde histórico de crescimento econômico, que alcançou 15% de seu PIB. (LARSEN, 2015, p.1).

Em julho de 2007, os governos Lula e Lugo reformularam o acordo acerca da Usina Itaipú. A medida foi anunciada pelos meios de comunicação como um presente do então governo brasileiro, com o intuito de fortalecer seus vizinhos progressistas. Brasil passou a pagar US\$ 360 milhões anuais, pela energia consumida contra US\$ 120 milhões até então. Na prática o Paraguai continuava utilizando apenas 5 % da energia produzida, dos 50 % da sua cota. E dos US\$ 45,31 por MWh (megawatt-hora), que o Brasil paga pela compra da cota do Paraguai (45 % restante, da energia não utilizada), ele pagava efetivamente na época apenas US\$ 2, 81. Os US\$ 42,50 restantes são retidos pelo governo Brasileiro para o pagamento da dívida que o Paraguai contraiu com o Brasil no período da construção de Itaipu.

Para “coroar” o governo Lugo, em 15 de Julho de 2012 acontece o Massacre de Curuguaty:

A área, doada para a Marinha paraguaia pela empresa Industrial Paraguaia na década de 1960, foi repassada ao Instituto de Terras (Indert), mas acabou abandonada. O terreno foi primeiramente invadido por um latifundiário local proprietário de terras vizinhas, Blas Nicolás Riquelme Centurión, conhecido como Don Blas. Ele aproveitou para plantar soja e conseguiu na Justiça um registro paralelo da propriedade.

A posse foi contestada por camponeses, que passaram a defender que ela fosse destinada para reforma agrária. A área, conhecida como Marina Kue, que em Guaraní língua falada por boa parte dos camponeses indígenas, quer dizer ex-Marinha, foi então ocupada por diversas famílias. Don Blas acionou a Justiça e conseguiu o envio de tropas para retirar os camponeses e toda confusão começou.

Centenas de policiais foram ao local e, em um tiroteio sobre o qual até hoje pairam suspeitas da participação de franco atiradores, 18 pessoas morreram, sendo 11 camponeses e sete policiais, incluindo oficiais que coordenavam o grupo. A tragédia foi a gota d'água para os opositores de Lugo, que há tempos buscavam um pretexto para dar início ao julgamento político do presidente. (MST, 2014, p.1).

O Massacre de Curuguaty se desenvolve num processo no qual se revela a impossibilidade de romper, via eleitoral, com as estruturas estabelecidas pela ordem

sociometabólica do Capital. Como economia dependente da América do Sul:

A “latifundização” paraguaia permitiu, por um lado, que os grandes complexos agroindustriais atuassem de forma intensiva, acumulando fortunas, batendo recordes na exportação e contribuindo com 19,7% do PIB do país. A agricultura representa 5.001.226 milhões de hectares no Paraguai, sendo que 61,58% da área estão ocupados pela soja. A pecuária é extensiva e domina 17.837.589 hectares, com mais de 13 milhões de cabeças de gado, fazendo do país o sétimo maior exportador de carne do mundo. (SENACSA, 2014 apud MORAES; VIEIRA, 2015, p.366).

Durante sua campanha, Fernando Lugo, o candidato da Frente Tekejoja (“viver entre iguais” em Guaraní) assumiu dois grandes compromissos: a realização da reforma agrária, respeitando a Constituição e a renegociação da maneira como o Brasil vende a energia Paraguaia, “estipulando, segundo Lugo, um preço de mercado justo”. Analisando os dados acima do acordo entre Lula e Lugo sobre a energia de Itaipu, pouco se avançou. Segundo entrevistas realizadas com militantes da Organização “15 de Junho”: “a dívida que o Paraguai contraiu com o Brasil na construção da hidroelétrica foi paga várias vezes”. No que se refere à reforma agrária, o Massacre de Curuguaty foi uma resposta dos grandes proprietários de terras no Paraguai, sendo em sua maioria de brasileiros: são 7.708.200 hectares nas mãos de quem é de fora, dos quais 4.792.528, ou 60%, são de brasileiros. O restante das terras, na sua maioria, controladas pela ADM, Bunge, Cargill, Monsanto e Planagro, entre outras. Houve de fato um processo de reforma agrária, mas essa hegemonizada pelo Capital.

Horacio Cartes assume a presidência do Paraguai, no dia 21 de Agosto de 2013, exatamente na mesma data do Golpe de Stroessner. Empresário, é um dos homens mais ricos do seu país, presidente do “Grupo Cartes”, um conglomerado de empresas que produzem bebidas, cigarros, charutos, roupas e carnes. Uma de suas empresas, a Tabacalera del Este S.A (Tabesa), foi alvo de investigação em 2013 no Brasil. Na época, a Tabesa era investigada pela Justiça brasileira por causa de uma denuncia promovida pela Sousa Cruz, que tinha como base uma investigação da Agencia Norte Americana Antidrogas (DEA). Durante a investigação, a DEA infiltrou agentes na Tabesa, que produziram um relatório no qual afirmam que as empresas de Cartes lavaram dinheiro no Brasil, pois era resultado da venda de entorpecentes. O lucro da Tabesa saltou de US\$ 10.000.000 em 2000 para mais de US\$ 60.000.000 em 2014, segundo informações divulgadas na página da empresa.

A reportagem “O cigarro mais vendido em SP é pirata e fabricado pelo presidente do Paraguai” do jornal “O Globo” de 08 de maio de 2016, afirma que:

São Paulo deve fechar o ano vendendo mais **cigarros** contrabandeados do que os do mercado formal, de acordo com uma estimativa das indústrias do setor, feita a partir de uma pesquisa do Ibope.

O levantamento, de dezembro, revelou que 40% dos cigarros consumidos no estado são ilegais.

Com o recente aumento da alíquota de ICMS, de 25% para 32%, a previsão é que a cada dez maços vendidos, seis sejam *made in Paraguai*.

Aliás, hoje a marca mais vendida em São Paulo é a paraguaia Eight, fabricada pela Tabesa, empresa do presidente Horacio Cartes. O Eight é dono de 22% do mercado paulista. (JARDIM, 2016).

Esse “novo” presidente paraguaio entra no “bonde da história” e tem como herança um período que, conforme vimos no Capítulo 3, é de um grande crescimento da economia global. Não diferente dos seus vizinhos latino americanos, a economia paraguaia tem um crescimento exponencial. Entretanto, antes de adentrarmos na discussão específica do Paraguai, é necessário fazer algumas considerações gerais.

Segundo dados do Banco Mundial, o PIB mundial em 2001 cresceu 2%. Em 2004 cresceu 4.5%, atingindo em 2007 uma marca de 4.3%. Mesmo em 2008, quando foi anunciada a crise que teve como epicentro o sistema financeiro americano, o PIB global cresceu 1.8%. No ano de 2002, o PIB brasileiro cresceu 3.1%, vindo de um acúmulo do ano anterior de 4.1% em 2000. Em 2004 chegou a 5.8%. No ano de 2007, 6.1%¹³. Países como a França, Alemanha, dentre outras economias centrais, não obtiveram o mesmo desenvolvimento que o Brasil no mesmo período.

Esse crescimento da economia brasileira que permitiu o Governo Lula caracterizar de “marolinha” a crise econômica do Capital que se manifestou em 2008, cuja magnitude foi comparada por muitos pesquisadores e militantes com à Crise de 1929, é fruto de uma reinserção do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Não diferente de seus vizinhos, o papel que o Brasil cumpre na divisão internacional do trabalho é de abastecer o mundo com *commodities*. O país é um dos maiores fornecedores de mercadorias extraídas, na sua maioria, da composição Capital e Trabalho e da Renda da Terra. Embora esse mecanismo da extração de mais valor que é o agronegócio se apresenta como uma forma moderna de produção na agricultura, um dos seus pilares é a concentração da terra, concentrando milhares de hectares, que chega a fazer inveja para qualquer sesmeiro do período colonial.

A partir dos índices de concentração de terras no Brasil nos últimos períodos, podemos afirmar que houve uma expansão do agronegócio nos governos Lula e Dilma. Atualmente, estima-se que no Brasil mais de 30 milhões de hectares de terras sejam controlados pelo capital estrangeiro. No estado de São Paulo, são aproximadamente 521 mil hectares segundo o

13 Fonte: Banco Mundial. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>>.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

No estado de São Paulo, por exemplo, de acordo com Leite e Sauer:

Uma atualização dos dados para 2010, valendo-nos da mesma base cadastral elaborada pelo Incra, indica, a existência de 34.371 imóveis rurais sob a propriedade de estrangeiros, abarcando um total de 4.349.074 hectares. Pela mesma tabela é possível observar que a maior parte do número de imóveis está concentrada nos Estados de São Paulo (35,7% do total), Paraná (14,9%), Minas Gerais (7,68%) e Bahia (6,38%). Quando tomamos o total de área o quadro se altera, apontando a liderança para os Estados de Mato Grosso (19,4% da área total), Minas Gerais e São Paulo (com 11,3% cada) e Mato Grosso do Sul (10,9%). Em ambos os casos, coincidindo significativamente com a expansão das fronteiras agrícolas. (LEITE; SAUER, 2012, p. 27).

Um estudo realizado por Gerson Teixeira revela que o número de propriedades caracterizadas como grande propriedade: em 2003 era de 112.463 unidades, sendo que em 2010 evoluiu para 130.515 unidades. A área concentrada respectivamente evoluiu de 214.843.868 hectares para 318.904.739 hectares. Em 2003, a grande propriedade concentrava 51,6% das terras disponíveis para a agricultura, sendo que em 2010 passou a concentrar 56,1% (Teixeira, 2010).

Na obra “O Brasil e o capital-imperialismo”, Virgínia Fontes faz uma abordagem interessante do que estamos chamando de agronegócio, que é desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no campo, ao afirmar que esse novo processo é resultado de um movimento histórico do Capital:

Durante a gestão de McNamara no Banco Mundial (1968-1981), foi constituída uma política de base estadunidense, rapidamente convertida em política internacional voltada para a pobreza, em especial a partir dos anos 1970. Tal política, aliás, direcionou-se em primeiro lugar à pobreza rural e impulsionou projetos de aumento do crescimento da produtividade rural, através de financiamentos destinados à camada superior dos agricultores. Como se pode imaginar, derivou da afinidade íntima do Banco Mundial com a Revolução Verde, cujo nome demonstra o intuito de barrar qualquer revolução vermelha, e que impulsionou a extensão em diversos pontos do planeta de uma agricultura capitalizada, fortemente mecanizada e dependente de pesticidas, promovendo um salto na escala de **concentração de terras e, por extensão, nas expropriações primárias**. (FONTES, 2010, p. 53, grifo nosso).

O desenvolvimento do agronegócio no Brasil, na nossa opinião, constituiu um dos pilares fundamentais que criou as condições para que o Estado brasileiro acumulasse uma certa quantidade de dinheiro, que seria revertido posteriormente no financiamento nesse processo de transnacionalização de empresas brasileiras. É curioso observar a condição brasileira nos últimos períodos: no mesmo passo que se mantém subalterna na divisão internacional do trabalho, exporta grandes volumes de capitais para se realizarem em outros “territórios”.

Obviamente que não vamos atribuir unicamente ao agronegócio a capacidade da economia brasileira crescer no período acima citado. Não é nosso objetivo aprofundar cada questão específica nesse momento que tiveram participação nesse desenvolvimento, a saber: os Programas de Aceleração de Crescimento; Programas Assistencialistas de vários níveis; Programas de Habitação; Acesso ao Crédito para o Consumo, e etc. Existem três processos que foram fundamentais, e que, segundo nossa avaliação merecem certo destaque.

O primeiro se refere ao lucro que o sistema bancário obteve nos Governos Petistas. Conforme assinalamos nos Capítulos anteriores, uma das características do sistema metabólico do Capital ao se desenvolver é a concentração e centralização de Capital. Esse fenômeno, inerente ao movimento do Capital tem como resultado o fortalecimento do sistema financeiro, que é tomado por algumas análises, como independente da produção. Chamam de Capital fictício, tomando erradamente um conceito marxista, ao afirmarem que esta se desenvolve apenas da especulação completamente autônomo da produção material. Por isso, concordamos com Virginia Fontes quando afirma que:

A concentração do capital monetário, ou portador de juros, favorece ainda o crescimento exponencial do que Marx denomina *capital fictício*, forma extremamente complexa e que deriva exatamente da condensação dessas enormes massas de recursos monetários em poucas mãos de proprietários ou de seus administradores. Há algumas ressalvas a fazer quando abordamos o capital fictício: 1. a existência de capital fictício integra a normalidade aberrante da reprodução capitalista; 2. o fato de se denominar fictício, e de constituir de fato um capital fictício (especulativo, promotor de “bolhas”), não significa que não tenha implicações reais e dramáticas na vida social; 3. ambos, capital portador de juros e capital fictício, se apresentam como se derivassem unicamente da fórmula D-D’; ambos partem e resultam de enorme concentração da propriedade sob forma monetária; e, finalmente; 4. embora analiticamente cumpram papéis diferenciados, o capital sob a forma dinheiro que precisa valorizar-se (dinheiro a converter-se em capital, extraindo mais-valor direta ou indiretamente, ou assegurando ganhos através de formas fraudulentas) é o mesmo nas mãos concentradas de alguns poucos proprietários podendo, portanto, deslocar-se de uma situação para outra. (FONTES, 2010, p.36).

Há outra passagem importante onde Fontes destaque que:

O capital portador de juros e sua derivação, o capital fictício, impõem um aprofundamento alucinado das exigências tirânicas da extração de sobretrabalho, a toda velocidade e sob quaisquer meios, sem pejo de comprometer para tanto não apenas a vida (e a morte) de milhares de trabalhadores, mas o conjunto das gerações futuras. Se a forma da remuneração do capital portador de juros e do capital fictício é diferenciada – e não entraremos nesse debate, por mais relevante que seja –, seu efeito social é similar: impor a ferro e fogo a subordinação geral do conjunto da população, reduzindo e aplastrando todas as resistências à pura mercantilização de todas as relações sociais (*idem*, p. 38).

Consideramos o sistema financeiro como um processo de centralização e concentração

do Capital. Ao utilizarmos o instrumental marxista através de um conceito desenvolvimento n' "O Capital" de Capital Portador de Juros, queremos compreender como o sistema financeiro no Brasil foi de fundamental importância, nesse processo de transnacionalização das empresas brasileiras. Ou seja, na possibilidade de valorizar o Dinheiro, inserindo-o na produção como Capital, os bancos no Brasil tiveram uma taxa de lucro exponencial.

O lucro do Banco Itaú em 2002 foi de 2,377 bilhões de R\$. Em 2010 foi de 13,232 bilhões de R\$. No ano de 2008, período da crise, atingiu um lucro de 10 bilhões de R\$. Em segundo lugar vem o Bradesco, que saltou de 2,022 bilhões em 2002 para 10,022 bilhões em 2010. Tem terceiro lugar foi o Banco do Brasil, que saiu de 2,028 bilhões em 2002 para 11,703 bilhões em 2010. O Banespa/Santander passou de 2,818 bilhões em 2002 para 3,823 bilhões em 2010 (DINIZ, 2011).

Se somarmos o acumulado de 2000 até 2010 o lucro total dos Bancos no Brasil foi de 269,345 bilhões. Os Bancos que citamos acima, ou seja, 04 centralizaram 196,905 bilhões de R\$, equivalente a 73.10% do total. "Além disso, o patrimônio dos grupos empresariais que atuam no setor financeiro cresceu 71,7% entre 2003 e 2008, enquanto o PIB cresceu 28% no mesmo período" (PAULANI, [s.d.], p. 95).

Para Vírgina Fontes:

O crescimento exponencial da acumulação que essa nova característica bancária favoreceu estará na base de outra transformação, ainda mais significativa: a conversão dos grandes proprietários capitalistas (qualquer que tenha sido a origem de sua fortuna, se comercial, bancária, industrial ou fraudulenta) em *proprietários de capital sob forma monetária*, cuja valorização parece decorrer do próprio capital, de um acréscimo de mais dinheiro ao dinheiro, de juros. Historicamente, isso impulsionou expansão ainda mais acirrada e acelerada da forma valor e da dinâmica propriamente capitalista, que é a extração de mais-valor do trabalho livre. Essa conversão não é, como imaginam alguns, atributo apenas do capital bancário, mas torna-se uma tendência permanente para todos os grandes proprietários, cuja extensão e alcance das atividades produtivas (de mais-valor) ultrapassa – e muito – a capacidade individual ou familiar de controle do processo de extração de mais-valor. (FONTES, 2010, p. 28).

Na Inglaterra em 1910 os 4 grandes bancos possuíam mais de 400 filiais cada um e na França, os 3 maiores bancos indicavam tendência semelhante, pois em 1870 possuíam 64 sucursais e em 1909, um crescimento extraordinário de 1229 filiais e caixas de depósitos. Contudo, para além da concentração do capital na esfera bancária o que esse movimento demonstra é a tendência para o surgimento dos monopólios. Assim, os grandes bancos, ao reunirem Capital das mais diversas categorias e suas respectivas classes, passam a obter informações sobre a situação financeira de seus clientes. É nesse sentido que os bancos passam a se interessar pelas empresas e ramos mais rentáveis, num primeiro momento como

locus para concessão do crédito do Capital, Portador de Juros, sob a forma de empréstimo, mas tão logo se aprofunda o relacionamento dos bancos com essas grandes empresas que atuam nos setores mais rentáveis, destaca Lênin (1990), o segundo passo adotado pelos bancos é a aquisição das ações dessas empresas, bem como, a participação em seus conselhos de administração.

O segundo elemento que queremos abordar esta relacionado com os fundos de pensão e seu papel na internacionalização das empresas brasileiras. Entre 2004/2005 os fundos de pensão no Brasil acumularam US\$ 137 bilhões (FONTES, 2010, P. 337). Conforme assinala Virgínia Fontes, esses se transformaram num instrumento fundamental que possibilitaram a exportação de capitais:

Os fundos de pensão convertem-se em controladores de empresas e em impulsionadores da centralização e concentração de capitais no país [...] com seus ativos atingindo 17% do PIB. O montante de recursos captados cresce mais rapidamente do que a capacidade imediata de valorização, impulsionando a tendência à exportação de capitais. Ademais, os fundos evidenciam a possibilidade de capturar não apenas recursos, mas gestores qualificados forjados no movimento sindical, como elementos fundamentais no apassivamento dos trabalhadores pelo capital. Tais ex-sindicalistas ocupam o local da propriedade do grande capital portador de juros, no qual a separação entre a propriedade e a gestão direta se aprofunda. Nas condições da atual escala de concentração, porém, essas funções passam a se confundir, com importante influência recíproca. Os gestores de tais fundos contribuíram diretamente para a imposição, através dos conselhos de acionistas dos quais participam, de profundas reestruturações empresariais visando a aumentar a produtividade, reduzir o tempo de retorno dos capitais à sua formação e distender as taxas de lucro. (FONTES, 2010, p. 336).

Para além da discussão dos fundos de pensão no processo de estrangeirização, Virginia Fontes traz para a reflexão o papel da estratégia adotada pelos Governos petistas na expansão das empresas brasileiras no continente americano, em especial na América do Sul. O Estado brasileiro sob a gestão do Governo petista se transformou num dos principais atores nesse processo de exportações de capitais. Segundo Leandro Bruno Santos: “Os grupos brasileiros contam com a presença relevante de fundos de pensão e o braço de investimentos BNDESPar” (SANTOS, 2013, p. 430). Atualmente, a título de exemplo, o BNDESPar detém 30,42% da Fíbria, e o FGTS possui 26,53% da Empresa Foz do Brasil (Odebrecht).

O terceiro elemento que queremos destacar é o chamado “Pacto de Classes” organizado pelos Governos Petistas. A vitória petista se oportuniza, conforme afirmamos anteriormente, de condições de crescimento e de valorização das *commodities* no mercado internacional. Entretanto, vale ressaltar o papel dos Governos petistas na composição de um pacto com grandes grupos econômicos. Tais grupos como a Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Votorantim, Bradesco/Vale e Gerdau, se valeram de uma situação anterior

de intensas privatizações. A Andrade Gutierrez, por exemplo, assume posição importante no ramo da telefonia.

Com as privatizações, também passaram a integrar estas redes de proprietários as estatais, o BNDESPar e a Eletrobrás, além dos fundos de pensão de funcionários de empresas públicas, onde se destacavam Previ, Petros e o Funcep. Garantiu-se, deste modo, a continuidade da transferência de recursos públicos, alavancando o capital das empresas no contexto de pós privatização. Já o capital estrangeiro também se fez presente nestas redes, mas normalmente de modo minoritário, exceção para o setor bancário e de telefonia, onde o capital estrangeiro assume posições de controle. (TAUTZ et. al., 2010, p. 250).

A simbologia de ter um grande empresário como vice-presidente do Lula, José Alencar, e a indicação do Jorge Gerdau para Ministérios no Governo Dilma. Num ensaio sobre a o Governo Lula, intitulado de a “Burguesia Brasileira no Governo Lula”, Armando Boito Junior afirma que:

O Governo Lula está mantendo a política de desregulamentação do mercado de trabalho e de redução dos direitos sociais. Com efeito, o atual governo permite o desrespeito à legislação trabalhista, graças à política de omissão da fiscalização do trabalho, mantém os trabalhadores sem política salarial de reposição das perdas, realizou uma nova contra-reforma da Previdência que apenas retirou direitos dos trabalhadores, aprovou uma nova Lei de Falência que, a partir de um certo montante, obriga a empresa, em processo falimentar, priorizar o pagamento de dívidas bancárias em detrimento do pagamento dos débitos com os trabalhadores, apresentou um projeto de Reforma Universitária que consagra o sistema superior privado e lhe concede novas vantagens financeiras e legais e depositou no Congresso Nacional um projeto de Reforma Trabalhista e Sindical que, ao mesmo tempo, mantém a estrutura sindical corporativa de Estado e flexibiliza o direito do trabalho. (BOITO JR, 2003, p. 54).

O governo Lula, portanto, impulsionou um processo de centralização de capitais tanto produtivos como financeiros. Foi um dos mais astutos representantes da classe dominante no exterior, e um dos maiores articuladores do capital internacional no Brasil. Nas palavras de Luiz Filgueiras:

[...] árbitro do novo arranjo, incorporando e ratificando no interior do aparelho de Estado, de forma explícita, os interesses e as demandas do capital financeiro e da fração exportadora do capital. Isso se deu através de financiamentos, empréstimos a juros baixos e mudança do regime cambial. (FILGUEIRAS, 2010, p. 63).

É de extrema importância destacar que no que se refere à política internacional brasileira, muitos observaram uma atitude progressista no governo do PT, especialmente no período Lula. Entretanto, observamos que houve uma atuação desses governos no sentido de criar um ambiente adequado e favorável para que empresas brasileiras exportassem capitais a fim de se realizarem em outros países.

A agenda internacional do Governo Lula, centrada na liberalização comercial e nos

países latino americanos e africanos, demonstra o quanto tal agenda está alinhada à multinacionalização de empresas, particularmente nos setores de infra estrutura e *commodities*. (TAUTZ et al., 2010. p. 243).

No primeiro governo Dilma em relação aos governos Lula, no que se refere à exportação de capitais que visam se realizarem em outros “territórios”, continuou a mesma toada do seu antecessor. No ano de 2010, foram desembolsados pelo BNDES US\$ 687 milhões, disponibilizando US\$ 870 milhões no ano seguinte, atingindo US\$ 1 bilhão em 2012.

É nesse contexto que se insere a intensificação das relações comerciais e de exportação de Capitais brasileiros, através da internacionalização das empresas brasileiras no Paraguai.

5.2 AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E PARAGUAI ENTRE 2012 A 2014

Horácio Cartes assume a presidência paraguaia, conforme observamos acima, num contexto de extrema centralização e concentração de Capitais. E conforme observamos nos capítulos anteriores, esse movimento característico do capital de concentração e centralização se desenvolve de forma ampliada no Brasil, dado a conjuntura favorável que os governos petistas atravessaram, somando ao pacto com setores da burguesia brasileira.

Segundo estudos divulgados pela Fundação Dom Cabral – Desenvolvimento de Executivos e Empresas de 2013, existiam 10 empresas brasileiras com faturamento de até US\$ 1 bilhão que passavam por esse processo de internacionalização, através de exportações de capitais, sendo essas (organizadas por posição): Metalfrio (0,530 índice de transnacionalidade – ID); Arteccla (0,397 – ID); IBOPE (0,390 – ID); Sabó (0,387 – ID); DMS Logistics (0,320 – ID); CZM (0,234 – ID); IndusParquet (0,206 – ID); Cia Providência (0,169 – ID); Indústrias Romi (0,157 – ID); Ci&T (0,152 – ID).

De acordo com o mesmo estudo, a classificação das empresas brasileiras segundo o número de países em que as mesmas atuam são: Stefanini 32 países; WEG 31 países; Vale 27 países; Marcopolo 25 países; Banco do Brasil 24 países; Magnesita 22 países; Votorantim 21 países; Andrade Gutierrez 20 países; BRF 19 países; Gerdau 19 países; Itaú-Unibanco 19 países; IBOPE 17 países; Construtora Norberto Odebrecht 17 países; Petrobras 17 países.

Já segundo os índices de transnacionalidade, a classificação das 25 maiores empresas, num total de 52 que o mesmo estudo divulga é a seguinte: 1 Construtora Norberto Odebrecht 0,549; 2 Gerdau 0,547; 3 InterCement 0,539; 4 Stefanini 0,537; 5 Metalfrio 0,530; 6 Magnesita 0,527; 7 Marfrig 0,522; 8 JBS 0,499; 9 Arteccla 0,397; 10 IBOPE 0,390; 11 Sabó

0,387; 12 Tupy 0,375; 13 Tavex Santista 0,369; 14 Minerva Foods 0,343; 15 Votorantim 0,339; 16 DMS Logistics 0,320; 17 OAS 0,305; 18 BRF 0,293; 19 Vale 0,290; 20 Tigre 0,289; 21 Andrade Gutierrez 0,284; 22 WEG 0,281; 23 Marcopolo 0,241; 24 CZM 0,234; 25 Embraer 0,227.¹⁴

Outra sistematização que encontramos nos arquivos do Banco Central do Brasil, revela que o volume da exportação de capitais brasileiros no exterior passaram de US\$ 266.252 milhões em 2012 para US\$ 294, 048 milhões em 2014, sendo no ano anterior um volume ainda maior: US\$ 295.382 milhões. Na mesma publicação há outros dados que revelam que a maior parte desse recurso foram investimentos acima de US\$ 1 bilhão. Em 2012 60,06% dos investimentos eram empreendimentos acima do valor mencionado, atingindo 60,08 % em 2013, sendo que em 2014 concentravam 55,09 % de todos os recursos investidos no exterior.

A título de comparação, as empresas brasileiras que exportaram capitais num volume de US\$ 1 milhão até US\$ 10 milhões, concentraram 5.5% em 2012, 6% em 2013 e 7.2% em 2014. No que se refere ao número de investidores, quanto a volumes de capitais exportados acima de US\$ 1 bilhão eram 41 em 2012, 56 em 2013 e 48 em 2014. Já o número de investidores entre US\$ 1 milhão à US\$ 10 milhões eram 6.553 investidores, 7927 em 2013 e 9961 em 2014.¹⁵

Esses dados revelam um processo onde há o fortalecimento de grandes monopólios brasileiros que concentram um volume considerável de recursos, quando comparamos com empresas que possuem um volume menor. Explorando outros dados do Banco Central do Brasil, destacamos que as atividades que mais receberam investimentos de empresas brasileiras entre 2012 à 2014 foram as do ramo agrícola, pecuária e extração mineral: 25.1% em 2012, 26,7% em 2013 e 19,3% em 2014. A metalurgia, 18.1%, 18.6% e 16.1% respectivamente e nos serviços, destacamos os serviços financeiros e atividades auxiliares, que corresponderam em 38.2% em 2012, 38.6% em 2013 e 45.7% em 2014.

Uma consequência que queremos destacar desse fenômeno de exportação de capitais para se realizarem em outros países é a aquisição de imóveis em outros países. A apropriação do território é necessária nesse processo de desenvolvimento do Capital no espaço. Em 2012 foram investidos US\$ 4.612 milhões, US\$ 5.409 milhões em 2013 e US\$ 5.7 milhões em 2014. Deste total, a título de exercício, para o Paraguai foram destinados 1.5% deste volume em 2012, 1.6% em 2013 e 1.8% em 2014.

14

Disponível

em:

<https://www.fdc.org.br/blogespacodialogo/Documents/ranking_fdc_multinacionais_brasileiras2014.pdf>.

15 Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE2015.asp?idpai=CBE>>

Em entrevista na embaixada brasileira no Paraguai em 24 de fevereiro de 2015, com o Secretario Hélio Silva Filho, Chefe do Setor Comercial da Embaixada do Brasil no Paraguai, este declarou que o processo de internacionalização das empresas brasileiras tem como objetivo “garantir a competitividade das marcas brasileiras no mercado internacional”. A competitividade da qual fala o Senhor Hélio Silva Filho consiste em oferecer para o mercado internacional, além da marca, um produto em condições de concorrência. Portanto, tais empresas que se fortalecem do ponto do Capital, fruto de um processo de centralização e concentração, e se expandem para acumularem em outros lugares, necessitam no mínimo, das seguintes condições: força de trabalho barata; fontes de matérias primas; acessibilidade que permita diminuir o tempo durante o qual as mercadorias circulam até serem consumidas.

Há duas informações que citamos nesse texto que vale a pena cruzar. Conforme destacamos acima, o índice de aquisição de terras no Paraguai por brasileiros é enorme. Entretanto dos investimentos em aquisição de imóveis de empresas brasileiras no mundo, para o Paraguai é destinado um percentual pequeno. Isso significa que lá encontram-se vantagens fundamentais, pois com pouco dinheiro que se transforma em capital, centralizam-se as condições de produção de mercadorias.

Ainda nessa entrevista, Hélio Silva Filho nos revelou que o volume dos recursos de Investimentos Estrangeiros Diretos – IED que empresas brasileiras realizaram no Paraguai, entre 2012 a 2014 superam as décadas anteriores do século XXI e a década de 90 do século XX. Ou seja, nesse período do governo Dilma houve uma investida das empresas brasileiras, fruto de um desenvolvimento de internacionalização através da exportação de capitais para várias regiões do mundo. No caso específico do Paraguai, esse fenômeno se intensificou.

Após o golpe de 2012, a posição do governo brasileiro em relação ao Paraguai foi de “suspender a participação do país vizinho no Mercosul, até as eleições de 2013”¹⁶. Essa seria uma medida didática, segundo José Sarney, na mesma edição. Com todas as ressalvas de não interferir na democracia paraguaia e seu parlamento, a posição primeira do governo Dilma foi de suspender o país vizinho.

Entretanto, posições políticas de governantes nem sempre estão de acordo com o movimento do Capital. Ou pior, certas posições políticas buscam obscurecer, camuflar o real movimento do Capital. Entre os posicionamentos políticos e recheados de ameaças, os reais movimentos das coisas revelam que o golpe no Paraguai de 2012 favoreceu o movimento do

16 Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/senadores-criticam-posicao-do-brasil-em-relacao-ao-paraguai-5308281>>

capital de origem brasileira na dominação espacial.

Segundo Cecília Vuyk:

El golpe de Estado del 2012 en Paraguay, en esse sentido, tuvo como objetivo principal frenar o ascenso de la lucha del Pueblo y resguardar de esta manera los intereses de la burguesía y el imperialismo en el país. Tras el golpe, los puntos de conflicto en torno de la tierra no volvieron a ser tocados, y el desarrollo dependiente y subordinado paraguayí fue profundizado.

El desarrollo capitalista brasileño en la actualidad se encuentra ampliando el control que posee sobre las materias primas y la fuerza de trabajo sobreexplotada en otros países latino-americanos – e incipientemente también en países africanos –, e impulsando una integración sub imperialista particular de ciertos sectores de la producción a las cadenas productivas brasileñas, en el marco de la necesidad de sus monopolios y capitales financieros de expandirse para evitar la caída de su tasa de ganancia [...]

Con el crecimiento de los monopolios brasileños, tanto financieros como de la industria y a agricultura extensiva, la tendencia de los capitales brasileños es profundizar cada vez más su control de materias primas en otros países, expandir sus monopolios integrando subimperialistamente sectores de la producción y extraer la fuerza de trabajo de los países dependientes. (VUYK, 2014, p. 162-163).

Em agosto de 2013, Horacio Cartes assume a Presidência do Paraguai. Em reportagem publicada na Folha de São Paulo em 15 de agosto de 2013, sob o título: “Novo líder do Paraguai recebe aval de Brasil”, o texto registra o seguinte:

Disposta a demonstrar o interesse brasileiro em melhorar o diálogo, a presidenta Dilma Rousseff antecipou o voo a Assunção para se encontrar com Cartes na noite de ontem, antes da posse.

Dilma se reuniu com o presidente eleito por cerca de 40 minutos. Depois, aos jornalistas, disse que as relações com o Paraguai vão dar um “salto qualitativo” com a presença de Horácio Cartes no governo paraguaio.

Ela não respondeu sobre a previsão de retorno do Paraguai ao Mercosul [...]

Cartes agendou um café da manhã com empresários, entre eles representantes da Petrobras, Camargo Correa, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Itaú. Para as empreiteiras, em especial, há projetos ativos como a construção da segunda ponte em Foz do Iguaçu e de uma rodovia que ligará Assunção a Foz.

Só a Fiesp reuniu uma delegação com oito empresas para o encontro. “Há atrativo no Paraguai que é a diferença nos custos de produção em relação ao Brasil, de até 35%”, disse o presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp,

¹⁷

Rubens Barbosa” .

Segundo dados do Banco Mundial o PIB paraguaio em 2005 cresceu 2.1%, atingindo o patamar de 6.4% em 2008. Decorrente da crise de 2008, o Paraguai desenvolveu um saldo negativo de 4%, atingindo em 2010 um crescimento fantástico de 10%, fechando 2013 em ¹⁸ 14% . Esse crescimento do Produto Interno Bruto paraguaio está relacionado, na nossa interpretação com a exportação de capitais por empresas brasileiras. O governo paraguaio no

17 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/124042-novo-lider-paraguaio-recebe-aval-do-brasil.shtml>>

18 Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=PY>>

período de 2012 à 2014, promoveu uma série de reformas (mini reformas) que possibilitaram a entrada de capital internacional, que se concentraram e centralizaram determinados setores conforme descrevemos acima. Decorrentes desse processo, destacamos alguns dados que demonstram a concentração e centralização da produção e comércio de empresas brasileiras no Paraguai de acordo com os dados sistematizados por Gustavo Rojas: Frigoríficos 49% US\$ 99,6 milhões; Calçados 15 % US\$ 29,9 milhões; Têxtil e Confecções 14%, US\$ 28,7 milhões. O 12% restantes das exportações que as empresas brasileiras controlam no Paraguai se dividem entre Produção Agrícola 10%, Plásticos 8%, Químicos e Autopeças 4% (ROJAS, 2016, p. 28).

O Paraguai se tornou para o Brasil um “território” onde não existem fronteiras para a exportação de capitais das empresas brasileiras:

Segundo o Banco Central do Paraguai, o Brasil é a segunda principal origem do IED recebido pelo país, somando um estoque de US\$ 856 milhões, correspondente a 15% do estoque total, apenas superado pelos US\$ 2,02 bilhões investidos pelos Estados Unidos. Entre 2008 e 2014, o estoque dos investimentos brasileiros acumulou crescimento de 116%, pouco abaixo da expansão de 134% do estoque total de IED [...] Para além do volume dos investimentos brasileiros no Paraguai, estes possuem um aspecto qualitativo estratégico. De acordo com a Fundação Dom Cabral (FDC, 2015), o Paraguai é o terceiro mercado externo mais escolhido pelas multinacionais brasileiras para o início de seus processos de internacionalização, apenas atrás da Argentina e dos Estados Unidos. (ROJAS, 2016, p. 23).

Notadamente houve uma investida das empresas brasileiras na exportação de capitais para o Paraguai. Um fenômeno interessante que podemos observar nos dados que seguirão abaixo, é que as mercadorias das empresas brasileiras produzidas no Paraguai, no ano de 2013 tiveram como destino o mercado brasileiro. De acordo com os dados de Gustavo Rojas:

Ao todo, as empresas de capital brasileiro no Paraguai exportaram US\$ 205 milhões ao Brasil em 2013, valor correspondente a 20% do total das exportações paraguaias de bens nacionais dirigidas naquele ano ao Brasil. Estas exportações encontram-se notadamente concentradas em São Paulo (43% do total), Paraná (14%) e Santa Catarina (14%). Para além do impacto direto do IED brasileiro na criação de oferta exportável, o dinamismo da demanda brasileira vem sendo uma variável de primeira ordem na expansão das exportações não tradicionais paraguaias. O dinamismo das exportações de manufaturas não agrícolas, registrado a partir do início da crise econômica internacional, esteve notadamente puxado pela crescente demanda do mercado brasileiro, compensando largamente a forte queda das exportações destinadas à Argentina, historicamente principal mercado das exportações de manufaturados não agrícolas paraguaios. Os envios ao Brasil não se retraíram durante o período mais grave da crise econômica internacional, em 2009, desempenhando um importante papel contracíclico para os segmentos não tradicionais paraguaios. (ROJAS, 2016, p. 28).

Um dos materiais fornecidos pelo Setor Comercial da Embaixada do Brasil no Paraguai, desenvolvido pelo Ministério de Industria y Comercio pela Secretaria REDIEX –

Red de Inversiones y Exportaciones do Paraguai, é chamado de “Paraguay, país de oportunidades”. O documento é uma espécie de “folder” que oferece para as empresas brasileiras as condições favoráveis para a exportação de capitais. Uma macro propaganda na qual, aparentemente, a própria mercadoria é o país. Entretanto, vale ressaltar que a intenção do “folder” é atrair capital internacional, especialmente brasileiro, para reversões no Paraguai. Certamente, na reunião da então presidente Dilma Rousseff e Horacio Cartes, que contou com a participação de vários empresários brasileiros, além de representantes da Fiesp – Federação das Industrias do Estado de São Paulo (conforme matéria da Folha de São Paulo, citada acima), esse material foi amplamente panfletado.

O documento contém 33 páginas. Dessas, selecionamos algumas partes que consideramos centrais para compreendermos o movimento das empresas brasileiras na exportação de capitais entre 2012 à 2014 para o Paraguai.

O Paraguai é apresentado como um país que possui “Melhor ‘Clima’ de Inversão da América Latina”, além de ser apresentado como um “Grande Produtor de Alimentos do Mundo”. É o “Único país do Mercosul com acesso preferencial nos mercados da União Europeia desde 2014, sendo num total de 9749 produtos [mercadorias] para serem exportados para os países do Bloco Europeu”. Além de possuir o “Maior Índice de Factibilidade [análise de viabilidade e estudo de impactabilidade] da região, no qual avalia o produto com relação a inversão e exportação realizado desde o Paraguai”. O produto com maior ofertas de exportação: óleo de soja. O produto com oferta atual sem ser exportado: extintores. Produto com potencial produtivo: semicondutores (materiais utilizados na indústria eletrônica composto de Germânio (Ge) e o Silício (Si), apesar do Silício predominar na produção atualmente. Vale lembrar que as maiores reservas de silício do mundo estão alocadas em solos brasileiros. No município de Assunção foram encontradas grandes quantidades de Silício (Si)).

No total o Paraguai exporta mercadorias para 28 países do Bloco da União Europeia, acessando um mercado consumidor de aproximadamente 500 milhões de pessoas, sendo os principais destinatários das exportações neste “território”: Alemanha, concentrando 28% da importações advindas do Paraguai; França 24%; Reino Unido 17%; Itália 11%. Esses quatro países absorvem 83% do total das exportações para a União Europeia.

Os “Principais Setores para Investimentos brasileiros são: confecções, responsável por 12% das exportações; alimentos; calçados, responsável por 17% da das exportações paraguaias”. Os três principais produtos citados acima somam um total de 41% das exportações. Seguem alguns dados sobre Empresas compradoras do Paraguai:

Principais compradoras de mercadorias produzidas no Paraguai do ramo de confecções em 2009:

- Alemanha: Diesel Deutschland GmbH; Mustang EMBH; New Yorker Textil.
- França: TNT Groupe LBY; Levi Strauss Continental; Vestiti.
- Reino Unido: Full Support Heothcore.

Principais compradoras de mercadorias produzidas no Paraguai do ramo de alimentos em 2009:

- Alemanha: REWE – Zentral – AG; August Topfer Co. GmbH e Co. KG; Emil Rolott KG.
- Holanda: B. & S. Global Food Purchase BV; Deli XL; Dolher Holland BV.
- Bélgica: Deli XL (faz-se necessário apontar que essa empresa também é uma das maiores compradoras da Holanda no ramo de Alimentos, conforme aparece acima); Eismann NV; Toolinvest NV.

Principais compradoras de mercadorias produzidas no Paraguai do ramo de calçados em 2009:

- Alemanha: Deichmann SE Marketingabteilung; Strenesse AG; Clarks Shoes Vertriebs GmbH.
- França: Bally France SAS; Hirica; Heyrand Chaussures.
- Itália: 3A Antonini, SpA; Comprar, SpA; FRAU, SpA.

No ano de 2013 foram exportadas para a União Europeia, mercadorias que resultaram um montante de US\$ 1.068 bilhões.

Esse processo de centralização das importações por algumas poucas empresas é outro fator que gera dependência dos territórios, países. Essa dependência é própria do sistema metabólico do Capital. Para que algumas regiões se desenvolvam do ponto de vista do desenvolvimento humano, por exemplo, é preciso que outras permaneçam na zona da miséria. Obviamente que o Capital pouco se importa com o desenvolvimento humano nos territórios. Para a burguesia, não há distinções territoriais, mas sim a totalidade a ser explorada, seja extraíndo à beira do esgotamento total os recursos disponíveis em qualquer parte do mundo, seja extraíndo mais valor da força de trabalho, independente das suas tradições culturais, idiomas ou territórios.

Os “Antecedentes do Paraguai”, segundo consta no material propagandeador paraguaio: o país possui “estabilidade monetária, sendo o Guarani – moeda de circulação nacional- uma das mais antigas do continente; 70 anos”, sendo o “Crescimento Médio

previsto para os próximos 10 anos de 4.5% ao ano”. E a partir de 2012 teve seu “Mercado e alianças diplomáticas estabelecidas”. No que se refere às vantagens comparativas: “2º maior produtor de Stevia do Mundo” (stevia é um ingrediente sem calorias — originário de uma planta nativa da América do Sul — que já está na lista de uma enorme variedade de produtos encontrados no supermercado. Recentemente, a linha Coca-Cola ganhou uma versão com o adoçante¹⁹); “3º maior produtor e exportador de erva mate”; “4º maior exportador de soja do mundo”; “6º maior produtor de soja do mundo”; “6º maior exportador de carne bovina do mundo”.

No tocante a “Recursos disponíveis: Mão de Obra mais Jovem da América do Sul (19 a 35 anos: 22,2%. (A título de comparação, o Brasil possui nessa faixa etária 20,6% da população. A Argentina, 19.3%). “Matéria Prima de Qualidade e de Baixos Custos”. Disponibilidade de “Energia Elétrica Barata e Limpa” e goza de uma “Baixa Pressão Tributária”.

No que se refere a esse item, “Recursos Disponíveis”, gostaríamos de tecer dois comentários. O primeiro se refere à porcentagem da população jovem no Paraguai. Durante a pesquisa em Fevereiro de 2015, entrevistamos o Sr. Henrique Bayes, responsável em 2012 e rever as leis que regulam a instalação de maquilas no Paraguai. Na época, trabalhava como Secretário na Prefeitura de Assunção, sendo sua principal tarefa adaptar a Leis Municipais que regulavam a implantação de maquilas no município. Também era um dos responsáveis pela negociação com movimentos sociais e moradores da região do “Bañado”, periferia de Assunção onde milhares de moradores seriam despejados para a construção de um complexo portuário e avenidas, a fim de facilitar a circulação de mercadorias. Questionado sobre as vantagens paraguaias ele argumenta:

No Paraguai temos uma população jovem, que não sabe o que é greve, mobilização popular, organização social. Isso, por exemplo, se torna uma vantagem em relação, por exemplo, com o Brasil, que possui um Movimento Sindical forte, uma Central Sindical como a CUT, por exemplo. Aqui não tem resistência por parte dos trabalhadores, especialmente entre os jovens. E para nossa juventude, a presença do Brasil no Paraguai é importante, pois junto com as Maquilas vem o SEBRAE, que qualifica nossa mão de obra. E por fim, é importante as novas gerações compreenderem que o Brasil passará a ser um potencia mundial. Melhor passar com o Paraguai, do que pelo Paraguai (entrevista concedida no dia 22 de fevereiro de 2015, Prefeitura de Assunção, Paraguai; tradução própria)

No que se refere à carga tributária, segundo dados de Gustavo Rojas:

19 Disponível em: <<http://www.cocacolabrasil.com.br/historias/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-estevia>>

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a carga tributária no Paraguai seria 50% menor que no Brasil e a energia elétrica, 65% menor. O Paraguai ocupa a 100a posição entre os países que apresentam maior facilidade para a realização de negócios, à frente do Brasil (116a posição) e da Argentina (121a posição). (ROJAS, 2016, p. 22).

Outros destaques no documento “Paraguay, país de oportunidades”, trata do “Custo do Trabalhador – 2012”. O trabalhador paraguaio vende sua força de trabalho para o Capital a 4.2 US\$/hora, enquanto que o trabalhador argentino vende a 12.9 US\$/hora; o brasileiro a 6 US\$/hora e o europeu a 21.9 US\$/hora. Os baixos salários permitem que o Capital extraia uma taxa de mais-valia absoluta maior que em outros territórios. No que se refere ao “Imposto de Renda”, no Paraguai é de 10%; Argentina 35%; Brasil 34% e na Europa 26,3%.

Embora tratamos de forma passageira o custo da energia no Paraguai, o documento traz o item “Preço da Energia - 2013”, sendo que no Paraguai o custo MWH sem imposto é de US\$ 57. No Brasil é de US\$ 216 e de US\$ 124 na União Europeia.

Por fim, o documento “Paraguay, país de oportunidades” trata das “Oportunidades”. Destaca que a produção de “Alimentos, Têxtil e Vestimentas, Metalurgia e Metal, Mecânica Leve, Autopartes, Calçados, Pecuária Bovina, Transformação Agrícola, Construção de Portos Fluviais e Portos Secos, Aeroportos, Hidrovia, Transporte Ferroviário, Setor Financeiro [esse hegemonizado atualmente pelo Itaú – Brasil] e Logístico”, são possibilidades de investimentos, a fim de valorizar seu capital para as empresas brasileiras. No que se refere ao desenvolvimento de “Setor de Logística”, alvo das grandes construtoras brasileiras que buscaram em outras partes do mundo, valorizar seu capital.

Lembremos que o Paraguai, após a Guerra Grande, sempre esteve submetido na divisão internacional do trabalho, cumprindo um papel de simples produtor de *commodities*. E, desde o final do século XIX, depois da Grande Guerra, viu-se diante de uma realidade histórica que aprofundou ainda mais sua condição. Não só o Paraguai se transformou do século XIX até os dias atuais. O modo de produção capitalista passou por transformações fundamentais, estruturantes, que o tornaram atualmente hegemônico em todos os aspectos da vida social. A produção de mercadorias, elemento estruturante do Capital, organizou a sociedade de tal maneira, que hoje nos deparamos com situação que poderíamos caracterizar como “barbárie”.

Tudo virou coisa, pois a coisa é o que há de mais importante no mundo atualmente. As mercadorias precisam ser consumidas, na mesma velocidade que são produzidas. Para tanto faz-se necessário criar as condições para que a produção circule o mais rápido possível. Por isso não importa onde são produzidas, desde que haja condições para que as mesmas circulem

o mais rápido possível. Uma reportagem intitulada: “Maior fábrica do Mundo faz um carro a cada 10s, conheça o Top 10”, publicada no dia 05 de fevereiro de 2015, nos chamou atenção.

Recortamos alguns trechos da reportagem para fins ilustrativos:

Marca: Hyundai.

Localização: Ulsan, Coreia do Sul.

Tamanho: 5.000.000 m².

Empregos (diretos): 34.200.

Capacidade de produção: 1,5 milhões de unidades/ano.

A maior fábrica do planeta não é da Toyota, que é a maior montadora em vendas. O posto é da Hyundai, sexta colocada no geral. A sede, localizada em Ulsan, cidade litorânea da Coreia do Sul, é capaz de produzir um automóvel a cada dez segundos (até seis mil carros por dia), entrega 2/3 da produção global do grupo e concentra cinco linhas de montagem para carros compactos, médios e grandes, SUVs, caminhões e implementos. O local tem até seu próprio porto.

Marca: Fiat.

Localização: Betim (MG), Brasil.

Tamanho: 701.696 m².

Empregos (diretos): 19.000.

Capacidade de produção: 950 mil unidades/ano.

Inaugurada em 1976, após três anos de negociações com o governo brasileiro, a sede da Fiat no Brasil fica em Betim, cidade encostada na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. Apesar de gigante (é a maior fábrica do Grupo Fiat no planeta), pode considerada "pequena" perto da fábrica da Ulsan -- para se ter uma noção, a unidade de Betim tem área de 701.696 m², sete vezes menor que a coreana.

Marca: Maruti Suzuki.

Localização: Gurgaon, Haryana, Índia.

Tamanho: 370.000 m².

Empregos (diretos): 12.500.

Capacidade de produção: cerca de 690 mil unidades/ano.

A maior fábrica da japonesa Suzuki não fica em seu país de origem. Este posto é da unidade da Índia e sua subsidiária local: Maruti Suzuki. Instalada no município de Gurgaon, nos subúrbios de Nova Déli, produz quase 700 mil veículos anualmente.

Marca: Fiat.

Localização: Tichy, Polônia.

Tamanho: 320.000 m².

Empregos (diretos): 4.300.

Capacidade de produção: cerca de 560 mil unidades/ano.

Em atividade desde 1975, apenas um ano antes que a filial de Betim, a fábrica de Tichy (Polônia) só passou totalmente para as mãos da Fiat em 1992. Antes, era responsável pela produção em série de veículos de outras montadoras, entre elas a Ford e a GM. Especializado na produção de modelos compactos, o local é responsável pela fabricação do Fiat 500, do Ford Ka europeu (essa divisão com a Ford ficou como "herança" do período anterior) e do Lancia Ypsilon.

Marca: Hyundai.

Localização: Irungattukottai, Índia.

Tamanho: 300.000 m².

Empregos (diretos): 6.000.

Capacidade de produção: 550 mil unidades/ano.

Além do colosso de Ulsan, a Hyundai figura novamente na lista com (vamos lá, diga em voz alta) Irungattukottai, vilarejo da região de Tamil Nadu, distrito de Kanchipuram, na Índia. Inaugurada em 1996, a segunda maior fábrica de carros do país é responsável pela fabricação de diversos carros de passeio, que são oferecidos aos mercados asiático, da África, do Oriente Médio e Austrália.

Marca: GM Saic Wuling Co.

Localização: Liu-chou, China.

Tamanho: 380.000 m².

Empregos (diretos): cerca de 10 mil.

Capacidade de produção: 500 mil unidades/ano.

Em dezembro passado, a General Motors oficializou uma joint-venture com as empresas chinesas Saic e Wuling (fabricantes até então de comerciais leves). A nova fábrica do trio, com sede em Liu-chou, no sudoeste da China, começou a fazer automóveis de passeio sob emblemas da Wuling e da Baojun e aposta alto: vender 2 milhões de carros por ano, incluindo vendas locais e na Indonésia. (UOL, 2015).

A primeira questão que queremos destacar com essa matéria é insistir na velocidade com que as mercadorias são produzidas, utilizando como exemplo a indústria automobilística mundial. Seis montadoras produzem 6.900.406 milhões de automóveis por ano, que precisam entrar na circulação mundial de mercadorias. A população do Paraguai atualmente é de 6.639.000 pessoas, algo impensável do ponto de vista das condições naturais, o que seria mais de um carro por pessoa por ano. A segunda questão que gostaríamos de destacar é que quase nunca coincide o local onde está instalada a fábrica e a origem do capital. O que se procura são as melhores condições, as mais favoráveis em recursos naturais, oferta da força de trabalho concomitante com as condições de extrair ao máximo a capacidade de produzir mais valor e a facilidade para escoar seus produtos, seja do ponto de vista da localização, ou a partir das cotas de exportação e capacidade de mercado de cada país.

O Paraguai oferece facilidades de acesso ao mercado europeu, através das suas cotas de exportação. Cotas essas que o Brasil cumpre com facilidades, dado o grau de desenvolvimento da sua força produtiva e pela sua condição na divisão internacional do trabalho. Outra questão fundamental é sua localização geográfica, centro da América do Sul, sendo que a região central do país fica numa distância aproximada de 1.500 Km do Porto de Paranaguá, Paraná. Além da possibilidade de acesso ao Oceano Pacífico, previstos nos Planos do IIRSA, Projeto Brasil 3 Tempos e outros planos sistematizados que podemos acessar.

Nas “Oportunidades” o desenvolvimento da “Logística” paraguaia é um elemento central. No ano de 2013 estava previsto o “Melhoramento de 18 mil km de Estradas”, sendo o valor da obra de US\$ 1.296.000.00; com “Saneamento”: US\$ 900.000.000; “Construção de Hidrovias”: US\$ 104.000.000; com o “Plan Maestro de Eletricidade”: US\$ 2.573.000.000; “Trem Elétrico Urbano – Assunção”: US\$ 250.000.000. Somando com outras demandas que não destacamos nesse momento, mas estão no bojo do desenvolvimento “Logístico”, que “assanha” a internacionalização de grandes construtoras no Paraguai, dá um total de: US\$ 8.359.624.500. Investimentos quase do tamanho do PIB paraguaio na época: US\$ 10.646.157.920.

A logística é de fundamental importância no processo de dominação do espaço. Inclusive, deve facilitar a mobilidade do trabalho, com o desenvolvimento de transportes que

possibilite a força de trabalho se deslocar em condições adequadas para serem exploradas.

No Curso de Formação de Formadores, parceira do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio e a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, realizado entre Novembro de 2006 a Março de 2008, o Professor Mauro Luiz Iasi utilizou uma figura de linguagem para exemplificar a atuação do Capital, a partir de uma pequena história: “estavam Marx e Engels observando os navios ingleses que partiam para as mais diferentes regiões do planeta exportando suas mercadorias. Num primeiro momento os dois chegaram há uma conclusão: ‘Veja! A Inglaterra dominando o mundo a partir da exportação de suas mercadorias!’ Depois de refletir um pouco mais, observaram: ‘Não se trata apenas de exportação de mercadorias, mas aqui esta acontecendo a exportação do modo de produção capitalista para o mundo’”²⁰. Na medida em que o Capital hegemôniza é preciso fazer o mundo de acordo com suas necessidades.

Não pode haver limites para o Capital. Portanto ele vai amoldando, reformando a realidade de acordo com sua necessidade, que é garantir a valorização do valor. Na medida em que as empresas brasileiras intensificam o processo de exportação de capitais, vão rompendo com as barreiras que obstruem a extração da mais valia. Segundo Gustavo Rojas:

Nesse contexto, a agenda de reformas do Estado paraguaio deve ser acelerada, fortalecendo suas capacidades e a progressividade de suas políticas. No plano da política industrial, esses primeiros passos deveriam concentrar-se em sustentados investimentos em infraestrutura e maior focalização em torno de setores com maior capacidade de geração de empregos e constituição de fornecedores locais, o que requereria uma maior diferenciação dos regimes de incentivo fiscal e um verdadeiro monitoramento das contrapartidas exigidas às empresas beneficiadas. (ROJAS, 2016, p. 30).

No dia 17 de julho de 2015, o presidente do Paraguai Horacio Cartes, presidente do mesmo país que foi “suspensão” após o golpe, assume a presidência do MERCOSUL. Em seu discurso, relatado na reportagem intitulada: “Paraguai assume presidência do Mercosul após cúpula em Brasília”, Cartes defendeu que:

“[...] o bloco tenha “mercado livre e sem travas.” “Estou convencido de que devemos fixar metas realizáveis e mensuráveis, colocando todos os esforços para concretizá-las na maior brevidade possível. O mundo nos observa, então, façamos realidade do bloco a integração”, disse.
“O Paraguai propõe mercado livre e sem travas entre os países, além do apoio político e técnico dos governos de todos os Estados do Mercosul com o compromisso de servirmos aos cidadãos para conseguirmos, cada vez mais, melhores condições de vida”, completou o presidente paraguaio.

20 (Aula proferida na Escola Nacional Florestan Fernandes Sobre Método e Metodologia, agosto de 2007)

A cúpula em Brasília, no Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores, serviu para que os países discutissem temas como integração produtiva, promoção comercial e atração de investimentos.

Ao passar o comando do Mercosul para Horácio Cartes, a presidente Dilma Rousseff citou o “grau de comprometimento” do governo brasileiro à frente do bloco. A petista ainda desejou ao colega paraguaio “muito êxito” e o homenageou em sua fala.

“Ao transmitir a presidência, desejo ao governo do Paraguai, na pessoa do presidente Horácio Cartes, muito êxito na construção dos trabalhos do Mercosul no próximo semestre”, declarou Dilma. (MATOSO, 2015).

Os interesses cada vez mais privados da classe dominante, da burguesia, impõem aos governos que compactuam com o metabolismo do Capital que rompam com quaisquer dificuldades que possam se apresentar como obstáculos que impendem a realização da extração de valor em qualquer rincão do planeta Terra.

5.3 OS TENTÁCULOS DO CAPITAL: A EMPRESAS MAQUILADORAS BRASILEIRAS E SUA ATUAÇÃO NO PARAGUAI

Existem poucas informações disponíveis sobre o que são as empresas maquiladoras, ainda mais quando o recorte é a “recente atuação” das empresas brasileiras maquiladoras no Paraguai, embora existam vários estudos sobre as empresas maquiladoras no México e América Central. No material fornecido pelo Banco Central do Paraguai durante a pesquisa, o Sr. Daniel Hidalgo Semenchuk, Jefe de Grupo Económico, División de Comercio Exterior, Departamento de Estadísticas del Sector Externo, Estudios Económicos de El Banco Central del Paraguay, cita a presença de 12 empresas oficialmente instaladas no Paraguai, até o dia 23 de fevereiro de 2015.

Um dado interessante que contém no relatório “Cuadros de Comercio Exterior – Años 1994 à 2015” disponível página do Banco Central del Paraguay, revela que o ano de 2014 foram registrados 9.655.534 exportações do Paraguai para o Brasil, maior registro desde 1994, produzindo um saldo US\$ 1.037.592, mas que em relação ao ano anterior teve uma variação negativa de 37,6%. Em 2013, houve crescimento positivo de 191,3%, um total de 9.432.341 de registros de exportações, produzindo um saldo de US\$ 1.662.314. No ano de 2012 houve 7.283.874 registros de exportações, produzindo um saldo negativo de 33,2%. A título de comparação, em 2002 foram 2.328.800 registros de exportações; 3.472.365 em 2006; 6.516.556 em 2010. Os dados revelam que há um crescimento nos registros de exportação para o Brasil desde 2002, mas com acento a partir dos anos de 2010, coincide com o período que há uma grande migração de empresas brasileiras para o Paraguai.

Uma das características de empresas maquiladoras é: indústrias que produzem fora do território de onde se origina o Capital, para exportar em seguida para seu país de origem.

Além de ser fruto das exportações de capitais, elas produzem para satisfazer necessidades externas, na maioria dos casos, as necessidades “dos territórios” de onde se origina esse Capital. Esse movimento do Capital, de expansão com o intuito de valorizar-se a partir da exploração do trabalho ao produzir mercadorias, para atender necessidades de outro território (seja como produção de componentes de uma mercadoria, ou a mercadoria pronta a ser consumida), no revela que, para o Capital, não há distinção de barreiras, de territórios, que não possa ser superadas. Há apenas o espaço, pronto para a extração de valor.

As primeiras empresas com as características das maquiladoras brasileiras que atuam no Paraguai surgem no continente americano a partir da relação entre Estados Unidos e México nos anos de 1990. Teve seu laboratório experimental na região norte mexicana que “coincidentemente”, faz divisas com os Estados Unidos da América. Em 1994 é assinado um tratado de livre comércio da América do Norte, o NAFTA - North American Free Trade Agreement, ou NAFTA; espanhol: Tratado de Libre Comercio de América del Norte, entre os Estados Unidos da América, Canadá e México, que tinham o Chile como associado. Como todos os tratados que regulam as atividades comerciais numa determinada região, os mesmos têm como objetivo principal estabelecer relações que, em ultima medida, acaba por favorecer os países onde há um grande acúmulo de Capital, que precisa se valorizar. Assim, são exportados para os vizinhos “menos favorecidos”, numa relação de submissão nesse movimento do Capital, que no fim das contas, aprofunda as discrepâncias entre os mesmos. No caso mexicano é importante assinalar que a partir do NAFTA:

O país viu, na assinatura do tratado, uma forma de mitigar os efeitos da crise e estagnação que vivia, no entanto, por efeito contrário, sofreu forte desindustrialização e desestatização de setores do país, como os de telecomunicações e transportes. A década de 1990 não trouxe melhoras à situação mexicana; o NAFTA, de certa forma, contribuiu para a estagnação e crise econômica no país. (SERGIE, 2014, p. 32).

Segundo Jorge Carrillo et al:

Desde principios de los 90s la maquiladora mexicana ha sido considerada como un modelo industrial. No en el sentido de modelo productivo, sino como una forma de industrialización basada en al menos três aspectos: a) la generación de divisas, b) la generación de empleo intensivo en mano de obra de baja calificación, fundamentalmente y c) la importación de materias primas y componentes para después de su ensamble o manufactura exportarlos principalmente a Estados Unidos. Este modelo es dirigido principalmente por transnacionales (ya sea productoras o compradoras de acuerdo) y mantiene escassa vinculación no sólo con el aparato productivo nacional sino con el consumo doméstico. (CARRILLO et al., 2005, p.31).

A citação acima sobre as maquilas estadunidenses, que são fruto da exportação de

Capitais dos Estados Unidos da América, a fim de se valorizarem no México, pode ser muito bem compreendida. Podemos até universalizar o caso mexicano, utilizando essa referência o documento: “Paraguay, país de oportunidades”.

Junto com as maquilas, a empresa em si, são exportados um conjunto de ações que visam construir as melhores condições possíveis para o Capital extrair Mais-Valia. Um dos elementos que é parte do conjunto que se estabelece com as maquilas, são as chamadas Zonas de Produção para Exportação. Também conhecidas como Zonas Livres, ou seja, frações do espaço que existem leis específicas, de acordo com cada local, que facilita ao Capital o processo de valorização do valor.

Ainda de acordo com Jorge Carrillo:

En términos internacionales las maquiladoras fueron concebidas desde un inicio como parte del proceso industrial de mayor envergadura conocido como la nueva división internacional del trabajo (NDIT). A partir de la relocalización de los procesos de manufactura intensivos en mano de obra hacia zonas de bajos salarios relativos y mejores condiciones para la rentabilidad de las empresas, diversas firmas e industrias (como la del vestido y electrónica) trasladaron sus procesos de los países de origen (desarrollados) hacia las llamadas Zonas de Producción para la Exportación (ZPE). En 1975 se contabilizaron 79 zonas de exportación en 25 países subdesarrollados que daban empleo a 725,000 personas en forma directa en las plantas de ensamble. Para el 2002 se calcula que existían 3,000 ZPE en 102 países y emplean alrededor de 37 millones de personas, concentrándose en China más del 80% del empleo mundial, con 30 millones de ocupados (Mercier, 2003). (CARRILLO et al, 2005, p.35).

Numa matéria divulgada pelo “Boletim Diário de Notícias Sobre o Comércio Exterior – BOLETIM COMEXLEIS”, intitulada: “Com maquiladoras, Paraguai exporta mais para o país”, de 26 de outubro de 2011, sobre a importação de fios de cobre, nos revela esse movimento da exportação de capitais através das empresas maquiladoras:

Os fios de cobre apareceram de repente na pauta de exportação do Paraguai ao Brasil.

De janeiro a setembro do ano passado o Brasil não comprou um dólar sequer desse produto com origem no país vizinho. No mesmo período deste ano, porém, a importação desse fio chegou a US\$ 22,3 milhões, ocupando o lugar de quinto produto mais exportado pelos paraguaios ao Brasil. Os tecidos de lâminas sintéticas não apareceram agora, mas seus desembarques originados do Paraguai subiram dos US\$ 3,2 milhões nos nove primeiros meses do ano passado para US\$ 7,2 milhões no acumulado até setembro de 2011.

Para esses dois movimentos, diz Wagner Enis Weber, diretor do Conselho Empresarial Brasil-Paraguai, contribui em grande parte a “Ley de Maquila”, regime que tem levando investimentos brasileiros a terras paraguaias. A lei concede incentivos fiscais a empreendimento estrangeiros na importação de insumos, desde que a produção seja voltada para a exportação. Atualmente, diz ele, há cerca de 20 empresas brasileiras atuando ou iniciando atividades no Paraguai sob esse regime. “O total de empresas estrangeiras que usa o benefício ou já está autorizado a usar chega perto de 60.”

A maior parte das empresas brasileiras instaladas no Paraguai sob esse regime se concentra no setor têxtil e de vestuário, de calçados e de produtos plásticos, diz

Oscar Stark, diretor da Rede de Investimentos e Exportações (Rediex). Segundo o ministro de Indústria e Comércio do Paraguai, Francisco José Rivas Almada, as maquiladoras brasileiras instaladas no Paraguai exportam predominantemente para o Brasil. Isso, diz, tem elevado o valor da exportação paraguaia de itens manufaturados, como calçados e têxteis.

“A Ley de Maquila está mudando a pauta paraguaia de exportação ao Brasil”, diz Weber. Ele lembra que as exportações das maquiladoras têm contribuído também para aumentar o valor que os brasileiros compram de seu vizinho.

O comércio bilateral com o Paraguai é superavitário para o Brasil historicamente. No ano passado, o Brasil exportou para o Paraguai US\$ 2,55 bilhões. As importações foram de US\$ 611,4 milhões. Neste ano as importações com origem no Paraguai no acumulado até setembro chegaram a US\$ 468,5 milhões. As importações com origem no Uruguai somaram, no mesmo período, US\$ 1,25 bilhão.

Sem adentrarmos nos artigos específicos da “Ley de Maquilas”, o exemplo das importações de fios de cobre, relatados na reportagem, fundamentam concretamente, as relações que descreve Jorge Carrillo. Em suma, essas “Zonas” são frações do espaço dentro de certos países, que gozam de vantagens atendendo as necessidades do próprio Capital. Necessidade para atender os interesses do Capital, entre 2012 e 2014, os governos brasileiro e paraguaio intensificaram essa relação, permitindo uma ainda maior mobilidade para as empresas brasileiras exportarem seu capital para o Paraguai. A “Ley 1064/97”, que estabelece que as maquiladoras são:

Artículo 2: Para los efectos de la presente Ley se entenderá por:

a. Maquiladora: Empresa establecida especialmente para llevar a cabo Programas de Maquila de Exportación o aquella ya establecida y orientada al mercado nacional, que cuente con capacidad ociosa en sus instalaciones y que le sea aprobado un Programa de Maquila.

b. Programa de Maquila: El que contiene en detalle la descripción y características del proceso industrial o de servicio, cronograma de importaciones, de producción, de exportaciones, de generación de empleos, porcentaje de valor agregado, porcentaje de mermas y desperdicios, período de tiempo que abarcará el programa y otros datos que se podrán establecer en la reglamentación correspondiente.

c. Contrato de Maquila de Exportación: El acuerdo alcanzado entre la Empresa Maquiladora y una Empresa domiciliada en el exterior, por el cual se contrata un proceso industrial o de servicio en apoyo a la misma destinado a la transformación, elaboración, reparación o ensamblaje de mercaderías extranjeras a ser importadas temporalmente para su reexportación posterior, pudiendo proveer las materias primas, insumos, maquinarias, equipos, herramientas, tecnología, dirección y asistencia técnica, de acuerdo con la modalidad que las partes libremente establezcan.

A “Ley de Maquila” paraguaia é divulgada como a alma do negócio. Na mesma reportagem publicada no “Boletim Diário de Notícias Sobre o Comércio Exterior – BOLETIM COMEXLEIS”, duas declarações que nos chamam a atenção:

Ninguém nega que a grande vantagem para as maquiladoras está na carga tributária. Se cumpridas as condições desse regime, a empresa fica livre do Imposto de

Importação, do Imposto de Renda e paga apenas um imposto único de 1% sobre o valor agregado no Paraguai. Weber diz que não é somente o incentivo fiscal que tem atraído as empresas. “No Paraguai há também maior disponibilidade de mão de obra, a um custo menor”.

Almada diz, porém, que atualmente a ideia do governo paraguaio é atrair investimentos brasileiros não só com base na Lei de Maquila mas também para áreas como infraestrutura, em concessões de estradas, hidrovia e aeroportos, por exemplo. “Também queremos atrair investimentos para o setor de carnes, turismo e biocombustíveis”, diz Stark. O ministro Almada e Stark estiveram ontem em São Paulo para divulgar programas de atração de investimentos oferecidos pelo governo paraguaio.

Usando a lei para maquiladoras ou não, o governo paraguaio destaca os incentivos fiscais e a carga tributária relativamente baixa do país para tentar elevar os estimados US\$ 600 milhões em investimentos estrangeiros totais que o Paraguai deve receber este ano.

Stark diz que investimentos estrangeiros podem ser beneficiados com desoneração total de Imposto de Importação, além de tributação zero na remessa de juros e de dividendos ao exterior e também na compra local de bens de capital. Alguns benefícios são válidos apenas para investimentos estrangeiros superiores a US\$ 5 milhões e por prazo definido.

Eis mais um trecho da “Ley”:

CAPITULO IX DEL RÉGIMEN TRIBUTARIO

Artículo 29: El contrato de Maquila y las actividades realizadas en ejecución del mismo, se encuentran gravadas por un tributo único del 1% (uno por ciento) sobre el valor agregado en territorio nacional.

El contrato de sub-Maquila por un tributo único del 1% (uno por ciento) en concepto de Impuesto a la Renta, también sobre el valor agregado en territorio nacional.

El valor agregado en territorio nacional, a los efectos de este tributo es igual a la suma de:

- a. Los bienes adquiridos en el país para cumplir con el Contrato de Maquila y sub-Maquila.
- b. Los servicios contratados y los salarios pagados en el país para el mismo propósito de lo dispuesto en el inciso anterior.

El impuesto se liquidará por declaración jurada en la forma, plazo y condiciones que establezca el Ministerio de Hacienda. (PARAGUAY, Ley 1064/97).

Num material explicativo produzido pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa), intitulado “Maquila Paraguay”, explica para os empresários brasileiros, como é o funcionamento da maquila no Paraguai. Antes da análise do material, gostaríamos de citar o artigo 26 de “Ley de maquilas”, do “CAPITULO VIII DE LAS OBLIGACIONES GENERALES”, que fala sobre o fechamento de uma maquila no Paraguai. Queremos antecipar algumas conclusões sobre o documento do Sebrae, que é um “passo a passo” de atração de “vantagens”: “Artículo 26: Cuando una empresa decida dar por terminadas sus operaciones antes de concluir el plazo del Programa autorizado, deberá solicitar al CNIME con 30 (treinta) días de anticipación, la cancelación del mismo y de su

registro”. Ou seja, se tudo transcorrer bem, com 30 dias um empresário brasileiro pode transferir seu capital para outra região.

No “Maquila Paraguay”, o Sebrae explica que a “Empresa Contratante no Exterior – Matriz” pode criar uma “Maquiladora: Empresa legalmente constituída em território paraguaio” para “oferecer produtos de bens ou serviços”. Essas empresas “legalmente constituídas” só podem comercializar 10% da sua produção no Paraguai. O objetivo da maquiladora é a de produzir para a exportação. Essa maquila constituída no Paraguai pode criar uma “Submaquiladora: Empresa contratada ou empregada pela Maquiladora”. Ou seja, na prática, uma empresa brasileira cria uma submaquiladora, que pode oferecer “serviço”, ou seja: de força-de-trabalho, que sob a forma atual de terceirização, oferece para uma maquiladora, produtora de bens, mercadorias, ambas da mesma matriz brasileira. Um processo empregado pelo Capital para extrair a mais valia absoluta, pois duas das características da terceirização é o baixo salário e precarização e flexibilização das leis trabalhistas.

Ainda segundo o material do SEBRAE, as empresas maquiladoras brasileiras, instaladas no Paraguai naquele momento eram: Adidas, Kappa, Zara, Penalty, INPA Parquet, Vernon, Mega Plásticos, Marseg, Welsheng Paraguay, Parpy, Meyer Instant Foods, Buoncopy Financial SL.

Algumas características dessas empresas nos chamam a atenção: Adidas: fabricante de calçados e roupas esportivas de origem alemã, que chegou ao Brasil em 1973. Kappa: fabricante de calçados e roupas esportivas de origem italiana. Esteve no Brasil até 1990, retornando em 2013. Zara: fabricante de roupas de luxo de origem espanhola. Está no Brasil desde 2000. Penalty: fabricante de artigos esportivos de origem brasileira, fundada em São Paulo – SP, 1930. INPA Parquet: produtora de peças de madeira para acabamento de origem Holandesa. Mega Plásticos: fabricante de laminados sintéticos – TNT, atuando também no ramo de confecções, transporte e indústria moveleira. Indústria brasileira, com sede em Foz do Iguaçu – PR. Marseg: empresa brasileira especializada em segurança do trabalho, com sede em Limeira – SP. Meyer Instant Foods: indústria de transformação de alimentos. Das empresas citadas acima, não encontramos informações confiáveis sobre: Vernon, Welsheng Paraguay, Parpy, Buoncopy Financial SL.

Das oito que encontramos informações, apenas duas são de origem brasileira. As demais são, na sua maioria europeias, que entram no Paraguai a partir do Brasil. Muitas delas acessam as cotas de exportações para a Europa, aproveitando as vantagens de sua condição de produzir no Paraguai com seus concorrentes europeus. Isso basta para compreendermos a

mobilidade do Capital na ordem espacial. No “sistema sociometabolico do capital”, não há territórios, regiões, lugares, países que possam se impor ao Capital na sua particularidade, já que o mesmo atua dentro de uma perspectiva espacial, e busca dentro desta as melhores condições no planeta para valorizar-se. Essa valorização pode ter um tempo determinado. Terminando as condições deste local, ele, o Capital, procura novas possibilidades/potencialidades para seguir seu movimento.

Ao analisar algumas maquiladoras em específico, nos dá a impressão de que em alguns casos o Brasil serve aos interesses do capital europeu ou do norte da América, como uma espécie de trampolim, como se saltasse desde aqui para se valorizar no Paraguai.

Há obviamente, empresas que exportam capitais para o Paraguai e que são brasileiras, como é o caso da X-plast, que presta serviços de injeções de termoplásticos para os mais diversos setores. Fabricante de mercadorias que são chamadas “linha branca”, produz também equipamentos agrícolas, linha automotiva, caixas para transporte, brinquedos, coolers térmicos e utilidades domésticas.

Numa reportagem da “Gazeta do Povo”, intitulada de “Paraguai cresce no ritmo da maquila – vizinhos imitam legislação do México para atrair investidores com benesses como isenção tributária e mão de obra barata”, publicada no dia 24 de maio de 2014, diz que:

Embalado por um crescimento econômico de dar inveja aos vizinhos sul-americanos – o PIB cresceu 14,1% em 2013 –, o Paraguai aos poucos deixa para trás a pecha de primo pobre do Mercosul e se torna uma vitrine para novos investimentos. Um dos pilares desse desenvolvimento são as chamadas “maquiladoras”, empresas que importam peças e componentes de matrizes estrangeiras para que os produtos sejam manufaturados (montados) no Paraguai e depois exportados.

O país tem hoje 60 maquiladoras nos mais diversos setores, das quais pelo menos 20 são de capital brasileiro. São confecções, indústrias têxteis, fábricas de plástico, autopeças, autopartes e até call centers. Algumas têm natureza mista e foram constituídas a partir de parcerias entre investidores brasileiros, paraguaios e argentinos. Há também aportes de japoneses, coreanos e espanhóis.

Secretário-executivo do Conselho Nacional de Indústrias Maquiladoras de Exportação do Paraguai, Ernesto Paredes diz que 80% das exportações são destinadas a países do Mercosul. Até 15 de maio deste ano [2013], as vendas das maquiladoras para o exterior somaram cerca de US\$ 80 milhões. Em 2013, o total chegou a US\$ 150 milhões.

É de um brasileiro a maior maquila do setor de plásticos do Paraguai. Inaugurada no início deste mês com a presença do presidente Horacio Cartes, a X-plast fica em Ciudad del Este, na fronteira com Foz do Iguaçu. Está instalada em um terreno de 80 mil metros quadrados com 30 mil metros de área construída. A indústria fabrica brinquedos, utilidades domésticas, mesas e cadeiras. Pouco mais de 70% da produção é exportada para o Brasil. A matriz está instalada no Uruguai.

O ambiente econômico favorável foi um dos motivos que levou a empresa a se instalar no Paraguai, diz o diretor Marco Antônio Cubas. A Xplast emprega hoje 320 funcionários. Apenas sete são brasileiros. A perspectiva é chegar em 2015 com um quadro de 1.200 funcionários diretos. A mão de obra paraguaia recebe elogios de

Cubas. “Eles são muito prestativos.” (PARO, 2014).

A reportagem nos reafirma uma série de elementos que apresentamos anteriormente: possibilidade do que a reportagem chama de “capital misto”, ou como empresas estrangeiras instaladas no Brasil exportam capitais para o Paraguai; e como o Paraguai está na mira de grandes grupos econômicos brasileiros, como é o caso da X-plast, de Limeira – SP. Há no entanto um elemento novo que até o momento não havíamos abordado. Embora descrevemos anteriormente como as maquilas levam consigo um pacote a ser aplicado, cuja a finalidade é garantir a valorização do valor dos capitais exportados, e que é inerente a esse movimento, o processo de terceirização e flexibilização das leis trabalhistas, a burguesia emprega, concretamente, variados métodos para extrair mais valor da força de trabalho. Um deles aparece em outra parte da reportagem que diz:

Além de funcionários contratados diretamente, a X-plast tem empregados terceirizados que trabalham em casa e ganham de acordo com a própria produção, respeitando a legislação paraguaia. São donas de casas, cadeirantes ou pessoas que querem trabalhar, mas não podem ficar na empresa. No total são cerca de 150 pessoas, todos moradores que vivem no entorno da indústria. Eles recebem em casa peças para montar manualmente os produtos. (PARO, 2014).

A remuneração por peça é um dos mecanismos que o Capital desenvolve para extrair doses suplementares de mais valor da classe trabalhadora. Como incorporar no sistema produtivo, parte dos trabalhadores que, por inúmeras situações específicas, não podem se deslocar para o chão da fábrica, e por essa condição, se aproveitar para exercer uma exploração ainda maior. A longa citação de Karl Marx abaixo, nos ajuda a compreender essa estratégia do Capital, quando trata no Capítulo XIX do Livro 1, o “Salário por Peça”:

O salário por peça nada mais é que uma forma metamorfoseada do salário por tempo, do mesmo modo que o salário por tempo é a forma metamorfoseada do valor ou preço da força de trabalho. O salário por peça parece, à primeira vista, como se o valor de uso vendido pelo trabalhador não fosse função de sua força de trabalho, trabalho vivo, mas trabalho já objetivado no produto, como se o preço desse trabalho não fosse determinado, como o do salário por tempo, pela fração do trabalho, mas pela capacidade de produção do produtor.

O salário por peça não expressa diretamente na realidade nenhuma relação de valor. Não se trata de medir o valor da peça pelo tempo de trabalho nela incorporado, mas, ao contrário, de medir o trabalho despendido pelo trabalhador pelo número de peças que produziu. No salário por tempo, o trabalho se mede por sua duração direta; no salário por peça, pelo quantum de produtos em que o trabalho se condensa durante determinado período de tempo. O preço do próprio tempo de trabalho, finalmente, determina-se pela equação: valor do trabalho de um dia = valor diário da força de trabalho. O salário por peça é, portanto, apenas uma forma modificada do salário por tempo.

Dado o salário por peça, é naturalmente do interesse pessoal do trabalhador **aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade**. Do mesmo modo, é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois com isso sobe seu salário diário ou

semanal. Ocorre, assim, a reação já descrita ao tratarmos do salário por tempo, abstraindo o fato de que o prolongamento da jornada de trabalho, mesmo permanecendo constante o salário por peça, implica em si e para si uma baixa de preço do trabalho.

Do exposto resulta que o salário por peça é a forma de salário mais adequada ao modo de produção capitalista. (MARX, 1996, p. 184, 185, 187, grifo nosso).

Podemos supor também, que esses trabalhadores vivem nas bordas urbanas, em áreas que chamamos de periferia. São bairros onde o “Trem elétrico”, que será construído em Assunção não vai chegar, e o transporte público é precário. Assim, é vantajoso para o Capital extrair ao máximo a “forma mais adequada ao modo de produção capitalista” (MARX, 1996, p. 187).

Nas pesquisas que realizamos no Paraguai entre os dias 23 à 27 de fevereiro de 2015, pouco logramos em listar quais empresas brasileiras exportaram capitais para o Paraguai, além das que citamos acima, sob a proteção da “Ley de maquilas”. Embora consideremos muito importante listar, indicar, quais empresas, sua localização, se é capital misto, e etc, importante também é apreender os mecanismos desenvolvidos e finalidade desse movimento.

Embora nosso recorte seja 2012 à 2014, as informações a seguir se concentram a partir de 2013 e, fundamentalmente, no ano de 2014, quando o volume das mesmas é abundantes.

No dia 14 de fevereiro de 2014, a CNI publicou no seu portal uma matéria intitulada: “Brasileiros buscam oportunidades de investimentos no Paraguai”, revela a quantidade de empresários brasileiros, pretendendo explorar o Paraguai:

Uma missão de 156 empresários brasileiros, organizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), visita amanhã (18) e quarta-feira (19), em Assunção e Ciudad Del Este, as duas maiores cidades do Paraguai. Nos dois dias, os brasileiros conhecerão as oportunidades de investimentos oferecidas pelo país andino, que cresceu 14,1% no ano passado. Para manter esse ritmo de expansão da economia, o Paraguai montou um plano de atração de investimentos estrangeiros, que inclui desde projetos de infraestrutura até incentivos para exportação.

Com o objetivo de atrair o capital estrangeiro, o governo de Horácio Cartes acaba de aprovar a Lei de Parcerias Público-Privadas. O plano e as vantagens de investimentos nas obras de infraestrutura foram apresentados aos empresários brasileiros pelo ministro de Indústria e Comércio do Paraguai, Gustavo Leite, que há duas semanas conversou com um grupo de 30 empresários na sede da CNI, em Brasília (DF).

OBRAS - No encontro, ele disse que os custos de produção no seu país são 35% inferiores aos do Brasil. Destacou que o custo com a mão de obra no Paraguai equivale a 64,7% do Brasil e o valor da energia representa 36,4% do cobrado aqui. Explicou ainda que, só para os projetos de infraestrutura urbana, o Paraguai precisará de US\$ 2,8 bilhões nos próximos cinco anos e US\$ 5,4 bilhões na próxima década. As obras incluem a revitalização do aeroporto de Assunção, a reforma do centro histórico para acomodar as linhas expressas de ônibus e o recapeamento das principais vias da cidade. As obras de redes e sistemas de água e esgoto de Assunção e Ciudad Del Este exigirão investimentos de US\$ 1,8 bilhão.

[...]

Integram a comitiva brasileira representantes de empresas dos setores metalmeccânico, têxtil e de bebidas, e dirigentes de grandes construtoras como OAS, Odebrecht, Camargo Corrêa, Galvão Queiroz e a indústria de ônibus Marcopolo. **A missão é liderada pelo presidente da Federação de Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Edson Campagnolo.** (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2014).

Outra notícia que revela como o Capital desenvolve diversos mecanismos de controle, através de agencias estatais, como os citados SEBRAE, e as patronais Fiesp - Federação das Industrias do Estado de São Paulo, dentre outros. A CNI – Confederação Nacional das Indústrias, é mais um mecanismo. Em 30 de outubro de 2014, se reuniram na “6ª Expo Paraguay – Brasil” 100 grandes brasileiros, integrantes de governos, se encontraram para discutirem, em outras palavras, o tema da exportação de capitais brasileiros, na forma de maquilas. Durante a abertura fizeram o uso da palavra Raúl Baginski (Presidente del Foro Brasil-Paraguay) e Paulo Tigre, presidente então da CNI:

El Paraguay es un país seguro para invertir, manifestó el presidente del Foro Brasil-Paraguay, Raúl Baginski, en la apertura de la “6º Expo ParaguayBrasil” que concluye hoy en la Conmebol. El dirigente empresarial instó a unos 100 empresarios brasileños a “no dejar pasar el caballo”.

Tras resaltar los resultados económicos “muy relevantes” del Paraguay y los instrumentos legales favorables para la inversión, Raúl Baginski afirmó que más de 30 empresas brasileñas ya están operando en nuestro país (identificadas en un estudio realizado por el BID), la que se han instalado para aprovechar las ventajas competitivas que ofrece: mano de obra abundante y joven (73% menos de 31 años), costo de la mano de obra (20% menor que en Brasil), disponibilidad de energía eléctrica y tarifa (63% más barata que en el vecino país) y el Impuesto a la Renta 60% menor con relación a Brasil.

Por su parte, el vicepresidente de la Confederación Nacional de Industrias del Brasil (CNI), Dr. Paulo Tigre, afirmó que Brasil se ha consolidado como uno de los mayores inversores en Paraguay, con más de US\$ 500 millones invertidos en los últimos dos años en sectores como cemento, minería, carne, autopartes y servicios. “Paraguay representa, sin dudas, un destino a ser buscado por las empresas brasileñas. La industria brasileña cree en la importancia de la asociación con el Paraguay, con ganancias mutuas”, enfatizó.

Programação importante do evento acima citado, foi o “concurso de caipirinha”:

CAMPEONATO NACIONAL DE CAPIRINHA

Otra de las novedades que incluye la presente edición de la Expo Paraguay Brasil es la realización del 1º Campeonato Nacional de Caipirinha. El concurso está dirigido a bartenders; representantes de hoteles, bares, restaurants y escuelas gastronómicas, localizadas en el territorio paraguayo. Un jurado de cinco expertos **elegirá durante la Expo a la mejor versión paraguaya del trago más popular de Brasil.** El público podrá degustar las caipirinhas concursantes y además votar a través de la Fan Page de Facebook de la Expo Paraguay Brasil. **La caipirinha es la bebida nacional de Brasil.** Se hace con cachaça, limón y azúcar, los cuales son ingredientes fácilmente encontrados en el vecino país. La organización de la actividad corre por cuenta de Market Comunicaciones.

Ainda sobre a “6ª Expo Brasil-Paraguai, destacamos a matéria: “Empresários brasileiros participam de feira que promove o intercâmbio e negócios no Paraguai”:

Só em 2014, a Confederação [CNI] organizou três visitas ao país vizinho. Cerca de 100 empresários brasileiros participam da missão à 6ª Expo Paraguay – Brasil. A feira tem programação voltada para o diálogo empresarial, exposição de produtos e empresas e também rodadas de negócios.

Segundo ele, dos 23 projetos maquiladores aprovados em 2014, 17 têm capital brasileiro. Maquiladoras são empresas beneficiadas pela Lei de Maquila, que permite à empresa estrangeira instalada no Paraguai importar, manufaturar e exportar produtos pagando alíquota única de 1%. A atração de brasileiros é uma das causas do aumento desse nicho produtivo: entre 2013 e 2014, as exportações das maquiladoras cresceram 52%, atingindo mais de US\$ 260 milhões.

O Paraguai vive um momento de grande crescimento econômico e atração de investimentos estrangeiros, impulsionados por leis de proteção jurídica e regimes tributários especiais. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o país governado por Horácio Cartes fechará o ano com um crescimento de 4%, superior à média da América Latina, que deve expandir em 2,5%. O Paraguai vê o Brasil como um dos pilares para o desenvolvimento de sua economia.

“Buscamos uma relação de ganha-ganha entre os dois países. Somos um país que pode ser uma grande plataforma produtiva para o Brasil. As indústrias brasileiras podem se tornar ainda mais competitivas a partir da composição de parte de seus produtos no Paraguai”, afirmou o ministro da Indústria e Comércio, Gustavo Leite.

Segundo ele, dos 23 projetos maquiladores aprovados em 2014, 17 têm capital brasileiro. Maquiladoras são empresas beneficiadas pela Lei de Maquila, que permite à empresa estrangeira instalada no Paraguai importar, manufaturar e exportar produtos pagando alíquota única de 1%. A atração de brasileiros é uma das causas do aumento desse nicho produtivo: entre 2013 e 2014, as exportações das maquiladoras cresceram 52%, atingindo mais de US\$ 260 milhões. (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2014).

Outra reportagem que queremos destacar é de 10 de outubro de 2015, com o título: “Indústrias brasileiras se instalam no Paraguai - Companhias vão em busca de benefícios fiscais e custo trabalhista menor”, revela a exportação de capitais de uma grande empresa brasileira, Guararapes, proprietária das Lojas Pernambucanas:

SÃO PAULO - Dona da rede de varejo Riachuelo, a Guararapes instalou sua primeira confecção no Recife (PE) em 1951, tornou-se uma gigante do setor têxtil nacional e sempre concentrou sua produção no país. Até agosto deste ano, quando associou-se à Texcin, no projeto de um centro de confecção de US\$ 5 milhões, e passou a produzir parte das coleções femininas no Paraguai. Outros US\$ 5 milhões serão aplicados numa segunda etapa, quando a empresa deve empregar duas mil pessoas.

A Guararapes é apenas uma entre muitas empresas brasileiras que estão se instalando no Paraguai. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), no momento em que o setor alerta para o risco de desindustrialização no Brasil, pelo menos 42 companhias cruzaram a fronteira e montaram operações no país vizinho. A Vale, por exemplo, adquiriu lá recentemente empresa de logística fluvial, enquanto que a catarinense Buddemeyer, fabricante de artigos de cama, mesa e banho, está instalando uma unidade têxtil. O mesmo ocorre com a InterCement, a cimenteira do grupo Camargo Corrêa, que também ergue nova fábrica em Yguazú.

— Mandamos para lá parte do maquinário da fábrica de Fortaleza. E enviamos

tecidos e moldes. Nosso parceiro costura as roupas e fornece para nossas lojas no Brasil. O Paraguai tem o custo chinês, com o *transit time* (tempo de chegada no país) de Santa Catarina. Uma peça demora seis meses para chegar da China até aqui, do Paraguai chega em um dia — disse Flávio Rocha, presidente da Guararapes.

CUSTOS 39% MENORES

Já neste ano, conta o empresário, as peças feitas no Paraguai devem representar até 2% das vendas no Brasil. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT), outras cinco empresas já estão tocando projetos para produzir fiação e tecido no país vizinho.

— No futuro, pela proximidade, a produção paraguaia deve ocupar o espaço da China (de onde hoje vêm 40% das coleções da Riachuelo) — afirmou Rocha.

Além de incentivos fiscais, energia e mão de obra mais baratas — no caso da indústria têxtil, o custo de produção com energia e mão de obra é 39% menor que no Brasil —, as empresas procuram menos burocracia e acesso a outros mercados. O Paraguai tem acesso especial a mercados como o da União Europeia, por ser beneficiário do Sistema Geral de Preferências (SGP).

Wagner Weber, sócio-diretor da consultoria Braspar (Centro de Negócios Brasil-Paraguai), lembra ainda que as empresas que se instalam lá podem importar matéria-prima e bens de capital com isenção de impostos. E, na hora de exportar, graças a uma lei chamada Maquila, o fabricante paga apenas 1% em tributos.
[...]

MISSÕES DE EMPRESÁRIOS

Em agosto, junto com a CNI, o ministério participou da quinta missão de empresários brasileiros ao Paraguai, tendo o próprio ministro, Armando Monteiro Neto, liderado um grupo de executivos de 79 empresas nacionais de diferentes setores. Foi a quinta missão organizada pela CNI desde 2012. Ao todo, 700 empresários participaram dessas missões.

— Nas cinco missões da CNI desde 2012, cerca de 700 empresários participaram e 42 empresas decidiram se instalar no país — contou Sarah Saldanha, gerente de internacionalização da CNI. (MACHADO; D'ERCOLE, 2015).

Na Folha de São Paulo, no dia 12 de outubro de 2015 foi publicado uma reportagem sobre a transferência de uma empresa brasileira para o Paraguai, na matéria “Empresas brasileiras migram para o Paraguai em busca de custos menores”:

A Oxygroup, empresa brasileira que produz gases usados em processos industriais, planeja fechar sua fábrica em Pará de Minas, em Minas Gerais, e transferi-la para o Paraguai, com investimento de cerca de R\$ 30 milhões. No país vizinho, a energia é 65% mais barata e os encargos trabalhistas são bem menores.

A Oxygroup é apenas uma das empresas brasileiras que estão migrando para o Paraguai ou transferindo para lá parte da produção. A Lei de Maquila paraguaia, que oferece isenção fiscal para a importação de bens de capital, elimina imposto de renda e estabelece taxa única de 1% sobre o faturamento, já atraiu 42 empresas brasileiras desde 2014.

Segundo Synésio Batista da Costa, presidente da Abrinq (Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos), cinco indústrias brasileiras estão em estágio final de análise para abrir fábricas no Paraguai, já escolhendo as cidades para instalação.

De acordo com a Abit (associação da indústria têxtil e de confecção), 29 companhias

do setor estudam investimentos no Paraguai.

Além do custo de energia menos (o país gera mais que consome) e dos incentivos fiscais, a mão de obra é 30% mais barata que no Brasil e a carga tributária é de 16,4%, segundo a OCDE, o bloco das economias avançadas. No Brasil, a alíquota é de 35,7% e na Argentina, de 31,2%.

O ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, está no país em uma missão da CNI (Confederação Nacional da Indústria) com representantes de 92 empresas brasileiras. “O Paraguai tem pouca densidade industrial e muito interesse em integração produtiva”, disse Monteiro à Folha. Ele nega se tratar de uma fuga das indústrias do Brasil para o Paraguai, mas sim, de transferir para o vizinho algumas etapas da produção.

Além disso, o país integra o sistema geral de preferências europeu, podendo exportar com tarifa zero ou baixa para o bloco (o Brasil foi retirado).

Segundo os dados mais recentes do Banco Central, o investimento brasileiro direto no Paraguai passou de US\$ 117 milhões em 2006 para US\$ 641 milhões em 2013, expansão de 447%. Na Argentina, os investimentos são maiores, mas estão em queda – eram US\$ 5,5 bilhões em 2012 e diminuíram para US\$ 4,6 bilhões em 2013.

O número de investidores brasileiros no Paraguai praticamente dobrou. Eram 53 em 2007 e 104 em 2013. Na Argentina, eram 231 em 2007 e 322 em 2013.

“A ideia é usar o país como plataforma de exportação ou fazer integração produtiva com o Brasil, transferindo para lá partes do processo industrial para tornar o produto final mais competitivo”, diz Bonomo. “É a chance de desenvolvermos uma cadeia de valor na região.

A entidade pressiona para que o Brasil feche com o Paraguai um acordo para eliminar a bitributação. Segundo Batista, da Abrinq, a transferência de produção para o Paraguai ajudou a salvar a indústria nacional de brinquedos. Na Venezuela, tentaram fazer o mesmo, mas as fábricas não eram boas e havia muitos políticos “Estamos fazendo no Paraguai processos em que o Brasil não era competitivo”, diz “O governo paraguaio conspira a favor, dá incentivo”.

“É melhor produzir no Paraguai do que importar da China”, diz.

No dia 21 de dezembro de 2015, o jornal “O Globo”, publicou uma matéria: “Mercosul: presidente do Paraguai diz que ‘a oferta está pronta’ - Acordo de livre comércio com países da UE deve ser fechado no início de 2016”. Quem falava não era somente o presidente do Paraguai Horacio Cartes, mas o também presidente do Mercosul:

ASSUNÇÃO. Os países do Mercosul pretendem fechar, no primeiro trimestre de 2016, o acordo de livre comércio com os países da União Européia, que vem sendo negociado por ambos os blocos há mais de dez anos. Em seu discurso de abertura da cúpula de presidentes, que está sendo realizada nesta segunda-feira em Assunção, o presidente do Paraguai, Horacio Cartes, assegurou que “a oferta do Mercosul está pronta”.

É prioritário concretizar o postergado acordo biregional entre Mercosul e UE. Estamos falando de novos nichos de mercado, possibilidades comerciais, foi um dos avances mais significativos em nossa gestão _ disse Cartes, em referência aos seis anos de presidência pro tempore do Paraguai, que nesta segunda encerrará seu mandato e entregará a presidência do bloco ao Uruguai.

Cartes afirmou, ainda, que seu país propôs um encontro de chanceleres com os países da Aliança Pacífico (México, Colômbia, Peru e Chile), para discutir acordos bilaterais entre os dois blocos.

O novo presidente da Argentina, Mauricio Macri, também defendeu a importância de dar impulso ao acordo com a UE.

_ Não fizemos o suficiente, chegou a hora de pisar no acelerador. Avançar no acordo com a UE é prioridade e a Argentina está comprometida.

Mas temos de chegar a todos os mercados _ assegurou Macri.

O presidente argentino, que participa de sua primeira reunião de chefes de Estado do bloco, reiterou seu interesse, também, num acordo com os países da Aliança Pacífico.

_ O mundo do século XXI oferece múltiplas alternativas e não existe razão para limitar-nos. Penso nos sócios da Aliança Pacífico _ comentou.

Já a presidente Dilma Rousseff afirmou que o "o Mercosul é fundamental para o desenvolvimento brasileiro" e pediu a eliminação de barreiras comerciais no bloco.

_ Queremos concluir acordo ambicioso, abrangente com a UE _ coincidiu Dilma, que parabenizou os esforços do presidente Cartes em relação às negociações com a UE.

A presidente expressou, ainda, a necessidade de negociar entendimentos comerciais com os países andino, a Aliança Pacífico e outros blocos. (FIGUEIREDO, 2015).

Queremos destacar duas questões que, a nosso ver são importantes: 1. O modelo de exportações de capitais a partir das maquilas apresenta-se como extremamente vantajoso para empresários capitalistas brasileiros. Lembremos da declaração do presidente da Abrinq (Associação brasileira de fabricantes de brinquedos), Synésio Batista da Costa, que a produção desta mercadoria nas maquiladoras paraguaia “salvou a indústria nacional [brasileira]”. É preciso que sirva de modelo, e assim, atender os interesses do Capital em geral, mas também contemplando uma fatia da burguesia brasileira. Vale ressaltar que a exportação de capitais entre países, como é o caso estudado: Brasil e Paraguai, que fazem parte do mesmo Bloco comercial, não é um movimento isolado na ordem espacial. Vale lembrar que recentemente, no dia 24 de julho de 2016, o Reino Unido decidiu em referendo, sair do Bloco da União Europeia. As justificativas são sempre as mesmas: “tradições”, “idioma”, “cor da roupa”, “a rainha”, e etc. Além dessas explicações, queremos problematizar brevemente essa questão: é uma saída capitalista. Todas as saídas que não rompam radicalmente com a ordem serão sempre saídas capitalistas, por mais que nos esforcemos. Com a saída do Reino Unido, as condições de negociações em acordos bilaterais são maiores. Outra questão é que os principais exportadores para o Reino Unido atualmente são: Alemanha, Estados Unidos e China. O Reino Unido é considerado um do tripé da economia da União Europeia, junto com a França e a Alemanha. São novas disputas intra-burguesas na Europa? Qual o papel da Grécia, Espanha, Portugal na divisão internacional do trabalho na União Europeia?

2. Na fala da então presidenta Dilma Rousseff, ela citava a “Aliança para o Pacífico”, bloco comercial composto pelo Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru. Esses países produzem aproximadamente 36% do PIB da América Latina. A estratégia adotada pela Aliança para o Pacífico é a aproximação com os blocos asiáticos. Seria necessário para avançar na compreensão da exportação de capitais brasileiros compreender esses movimentos

específicos do movimento do Capital no espaço. Outra questão que se apresenta como limite é a relação da exportação de capitais via Brasil e por empresários brasileiros com o IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana e o Projeto Brasil 3 Tempos. No tocante ao segundo: iniciativa do governo Lula em 2004, que designou ao Núcleo de Estudos Estratégicos (NAE) da Presidência da República operacionalizada pelo Centro de Estudos Estratégicos (CGEE), organização vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

Num dos trechos do documento, observamos um exercício de vários intelectuais, apontando a conjuntura econômica para 2007, 2015 e 2022:

Os eventos que devem compor o cenário mais provável para 2022 (aqueles com 60% ou mais de probabilidade de ocorrência) são os seguintes. • Evento 10. Utilização de fontes renováveis de energia ganha grande importância no âmbito global (75%) • Evento 1. Consolidação da liderança do Brasil no espaço sul-americano, com as obrigações econômicas, políticas e de segurança daí decorrentes (70%) • Evento 2. (a) Aumento do poderio econômico e militar da China e (b) afirmação da identidade política européia reduzem a primazia dos EUA na economia e na política mundial (60%) • Evento 3. O Brasil terá assento e relevo em foros importantes, apesar de suas deficiências econômicas relativas (60%) • Evento 5. Forte crescimento das exportações agropecuárias brasileiras, a despeito de pressões contrárias a pretexto de defesa do meio ambiente, leis de patentes e normas laborais (60%) • Evento 19. A Rússia integra-se à economia européia em termos comerciais e de infraestrutura (60%) 12 4.2 Análise Temporal da Probabilidade de Ocorrência dos Eventos - Dinâmica Para uma análise consistente de cenários, é necessário uma análise temporal da probabilidade de ocorrência dos eventos nos anos de 2007, 2015 e 2022. Trata-se de verificar como tais probabilidades se comportam ao longo destes três marcos temporais. a) Grupo de eventos com forte evolução da probabilidade de ocorrência. Nesta categoria, encontram-se 5 eventos com forte evolução ao longo dos três instantes questionados. O evento que demonstra maior evolução temporal refere-se à redução da primazia dos EUA na economia e na política mundial (evento 2), que passa de uma probabilidade de ocorrência de 30%, em 2007, para 70%, em 2022. Como se verá ao longo deste relatório, na maior parte dos cenários para 2022 reduz-se a primazia dos EUA. Um fator causal importante é a integração da Rússia à economia européia em termos comerciais e de infra-estrutura (evento 19), o qual também mostra forte evolução da probabilidade de ocorrência entre 2007 e 2022, passando de 20% para 60% (ver tabela 1). Estes dois eventos aparecem interrelacionados no cenário desejável (item 5 deste relatório), juntamente com a prática do multilateralismo. (IEA, 200?).

Diante do apontado, temos segurança em afirmar que, o Estado brasileiro, no governo petista, se reconfigurou a partir de um pacto de classes que atualmente, mantém o Brasil numa condição de subordinação no cenário internacional, reforçando sua presença no mercado mundial como grande produtor de *commodities*, avançando num processo de desindustrialização. Enquanto isso alça voos pousando nos seus vizinhos, com enormes quantidades de dinheiro portador de juros, dinheiro-capital, a fim de explorar ao máximo as condições para valorizá-lo. Parafraseando Barac Obama: “Eles são os caras!”

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada passo no movimento real é mais importante que uma dúzia de programas.
Karl Marx

O exercício de refletir sobre a realidade em movimento é um dos principais desafios que nos deparamos nesse momento. Outro de magnitude semelhante é atuar nessa realidade no sentido de transformá-la. Esse é legado de Marx, Engels e os vários lutadores marxistas, muitos deles, provando com a própria vida, para nos ensinar que não existem possibilidades de desenvolvimento harmônico entre Capital e Trabalho.

No Manifesto do Partido Comunista, “panfleto” elaborado por Marx e Engels, em 1848 numa conjuntura efervescente, onde a luta entre as duas principais classes sociais do sistema do metabolismo do Capital, que são os trabalhadores e a burguesia, diz que:

Nossa época – a época da burguesia – caracteriza-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade se divide, cada vez, em dois grande campos inimigos, em duas grandes classes sociais opostas: a burguesia e o proletariado. (MARX; ENGELS, 2014, p. 85).

Mais adiante, Marx e Engels, descrevem:

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial promoveu um desenvolvimento incomensurável do comércio, da navegação e das comunicações. Esse desenvolvimento, por sua vez, voltou a impulsionar a expansão da indústria. E na mesma medida em que a indústria, comércio, navegação e estradas de ferro se expandiam, desenvolvia-se a burguesia, os capitais se multiplicavam.
Vemos, assim, como a burguesia moderna é ela mesma o produto de um longo processo, moldado por uma série de transformações nas formas de produção e circulação.
Cada uma dessas etapas de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada por um progresso **político correspondente**. (*ibidem*, p.86).

A exportação de capitais e, em específico, capitais brasileiros é fruto de um processo que é inerente ao movimento do Capital. Conforme dizem Marx e Engels no Manifesto, é um processo dialético que não pode ser interrompido, senão com a destruição do modo de produção. Não existem mecanismos de minimizar os movimentos que o Capital realiza para produzir e extrair mais valor, maximizando assim uma consequência certa: pauperização absoluta dos trabalhadores.

O movimento de capitais brasileiros que tem como consequência, em algum momento histórico, a exportação de capitais, é fruto de um longo desenvolvimento, que remonta ao século XIX, quando as grandes empresas produtoras de café iniciaram no Brasil um período

de acumulação primitiva, que posteriormente fora revertido para a instalação de pequenas indústrias. Fernandes (1981, p. 40) afirma que: “O tipo de capitalismo constituído na América Latina, que floresceu graças à modernização do arcaico [...] explorando com intensidade a arcaização do moderno”. É nessa base contraditória que o capital se reproduz historicamente no Brasil, uma contradição que foi alimentada até os dias atuais. Se em algum momento foi possível concentrar e centralizar capitais por um setor da burguesia brasileira, essa o fez a partir das bases do latifúndio, da exploração do trabalho, da espoliação. E são essas bases que alimentam o “arcaico” no Brasil que são exportadas junto com o Capital.

Não é apenas capital que é exportado, mas um conjunto de relações que são imprescindíveis para a realização de seu movimento na busca pela valorização do valor.

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho. [...] A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social. (MARX, 1996, p. 185 - 186).

Se não são condições naturais que produzem os trabalhadores e a burguesia, segundo a afirmação de Marx, se são condições históricas, significa que as relações necessárias para o Capital podem ser destruídas, já que não são controláveis.

Podemos ousar propor uma síntese nesse momento. No último século, o Brasil conseguiu manter-se na divisão internacional do trabalho como um dos maiores produtores de *commodities* do mundo. Produtos de origem agro mineral que possibilitaram na passagem do século XX para o XXI, um acúmulo de capitais por grandes empresas, brasileiras e multinacionais. Aproveitando de uma conjuntura favorável de crescimento mundial, os governos petistas intensificam o financiamento do agronegócio, acumulando recursos que posteriormente seriam revertidos para financiar a exportação de capitais por grupos econômicos brasileiros.

Para extrair o máximo de mais valia possível e garantir suas taxas de lucros, esses capitais procuram na ordem espacial capitalista as melhores condições para se reproduzirem, encontrando no Paraguai, conforme descrito nos capítulos anteriores as melhores condições para se expandirem. Deslocam massas de capitais para se transformarem em mercadorias, e posteriormente voltarem para a forma dinheiro-capital. Embora seja importante distinguir os

setores que esses capitais atuam mapeando suas operações, divulgar sua atuação para que nos organizemos enquanto trabalhadores. Vale dizer que o capital é flexível nesse sentido: hoje produz autopeças no Paraguai, amanhã brinquedos, semana que vem *commodities*. Hoje estão no Paraguai, amanhã em Moçambique, semana que vem na Índia.

Para o capital sobra a mais valia. Para a classe trabalhadora paraguaia, o que sobrar?

Não existem amarras que possam prender o movimento do capital. Essas mesmas amarras que tanto nos prendem aos nossos territórios.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O Brasil na era Lula. **Revista margem esquerda**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **CBE-Capitais brasileiros no exterior**. 2017. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE2015.asp?idpai=CBE>> Acesso em: 28/01/2016.

BANCO CENTRAL DEL PARAGUAY. 2017. Disponível em: <<https://www.bcp.gov.py>> Acesso em: 25/08/2015.

BANCO MUNDIAL. **Crecimiento del PIB (% anual)**. 2017. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>> Acesso em: 30/09/2015.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2014. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Im_prensa/Galeria_Arquivos/CAE_FINAL.pdf> Acesso em: 30/09/2015.

BOITO JR, Armando. **A burguesia no governo Lula**. *En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **CBE - Capitais Brasileiros no Exterior**. 2015. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE2015.asp?idpai=CBE>> Acesso em: 30/11/2015

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Do antigo, ao novo desenvolvimento na América Latina. Desenvolvimentismo econômico e crise – ensaios em comemoração aos 80 de Maria da Conceição Tavares**. Disponível em:<<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/12>> Acesso em: 05/02/2016.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. [Entrevistada]. Entrevistador: Silence de Moraes Freire e Mariela Nathalia Becher. A ideologia persistente do desenvolvimento. **Revista em pauta**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7567/5470>> Acesso: 07/03/2016.

CARRILLO, J.; HUALDE, A. y Quintero, C. “Maquiladoras en México. Breve recorrido histórico”, **Comercio exterior**, v. 55, n.1, México, enero, 2005, p. 30-42.

CEPAL. Naciones Unidas. 2017. Disponível em: <http://www.cepal.org/notas_p/65/Titulares2.htm> Acesso em: 30/03/2017.

COLA-COLA BRASIL. **Você sabe o que é stevia? Conheça melhor nosso novo ingrediente**. 2016. Disponível em: <<http://www.cocacolabrazil.com.br/historias/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-estevia>> Acesso em: 07/02/2017.

COGGIOLA, Osvaldo. O ciclo militar na América do Sul. **Blog da boi tempo**. 24/03/2014.

Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/03/24/o-ciclo-militar-na-america-do-sul/>> Acesso em: 11/11/2015.

DELIBERATO, André. **Maior fábrica do mundo faz um carro a cada 10 s; conheça o Top 10**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://carros.uol.com.br/noticias/redacao/2015/02/05/maior-fabrica-do-mundo-faz-um-carro-a-cada-10-s-conheca-o-top-10.htm>> Acesso em: 12/04/2015.

DIÁRIO ABC – PARAGUAI. **En ocho meses, grupo de industrias brasileñas generó US\$ 72 millones**. 2014. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_13/2014/09/25/1015/ClippingMissoBrasilParaguauioutubro.pdf> Acesso em: 12/04/2015.

DINIZ, Eduardo Baltazar. O lucro do Bancos nos últimos dez anos. **Blog Eduardo Diniz**. 2011. Disponível em: <<http://advivo.com.br/blog/eduardo-diniz/o-lucro-do-bancos-nos-ultimos-dez-anos>> Acesso em: 11/11/2015.

EGIS. **O Grupo Egis**: a criatividade com visão de longo prazo. Disponível em: <<http://www.egis-brasil.com.br/quem-somos/o-grupo-egis>> Acesso em: 09/03/2016.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na America Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERREIRA, Leonardo. CCR: seu papel no financiamento à infra-estrutura. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, p. 81-114, jun. 2008.

FIGUEIREDO, Janaína. Mercosul: presidente do Paraguai diz que ‘a oferta está pronta’. **Jornal O GLOBO**. 21/12/2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mercosul-presidente-do-paraguai-diz-que-oferta-esta-pronta-18342995>> Acesso em:

FILGUEIRAS, Luiz. **História do plano real**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Modelo liberal-periférico e bloco e poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. IN: MAGALHÃES, João P. **Os anos lula, contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. São Paulo: Garamond, 2010.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FIORI, J. L. **Moedeiros falsos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FOLHA ONLINE; FRANCE PRESSE. Brasil e Paraguai fecham acordo sobre Itaipu; país pagará o triplo por energia. **Folha UOL**. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u600336.shtml>> Acesso em: 27/03/2016.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialista**. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2010.

_____. Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo economico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (Org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes**:

tendências globales y experiencias nacionales. Buenos Aires. Clacso, 2006.

GALEANO, Eduardo. [Entrevistado]. **Paraguai. “Foi um golpe de Estado mal disfarçado”, segundo Eduardo Galeano.** 13/07/2012. Disponível em:

<<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/511482-paraguai-foi-um-golpe-de-estado-mal-disfarçado-segundo-eduardo-galeano>> Acesso em: 30/03/2016.

IEA. (Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo). **Brasil 3 Tempos.**

Marilda Gifalli - publicado 13/06/2013 16:55 - última modificação 30/09/2015 Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/projetos-especias-antiores/brasil-3-tempos-1>> Acesso em: 09/04/2016.

_____. **Projeções Relativas à Dinâmica da Dimensão Global e Visualização Prospectiva para 2007, 2015 e 2022.** [201?]. Disponível em:

<<http://www.iea.usp.br/pesquisa/publicacoes/textos/projecoes-relativas-a-dinamica-da-dimensao-global-e-visualizacao-prospectiva-para-2007-2015-e-2022>> Acesso em: 09/04/2016.

JARDIM, Lauro. O cigarro mais vendido em SP é pirata e fabricado pelo presidente do Paraguai. **Jornal O Globo.** 2016. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/o-cigarro-mais-vendido-em-sao-paulo-e-pirata-e-fabricado-pelo-presidente-do-paraguai.html>> Acesso em: 09/05/2016.

JULIANO, Carolina. **Ex-bispo Fernando Lugo vence as eleições no Paraguai e põe fim a 61 anos de domínio colorado.** Assunção, 2008. Disponível em:

<<http://noticias.uol.com.br/ultnot/especial/2008/eleicaoparaguai/2008/04/20/ult5851u33.jhtm>> Acesso em: 10/05/2016.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRAKOVICS, Fernanda. Senadores criticam posição do Brasil em relação ao Paraguai.

Jornal O Globo. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/senadores-criticam-posicao-do-brasil-em-relacao-ao-paraguai-5308281>> Acesso em: 10/05/2016.

LARSEN, Frederico. Retrato do Paraguai, três anos depois de Lugo. **Outras Palavras**, [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/retrato-do-paraguai-tres-anos-depois-de-lugo/>> Acesso em: 12/05/2016.

LÊNIN. **O imperialismo, fase final do capitalismo.** São Paulo: Edições Mandacaru, 1990.

MACHADO, Ana Paula; D'ERCOLE, Ronaldo. Indústrias brasileiras se instalam no Paraguai. **Jornal o Globo.** 2015. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/economia/negocios/industrias-brasileiras-se-instalam-no-paraguai-17744359>> Acesso em: 11/09/2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MARX, Karl. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. Manifesto do partido comunista. In: BOGO, Ademar. **Teoria da organização**

política. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **O Capital. Crítica da economia política – O processo de produção do capital. Livro 1, vol. 1.** São Paulo: Nova Cultura, 1996.

_____. **O Capital. Crítica da economia política – O processo de produção do capital. Livro 1, vol. 2.** São Paulo: Nova Cultura, 1996.

_____. **O Capital. Crítica da economia política – O processo global de produção capitalista. Livro 3, vol. 5.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1974.

MATOSO, Filipe. Paraguai assume presidência do Mercosul após cúpula em Brasília. **Portal de notícias G1.** 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/07/paraguai-assume-presidencia-do-mercosul-apos-cupula-em-brasilia.html>> Acesso em: 31/07/2015.

MELLO, Patricia Campos. Empresas brasileiras migram para o Paraguai em busca de custos menores. **Jornal Folha de São Paulo.** São Paulo. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1680868-empresas-brasileiras-migram-para-o-paraguai-em-busca-de-custos-menores.shtml>> Acesso em: 04/04/2016.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MORAES, Isaias Albertin de; VIEIRA, Fernando Antonio da Costa. Capitalismo agrário e movimentos camponeses no Paraguai. **Estud. hist.** Rio de Janeiro, v.28, n.56, Jul./Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862015000200363> Acesso em: 04/04/2016.

MORAES, Isaias Albertin de; VIEIRA, Fernando Antonio da Costa. Capitalismo agrário e movimentos camponeses no Paraguai. **Estud. hist.**, Rio de Janeiro, v.28, n.56, July./Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862015000200363> Acesso em: 07/03/2016.

MOREIRA, Ruy. **A geografia serve para desvendar as máscaras sociais.** Texto mimeografado.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Dois anos depois do golpe, camponeses paraguaios sofrem com a soja.** 22/08/2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2014/08/22/dois-anos-depois-do-golpe-camponeses-paraguaios-sofrem-com-a-soja.html>> Acesso em: 04/04/2016.

NODA, Orion Siufi. Conjuntura Internacional. (Curso de Relações Internacionais – PUC Minas) **A Restauração da Economia Mexicana.** 2014. Disponível em: <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2014/03/24/a-restauracao-da-economia-mexicana/>> Acesso em: 08/08/2015.

NOVAES, João. **Hoje na História:** 1954 - Alfredo Stroessner assume oficialmente o poder no

Paraguai. 15/08/2013. Disponível em:
<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/30608/hoje+na+historia+1954+-+alfredo+stroessner+assume+oficialmente+o+poder+no+paraguai.shtml>> Acesso em: 10/09/2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Rui; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PARO, Denise. Paraguai cresce no ritmo da maquila. **Gazeta do povo**. Foz do Iguaçu, [24/05/2014]. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/paraguai-cresce-no-ritmo-da-maquila-8jla6swsgbpamry16yyf2ah5a>> Acesso em: 10/09/2015.

PAULINE, Leda Maria. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**. IPEA. S/D.

PEREIRA, João Marcio Mendes. **O banco mundial como ator político, intelectual e financeiro 1944 – 2008**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.

POPULATIONPYRAMID.NET. **Population Pyramids of the World from 1950 to 2100**. Disponível em: <<https://populationpyramid.net/>> Acesso em: 27/03/2016.

PORTAL BRASIL. **BNDES aprova financiamento de R\$ 1,5 bilhão para concessionária de Viracopos**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/12/financiamento-de-r-1-5-bi-e-aprovado-para-aeroporto-de-viracopos>> Acesso em: 12/05/2016.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **Indústria oferece 1.200 vagas em cursos gratuitos em julho**. 2016. Disponível em:
<<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2014/02/1,32874/brasileiros-buscam-oportunidades-de-investimentos-no-paraguai.html>> Acesso em: 27/05/2016.

_____. **Empresários brasileiros participam de feira que promove o intercâmbio e negócios no Paraguai**. 2014.
<<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2014/10/1,50399/empresarios-brasileiros-participam-de-feira-que-promove-o-intercambio-e-negocios-no-paraguai.html>> Acesso em: 16/03/2015.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista brasileira de economia**. São Paulo, FGV, v.3, n.3, 1949. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/1767>> Acesso em: 01/07/2015.

RENATO, Paulo. Boletim Comexleis. Boletim Diário de Notícias Sobre Comércio Exterior. **Com maquiladoras, Paraguai exporta mais para o país**. 2011. Disponível em: <<http://comexleis.com.br/news/?p=8433>> Acesso em: 02/02/2014.

ROJAS, Gustavo. **Boletim de economia e política internacional**. Integração produtiva Paraguai-Brasil: novos passos no relacionamento bilateral. BEPI, n. 22, Jan./Abr. 2016. Disponível em: <<http://www.cadep.org.py/uploads/2016/07/Art%C3%ADculo-Gustavo-Rojas.pdf>> Acesso em: 02/02/2014.

SANTOS, Leandro Bruno. **Estado e a internacionalização das empresas multilatinas**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusc, 1997.

_____. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SANTOS, Theotonio. **Do terror à esperança**: auge e declínio do neoliberalismo. São Paulo: Idéias; Letras, 2004.

SIUFI. **A Restauração da Economia Mexinaca**. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2014/03/24/a-restauracao-da-economia-mexicana/> Acesso em:

SOARES, Laura Tavares. **Governo Lula**: decifrando o enigma. São Paulo: Viramundo, 2004.

SOUSA, Ana Teresa Lopes Marra. **O investimento direto externo de empresas brasileiras na América do Sul**. Dissertação de Mestrado. UNESP – Campus Marília. 2012.

SPOTNIKS. **20 obras que o BNDES financiou em outros países**. 2014. Disponível em: <<http://spotniks.com/20-obras-que-o-bndes-financiou-em-outros-paises/>> Acesso em: 07/03/2015.

TABESA. 2015. Disponível em: <<http://www.tabesa.com.py/>> Acesso em: 09/04/2016.

TAUTZ, C. et. al. **BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro**. Texto mimeografado.

TRASPADINI, Roberta Sperandio; MANDARINO, Thiago Marques. **Desenvolvimentismo X neodesenvolvimentismo na América Latina**: continuidade e/ou ruptura? Set. 2013. Texto mimeografado.

VIANNA, Candice Sakamoto. **Investimentos diretos brasileiros no exterior em cenário de risco político: evolução recente e impactos na política externa**. Dissertação de Mestrado. Instituto Rio Branco: Brasília, 2010.

VUYK, Cecília. **Subimperialismo brasileiro e dependência del Paraguay. Los intereses económicos detrás del GOLPE DE ESTADO de 2012**. Assunción: Cultura e Participação, 2014.

X-PLAST INJEÇÃO ELETRÔNICA. Produtos. Rio Claro, SP. 2017. Disponível em:
<http://www.xplast.com.br/page.php?id_secao=8&id_conteudo=12&link=produtos> Acesso
em: 09/05/2015.